

# **ABRALIN**

**BOLETIM DA  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE LINGÜÍSTICA**

## COMPONENTES DA DIRETORIA E CONSELHO

GESTÃO 89/91

### DIRETORIA:

PRESIDENTE: *Maria Bernadete Marques Abaurre*

SECRETARIA: *Raquel Salek Fiad*

TESOURARIA: *Ingedore Vilaça Koch*

### CONSELHO:

*Stella Maris Bortoni (UnB)*

*Leda Bisol (UFRGS)*

*Carlos Alberto Faraco (UFPR)*

*Luís Carlos Borges (Museu Goeldi)*

*Miriam Lemle (UFRJ)*

*Adair Palacio (UFPE)*

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

*Instituto de Estudos da Ling*

*UNICAMP*

*Caixa Postal 6045*

*Cidade Universitária*

*13081 - Campinas - SP*

## APRESENTAÇÃO

Este *Boletim* 12 da Associação Brasileira de Linguística reúne trabalhos apresentados em sua Reunião Anual, realizada durante a 42ª Reunião da SBPC, realizada na UFRGS, Porto Alegre, em julho de 1990.

Incluem-se ainda, neste *Boletim*, o *Relatório Acadêmico do Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras* e o *Relatório Administrativo* desta diretoria, relativo ao biênio 89/91.

A ABRALIN agradece à direção do Instituto de Estudos da Linguagem, em especial ao Professor Rodolfo Ilari, a boa vontade com que o IEL assumiu a responsabilidade pela publicação deste *Boletim*.

Campinas, julho de 1991.

A Diretoria da ABRALIN

## SUMÁRIO

MINI-CONFERÊNCIA:	<i>PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL - LUCY SEKI</i> .....	9
SIMPÓSIO 1:	<b>AVANÇOS NA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA: O ESTUDO DA LÍNGUA FALADA</b>	
	<i>AVANÇOS NA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA: O ESTUDO DA LÍNGUA FALADA - ATALIBA T. DE CASTILHO</i> .....	19
	<i>STATUT DE LANGUE ET ACCOMMODATION LANGAGIÈRE LE LONG D'UNE FRONTIÈRE LINGUISTIQUE - SHANA POPLACK</i> .....	25
	<i>EL ESTUDIO DE LA LENGUA HABLADA EN VENEZUELA - PAOLA BENTIVOGLIO</i> .....	61
SIMPÓSIO 2:	<b>IDÉIAS SOBRE LINGUAGEM NA REFLEXÃO DE CIENTISTAS E FILÓSOFOS DA LINGUAGEM</b>	
	<i>A INCOMENSURABILIDADE E O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO - JOSÉ BORGES NETO</i> .....	75
	<i>CONSIDERAÇÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DE UM FATO CIENTÍFICO: UMA LEITURA SEMÂNTICA DE LUDWIG FLECK - RODOLFO ILARI E ROBERTA PIRES DE OLIVEIRA</i> .....	85
ENCONTRO 1:	<b>TEORIA FONOLÓGICA E AQUISIÇÃO DA FONOLOGIA</b>	
	<i>A TEORIA FONOLÓGICA E A AQUISIÇÃO - LEDA BISOL</i> ...	109
	<i>O DESENVOLVIMENTO FONOLÓGICO E AS TEORIAS FONOLÓGICAS - MEHMET YAVAS</i> .....	111
	<i>FATORES NO DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONÊMICA - FERYAL YAVAS</i> .....	117
	<i>A TEORIA DA FONOLOGIA NATURAL NAS PESQUISAS SOBRE A AQUISIÇÃO DA FONOLOGIA - REGINA RITTER LAMPRECHT</i> .....	129

## PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO BRASIL

Lucy Seki  
UNICAMP

Periodicamente os estudiosos envolvidos com a problemática das línguas indígenas têm procedido a avaliações da área, apontando suas necessidades, seus problemas, suas conquistas e perspectivas. Não pretendemos aqui apresentar um apanhado completo de avaliações já feitas, ou mesmo tratar de modo exaustivo a situação da área. Mencionaremos apenas alguns pontos de avaliações anteriores, que refletem distintos contextos e momentos dos estudos de línguas indígenas no Brasil, a fim de compor um quadro de fundo para a colocação de nossas considerações relativas ao momento atual. Essas considerações referem-se, sobretudo, à situação da área de línguas indígenas dentro da Lingüística e à situação da própria Lingüística no Brasil.

Em 1930, J. Oiticica apresentou no Congresso Americanistas (Hamburgo) um trabalho intitulado "Do Método no Estudo das Línguas Sul-americanas", no qual, além de criticar a orientação então adotada nos estudos lingüísticos, falava sobre a necessidade de se proceder metodicamente à documentação científica das línguas indígenas e de se organizar um centro coordenador de pesquisas lingüísticas na América do Sul. De fato, era praticamente nada o que havia sido feito até aquele momento relativamente à investigação do elevado número de línguas aqui existentes.

Decorridos trinta anos, em relatório apresentado à 5ª Reunião Brasileira de Antropologia (Belo Horizonte, junho de 1961), A. Rodrigues observava que a "indigência de bons materiais" sobre as línguas indígenas brasileiras era ainda praticamente a mesma, e que os apelos feitos antes e depois de Oiticica, relativamente à necessidade e urgência de documentar cientificamente as línguas indígenas eram como "vozes que clamam no deserto".

O Relatório de Rodrigues foi feito cerca de quatro anos após o estabelecimento do Summer Institute of Linguistics (SIL) no Brasil, quando mais de 70 membros do Instituto aqui estavam, desenvolvendo o estudo de aproximadamente 20 línguas. Operava-se, portanto, uma "mudança radical" no campo de estudo das línguas indígenas, comparativamente ao momento em que Oiticica fizera seu apelo. Por outro lado, o ensino da Lingüística se introduzia no Brasil, ainda

de forma muito incipiente. Assim, ao mesmo tempo em que via, naquele momento, a situação dos estudos de línguas indígenas brasileiras como "altamente favorável e promissora", Rodrigues chamava a atenção, em seu relatório, para dois sérios problemas: 1) a mudança ocorrida devido à "importação de lingüistas estrangeiros" e o Brasil continuava "praticamente sem lingüistas e sem lingüística" e 2) a formação de pesquisadores brasileiros era dificultada pela estrutura do ensino superior. Dizia Rodrigues:

*Enquanto as universidades brasileiras não se reformarem, adotando uma estrutura em que seja viável a formação de pesquisadores, o ensino da ... lingüística corre o risco de não conseguir passar de disciplina auxiliar na instrução de professores de línguas modernas e de condenar-se, assim, a ficar alheio a tarefa de maior relevância que tem a lingüística no Brasil, que é a investigação das dezenas de línguas nativas faladas pelos índios.*  
(Rodrigues, 1963, p. 10; grifo nosso).

Opinião semelhante foi externada pelo co-relator, Mattoso Câmara, em seu comentário ao Relatório:

*O auxílio que nos está prestando o Summer Institute ... não nos libera da obrigação de procurar constituir uma equipe de lingüistas nossos, tecnicamente capazes de cooperar com os do Institute e afinal ocupar a posição na lingüística indígena brasileira.*

Com relação à universidade, Mattoso Câmara observava:

*Por outro lado, o arcabouço de nosso ensino universitário, como uma traquitana colonial, complexo, pesado e rígido, não favorece a formação integral de pesquisadores lingüistas, propiciando somente uma iniciação técnica (por certo importante) na matéria.*  
(Mattoso Câmara, 1963, p. 19)

Detivemo-nos longamente nessas colocações porque elas conservam sua validade no momento atual. É bem verdade que no

decorrer das três décadas passadas desde o mencionado Relatório, houve avanços com relação ao ensino da Linguística no Brasil; porém é igualmente verdade que este ensino continua longe do satisfatório e, salvo pouquíssimas exceções, a Linguística continua sendo uma disciplina auxiliar nos cursos de Letras. Houve também um avanço no que concerne à participação de lingüistas brasileiros no estudo de línguas indígenas, porém o número desses lingüistas é ainda muito reduzido e está longe de satisfazer as necessidades da área.

Não obstante, a experiência vivida por nossos pesquisadores no trabalho concreto de investigação lingüística permitiu que novos aspectos da problemática relativa ao estudo de línguas indígenas passassem a figurar nas avaliações. Além de apontar problemas antigos e não resolvidos, como a necessidade e urgência de se proceder ao estudo das línguas indígenas e de formar pesquisadores brasileiros para a área, as avaliações passaram a incluir também questões relativas à própria pesquisa, seus incentivos e entraves, sua concepção e finalidades, os modelos lingüísticos adotados e muitas outras. O problema da falta de institucionalização da área de Línguas Indígenas e da Linguística aparece já não tanto em forma de colocações genéricas sobre a necessidade de implementação dessas áreas no Brasil, mas sim através de desdobramentos concretos, sentidos de perto na experiência vivida pelos pesquisadores brasileiros (Franchetto e Leite, 1982; Rodrigues et alii, 1987).

As limitações de tempo não nos permitem abordar aqui as múltiplas e importantes questões colocadas nessas avaliações. Assim, optamos por focalizar alguns dos mencionados desdobramentos, que bem refletem a situação dos estudos de línguas indígenas dentro do campo da Linguística e a situação da própria Linguística no Brasil.

Uma questão que se coloca frequentemente em conversas informais e que é mencionada em algumas avaliações da área é a do isolamento experimentado pelos que se dedicam ao trabalho com línguas indígenas. A nosso ver, esse isolamento é sentido em pelo menos três direções: 1) em relação a outros pesquisadores brasileiros que atuam na mesma área; 2) em relação à comunidade lingüística brasileira e 3) em relação a instituições e pesquisadores do exterior.

Começando pelo último ponto, é fato conhecido que dispomos de poucas bibliotecas especializadas em Linguística e que há dificuldades de acesso a todo o grande volume de publicações feitas no exterior. Por outro lado, muitos resultados de pesquisas aqui feitas não encontram facilidades de publicação, e aqueles publicados, via de regra permanecem inacessíveis aos pesquisadores

de fora. Difícil também é a participação periódica em encontros científicos fora do país. De tudo isso resulta um isolamento que é evidentemente prejudicial ao desenvolvimento da área.

Passemos ao isolamento do pesquisador face aos outros que atuam na mesma área. O número muito reduzido dos pesquisadores de línguas indígenas e sua dispersão por diferentes instituições do país dificultam em muito um maior entrosamento entre eles. As linhas de pesquisa são individuais, assim como outras iniciativas na área, inclusive aquelas voltadas para a formação de novos quadros. Um progresso no sentido de equacionar o problema foi a abertura de espaços nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), onde os pesquisadores encontram oportunidade de interação. Também produz esperanças o Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras (Rodrigues et alii, 1987), que levanta uma série de problemas fundamentais da área e inclui entre seus objetivos específicos o de "promover o intercâmbio e a integração do conhecimento gerado pela pesquisa sobre línguas indígenas". Contudo, o problema persiste, e seu condicionamento é, a nosso ver, uma condição necessária para o progresso da área.

Quanto ao isolamento dos pesquisadores de línguas indígenas em relação à comunidade lingüística do país, muito pouco ou nada tem sido feito. Em certo sentido, os lingüistas que se dedicam especificamente às línguas indígenas são ainda considerados nos meios acadêmicos brasileiros como constituindo um grupo à parte. É como se existisse uma divisão entre os que trabalham com línguas indígenas e os demais lingüistas. Um reflexo disto é o fato de que, na maioria dos encontros de lingüística realizados no Brasil, os trabalhos que versam sobre línguas indígenas, independentemente do assunto específico de que tratem — fonética, fonologia, gramática, etc. — são sempre colocados em um bloco separado e acabam sendo assistidos e discutidos apenas por aqueles que também trabalham com línguas indígenas, mas não por foneticistas, sintaticistas, etc. Obviamente, não se trata aqui de negar a importância de encontros específicos sobre línguas indígenas, ou de pretender que todos os lingüistas se tornem especialistas nestas línguas, mas apenas que incorporem às suas preocupações, em suas áreas de interesse — fonologia, sintaxe, etc. — os fenômenos de nossas línguas.

Na verdade, as línguas indígenas e os resultados obtidos na sua investigação continuam, em geral, ignorados por nossos lingüistas, e é praticamente nula a contribuição que estes têm dado



índigenas necessita antes de tudo, de uma sólida formação teórica geral (além de treinamento específico em fonética, análise fonológica e gramatical, etc.), focalizada independentemente de teorias muito particulares, a fim de que possa, principalmente nas fases iniciais da investigação, identificar com maior propriedade os fenômenos de uma língua desconhecida sem partir de uma base intuitiva ou do prisma de sua própria língua, ou de um número limitado de línguas predominantemente européias.

Infelizmente, a nossa lingüística continua em muito dependente de modelos importados, modelos esses nem sempre vistos criticamente à luz da nossa realidade e suas necessidades. Nossos currículos privilegiam teorias particulares — a gerativa é um bom exemplo — ficando em segundo plano outros tipos de abordagem.

É importante observar que essas considerações não implicam, de nenhum modo, negar a importância das mencionadas teorias. Trata-se de questionar a adequação de teorias/modelos particulares para o trabalho de documentação e investigação de línguas ágrafas e desconhecidas, principalmente nas fases iniciais do trabalho. Esta visa chegar a uma descrição o mais extensiva e informativa possível das línguas e isto não pode ser alcançado por meio de teorias particulares, já que estas são incapazes de tratar a maioria dos fatos das línguas, notadamente as não indoeuropéias, e servem, sobretudo, aos objetivos de sua própria construção e verificação. De fato, por sua própria vocação, as teorias particulares selecionam certos domínios de investigação que são cruciais para o seu estabelecimento e/ou que elas são capazes de tratar num dado momento (Franchi, 1990). Conseqüentemente, a descrição baseada em uma teoria muito específica deixa de lado uma massa de fenômenos da língua em exame. Além disso, as teorias particulares estão em constante processo de (re)elaboração e mudam rapidamente, acarretando a obsolescência das descrições nelas baseadas (Lakoff, 1974; Seki, 1991).

Assim, é importante insistir na necessidade de se renovar o valor da descrição não baseada em teorias particulares enquanto um meio de se chegar mais perto do conhecimento das línguas indígenas, sem prejuízo para — na realidade favorecendo — uma aplicação posterior dessas teorias.

Antes de prosseguirmos, é interessante observar que existe uma falsa representação, muito difundida, de que o estudo de uma língua indígena constitui um trabalho de natureza "missionária", que exige abnegação e sacrifícios. Acreditamos que esta representação se deve, fundamentalmente, ao tipo de trabalho realizado pelos membros do SIL, mas encontra também reforço nos fatores que mencionamos ante-

riormente. Se considerarmos as características da área, o isolamento do pesquisador que a ela se dedica, as dificuldades relacionadas a formação desse pesquisador, a tradição de pesquisa individual, a falta de estímulo, etc., a investigação de uma língua indígena terá, sem dúvida, algo de tarefa missionária, já que se espera que o pesquisador seja especialista em todas as áreas da Linguística, responsável direto por grande parte da formação de novos quadros, pela obtenção de recursos financeiros, autorizações, orientação na pesquisa de campo (trabalho este que, conforme mencionado, geralmente não é reconhecido formalmente como sendo parte de produção acadêmica), etc., etc. Se a isto acrescentarmos o pouco tempo disponível para a pesquisa, face às demais obrigações institucionais do pesquisador, não é de se estranhar que o trabalho de documentação e descrição de nossas línguas seja feito por um quadro muito reduzido de especialistas.

Examinemos agora a questão do isolamento sob o ponto de vista da Linguística. Da mesma maneira que a investigação de uma língua indígena perpassa todas as áreas da Linguística caracterizadas por níveis, os especialistas dessas últimas deveriam, em princípio, interessar-se pelos diferentes fenômenos que constituem o objeto específico de cada área em suas manifestações nas diferentes línguas. De fato, a descrição de cada sistema linguístico representa uma contribuição importante para a ciência linguística já que esta, de uma ou outra forma, apela-se nos fatos das línguas naturais. De um lado, as formulações teóricas, mesmo no caso de teorias dedutivas, se fazem com base no conhecimento de fenômenos de algumas línguas. Por outro lado, as formulações teóricas são investigadas a partir de dados de distintas línguas individuais, o que possibilita a introdução de reajustes e a reformulação das propostas iniciais, levando ao aperfeiçoamento da teoria.

Entretanto, as línguas, cujos fenômenos têm servido de ponto de partida para as formulações teóricas, são selecionadas por razões que nada têm a ver com a sua relevância propriamente linguística (Kibrik, 1989). Fica de lado, assim, uma quantidade de línguas, entre elas as brasileiras, cuja importância científica, aliás, vem sendo demonstrada através de alguns poucos estudos já feitos (Derbyshire & Pullum, 1981; Everett, 1982; Seki, 1984; Brandon & Seki, 1984; Rodrigues, 1980).

O que foi dito, acreditamos, é suficiente para demonstrar que a integração entre a(s) teoria(s) linguística(s) e a pesquisa de línguas indígenas é de fundamental importância para o desenvolvimento tanto da pesquisa dessas línguas quanto para o

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDON, F.R. & Seki, L. - Moving Interrogatives without an Initial +WH Node in Tupi, *Syntax of Native American Languages. Syntax and Semantics*, vol. 16, New York, Academic Press, pp. 72-102, 1984.
- DERBYSHIRE, D. C. & Pullum, G. K. - Object Initial Languages, *IJAL*, 47: 192-204, 1981.
- EVERETT, D. L. - Phonetic Rarities in Pirahã. *Journal of the International Phonetic Association*, December 1982: 94-97, 1982.
- FRANCHETTO, B. & Leite, Y. F. - A Concepção dos Linguistas, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 4: 15-20. (Org. Márcio Silva). Campinas, Unicamp/Funcamp, 1983.
- FRANCHI, C. - A Linguística e as Línguas Indígenas, Conferência apresentada no Encontro Multidisciplinar de Indigenismo, Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, 21-22/11 de 1990.
- KJERIK, A. E. - Apresentação no Seminário de Linguística Antropológica, Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, setembro de 1989.
- LAKOFF, G. - Entrevista in H. Parret - *Discussing Language*, *Janua Linguarum, Series Maior*, 93, Paris, Mouton, pp. 152-3, 1974.
- MATTOSO CÂMARA JR, J. - Comentário ao Relatório (parte geral) do Prof. Aryon Dall'igna Rodrigues, in: Rodrigues (1963), 1963.
- QITICICA, J. - Do Método no Estudo das Línguas Sul-americanas, *Boletim do Museu Nacional*, 9: 41-81, Rio de Janeiro, 1933.
- RODRIGUES, A. D. - Os Estudos de Linguística Indígena no Brasil. *Revista de Antropologia*, Separata do vol. XI, nº 1 e 2, São Paulo, 1963.
- \_\_\_\_\_ - Contribuições das Línguas Brasileiras para a Fonética e a Fonologia, Comunicação apresentada na XII Reunião Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 14-17/7/ de 1980.

RODRIGUES, A. D. et alii. - Programa de Documentação Científica das Línguas Indígenas Brasileiras, Projeto apresentado ao CNPq, 1987.

SEKI, L. - A Reduplicação em Kamaurá e Tupinambá, Anais do VIII Encontro Nacional de Linguística, Departamento de Letras, PUC, Rio de Janeiro, pp. 49-56, 1984.

## AVANÇOS NA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA: O ESTUDO DA LÍNGUA FALADA\*

Ataliba T. de Castilho  
UNICAMP

Em 1971 publiquei no jornal o ESTADO DE SÃO PAULO um longo ensaio sobre "A Lingüística na América Latina e no Brasil", em que comparei o ritmo do desenvolvimento da Lingüística em países como a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Peru, a Colômbia, o México, a Venezuela, de um lado, e o Brasil, de outro. O saldo desse balanço se mostrou bastante deficitário para o Brasil, país que na época já conhecia os trabalhos de Lingüística Descritiva de Joaquim Mattoso Câmara Jr., os de Lingüística Indígena de Aryon Dall'igna Rodrigues, os de Lingüística Histórica de Serafim da Silva Neto e Theodoro Henrique Maurer Jr. e os de Dialetoлогия de Nelson Rossi, mas no qual não se tinha ainda formado a grande variedade de grupos de pesquisa dos países acima indicados, constituídos graças, sobretudo, aos esforços de Amado Alonso em Buenos Aires, Eugenio Coseriu e José Pedro Rona em Montevideú, Fritz Kruger e Rodolfo Lenz em Santiago, Angel Rosenblat em Caracas, Juan M. Lope Blanch na Cidade do MÉXICO e Tomás Navarro em San Juan de Puerto Rico.

A partir dos anos 70, entretanto, a situação se inverteu completamente. Enquanto declinaram os investimentos nas universidades hispano-americanas e grupos atuantes de pesquisa iam sendo desfeitos, os meios acadêmicos no Brasil passaram a ser estimulados pela implantação dos cursos de Pós-Graduação mediados a partir de certa altura pela ação decisiva e ainda não historiada da CAPES, pela fundação de sociedades científicas como o GEL no Estado de São Paulo, a ABRALIN, e mais recentemente a ANPOLL, pelo treinamento científico no exterior de vários pesquisadores hoje influentes, e pela fundação de diversas revistas especializadas.

Mas não é para fazer uma História Comparada da Lingüística no Brasil e na América Latina que a SBPC acolheu proposta da ABRALIN para a realização deste simpósio.

Aqui deveremos refletir sobre a integração da AL através da ciência, e o papel que a Lingüística, e mais particularmente os estudos sociolingüísticos da língua falada, podem desempenhar nesse particular.

Deve-se reconhecer que essa integração é ainda extremamente tímida, e está longe de comprometer toda a "capacidade instalada" em

nossas Universidades.

Acreditei que seria muito positivo relatar o que já foi feito, para que pudéssemos aqui refletir sobre o que deve ser feito. Mas será bom não nos perdermos num otimismo excessivo, dadas as ambigüidades que envolvem a denominação "América Latina". O Brasil de fato está aí dentro? E o Canadá francês? Certamente não terá escapado aqueles dentre nós que já participaram de encontros científicos com os vizinhos, expressões tais como "nosotros los latinoamericanos y los brasileños", e assim por diante, fato a que se referiu o Prof. Antonio Cândido.

Quero deter-me em três aspectos dessa pouco explorada articulação de lingüistas latino-americanos, aí incluídos os brasileiros e os canadenses. O primeiro aspecto é do papel de algumas associações científicas latino-americanas, o segundo o de um projeto coletivo de pesquisa sobre a língua falada, e o terceiro a necessidade de incluir o Canadá nessa articulação. Essas observações são importantes para o entendimento da organização deste simpósio.

1 - Quanto às associações, vou lembrar as duas únicas que desempenharam e vêm desempenhando algum papel articulador.

Menciono inicialmente o PROGRAMA INTERAMERICANO DE LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS (PILEI), cujas bases foram lançadas em 1963 por Ronald Solá, quechuista ilustre da Universidade de Cornell, numa reunião realizada em Cartagena de Índias, na Colômbia. Alguns lingüistas norte e latino-americanos quiseram na época estabelecer um mecanismo estável de cooperação continental, mediante o desenvolvimento de projetos que inventariassem amplamente os problemas lingüísticos no hemisfério, a saber:

- a) o estudo dos cinco idiomas de comunicação geral, falados nesta parte do mundo: o inglês, o espanhol, o português, o francês e o holandês;
- b) o problema do isolamento em seus próprios países de milhões de indígenas e de falantes de crioulos, apartados da comunidade nacional amplamente concebida, por causa da barreira da língua;
- c) o estudo do analfabetismo em suas diversas modalidades;
- d) as pesquisas sobre o ensino da língua materna e das línguas estrangeiras.

Para dar conta desse enorme recado, o PILEI contou com subsídios da Fundação Ford, lançando-se logo à tarefa de organização de Comissões de Trabalho, Institutos de Lingüística para a formação de especialistas, e Simpósios, para a discussão dos resultados que fossem sendo apurados.

Dirigi o último desses institutos, realizado em Campinas em 1980. Mas sem sombra de dúvida, foi o Instituto realizado na Universidade de São Paulo, em 1969, o que mais fundas repercussões teve no desenvolvimento da Lingüística neste país. Por ele passaram, como alunos, muitos dos lingüistas brasileiros e hispano-americanos hoje influentes nesta parte do mundo.

Outra associação que se deve lembrar é a ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, ALFAL. A princípio mera sombra do PILEI, a ALFAL logo se tornou sua sucessora, quando o PILEI entrou num regime não declarado de autodissolução, a partir de 1981. A ALFAL herdou os projetos de pesquisa do PILEI. Mais conservadora que ele, deixou por um bom tempo de fora a Lingüística Indoamericana, e se consagrou com exclusividade à Lingüística do Espanhol e do Português, numa visão oficialista e redutora da enorme complexidade lingüística do nosso continente. A partir de 1987 começou uma reação do corpo associativo, acolhida pela nova Diretoria, no sentido de modernizar os objetivos dessa Associação, fundada entre outros pelo saudoso Prof. Mattoso Câmara Jr., seu primeiro Presidente. O IX Congresso da ALFAL será realizado de 5 a 10 de agosto próximo, e tentaremos alterar o formato tradicional que vinha sendo adotado, num esforço por incluir os temas que tinham curso no PILEI, e que refletem um tratamento verdadeiramente científico de nossa realidade lingüística.

2 - Quanto aos Projetos coletivos, creio que o "Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica", articulado pelo Prof. Lope Blanch em 1967, foi o que teve o maior sucesso.

A história desse projeto no mundo de língua espanhola é bem conhecida, pois em 1986 o Prof. Lope Blanch publicou El estudio del Español hablado culto, História de um Proyecto, México, UNAM.

Esse projeto passou a ser desenvolvido no Brasil em 1969, em reunião realizada precisamente nesta cidade e nesta universidade, graças aos esforços do Prof. Albino de Rôm Veiga. Poucos anos antes o Prof. Nelson Rousi, da UFPA, tinha apresentado ao PILEI, a pedido desse Programa, um texto em que discutia a execução do projeto no Brasil. Ele dizia ali que um bom retrato da fala culta brasileira não poderia limitar-se ao Rio de Janeiro, devendo ser incluídas as cidades de Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Recife.

Em 1971 começaram as gravações, encerradas por volta de 1977, assegurando-se a constituição de um alentado acervo que orça hoje por 1.570 horas de entrevistas com 2.356 falantes.

Muitos estudos foram realizados a partir desses materiais, e

neste ano publiquei um histórico dos trabalhos no livro organizado por Dino Preti e Hudinilson Urbano, A linguagem falada culta na cidade de São Paulo, 1990.

Pode-se dizer que o acervo do Projeto NURC provocou o surgimento de dois centros de interesse científico: o da Análise da Conversação, estimulado por Luiz Antonio Marcuschi em Recife, e por Dino Preti, em São Paulo, e o da Gramática do Português Falado, que coordeno desde 1987, e que reúne hoje 36 lingüistas brasileiros de 12 universidades de pós-graduação.

Exerceu muita influência no desenvolvimento desses trabalhos a publicação das amostras de São Paulo, pelos Professores Dino Preti, Hudinilson Urbano e por mim mesmo, e pela decisão tomada pelo conjunto das cidades, em 1985, no sentido de compartilhar amostras representativas desse corpus e pô-las à disposição do público para pesquisas. Temos em andamento no momento um intercâmbio desses materiais com os do Projeto de Português Fundamental, do CLUL, o que nos permitirá testar hipóteses sobre as diferenças entre o PB e o PP.

Tanto os trabalhos do grupo original do Projeto NURC quanto aqueles gerados pelos conversacionalistas e pelos estudiosos da Gramática do Português Falado vêm sendo publicados pela Editora da UNICAMP. Em 1989 saiu o primeiro volume, intitulado Estudos do Português Falado, em que predominam textos dos pesquisadores do Projeto NURC. Neste ano deve sair o primeiro volume da série GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO.

3 - No âmbito do intercâmbio latino-americano, despontam algumas realizações e faltam outras, o que motivou a convocação deste simpósio. Vou me limitar a três aspectos:

- a) Sintaxe comparada PE-Espanhol Americano. A Professora Paola Bentivoglio deu aqui importante contribuição, quando dirigiu na UNICAMP, em 1986, um Grupo de Trabalho sobre "A Posição do Sujeito Nominal". Ela mesma havia escrito diversos estudos sobre isso, fundamentada nos materiais do "Proyecto" em Caracas. De sua passagem pelo Brasil resultou a conclusão de um estudo ainda inédito sobre o assunto, e, indiretamente, a Dissertação de Mestrado de Rosane de Andrade Berlinck, sobre a posposição do sujeito, defendida na UNICAMP. Muito inquieto, essa Colega passou pelo Rio de Janeiro, onde difundiu os estudos pioneiros de Ambrosio Rabanales, dela mesma com Francesco D'Introno e Marina Arjona sobre o Queísmo e o Dequeísmo no Espanhol Falado. Inspirada nessas pesquisas, Maria Cecília de Magalhães Molica defendeu no final do ano passado, na UFRJ, sua tese de



doutoramento sobre o mesmo problema no PS. Eis aí por que a ABRALIN a convidou para este Simpósio. Paola Bentivoglio falará sobre o "Proyecto" na Venezuela.

Tem fundamental importância para o desenvolvimento dessas comparações os trabalhos sobre Sintaxe Paramétrica desenvolvidos por Fernando Tarallo e Mary Kato, e anunciados em seu Harmonia Trans-Sistêmica: variação intra e interlingüística, 1989. Eles mostram aí como as propriedades paramétricas do modelo Gerativo podem compatibilizar-se com os cálculos de probabilidade do modelo variacionista. Dentre os exemplos mencionados - e não vou tirar aos participantes o prazer de se darem conta disso por eles mesmos - os autores mencionam os estudos sobre a inversão do sujeito no francês canadense, no espanhol mexicano falado em Los Angeles e no português carioca, e mostram como os fatores condicionadores atuam na mesma direção, gerando uma sorte de harmonia trans-sistêmica.

b) Outro problema lingüístico sobre o qual poderá desenvolver-se a integração das pesquisas lingüísticas na AL é o do bilingüismo. Particularmente forte no Peru, na Bolívia e no Equador, mais atenuado e mais localizado no caso do Brasil (veja-se os estudos de Mário Bonatti e Paulino Vandrasen e todo o vasto Projeto do Censo Lingüístico do Sul do Brasil), ora em curso pela UFPR, UFSC e UFRS), o bilingüismo apresenta no Canadá uma problemática muito especial. Sobre esse assunto falará Shana Poplack, da Universidade de Ottawa, numa intervenção que, espero, possa ter muitos desdobramentos nos projetos de integração visados pela SBPC nesta sua 42ª Reunião Anual.

Porto Alegre, 1990

## NOTA

- \* Apresentação do Simpósio homônimo, organizado pela ABRALIN no contexto da 42ª Reunião Anual da SBPC (Porto Alegre, 1990).

## 1. Introduction

Il est désormais bien connu que les inégalités de pouvoir qui caractérisent les différents groupes d'une société se reflètent au niveau de la variabilité linguistique et des attitudes envers celle-ci. D'ordinaire, le groupe dominant érige son usage linguistique en modèle, si bien que l'emploi d'une variété de langue peu prestigieuse par les groupes dominés réduit leurs chances de promotion sociale. Les locuteurs des groupes minoritaires sont donc souvent confrontés au dilemme suivant: viser la mobilité sociale en adoptant la variété linguistique du groupe dominant ou maintenir leur identité propre en conservant leur variété linguistique. Quelle que soit la solution choisie, celle-ci est alors évaluée par les autres membres de la communauté linguistique en fonction de sa valeur sociale et symbolique. Des recherches ont montré que les attitudes envers des variétés linguistiques qui se font concurrence et l'évaluation de celles-ci ont un effet sur le comportement des locuteurs, qui dans les situations multilingues peut se traduire par le maintien ou l'abandon d'une langue au niveau sociétal et par la direction, l'amplitude et le type d'adaptation ou d'emprunt entre variétés au niveau linguistique.

L'étude des attitudes envers le contact linguistique et des conséquences de celui-ci est donc un aspect primordial de notre recherche en cours sur le français parlé le long de la frontière entre le Québec et l'Ontario, plus précisément dans la région de la capitale nationale du Canada. Depuis 1839, au moins, les Canadiens français se sont trouvés en position minoritaire partout au Canada sauf au Québec, et lentement mais inexorablement leur langue a perdu du terrain par rapport à l'anglais, la langue usuelle des affaires de l'administration, des médias et des loisirs. Il n'est donc pas surprenant que de nombreuses recherches (dont Lambert *et al.* 1960; Lambert 1967; Giles et Powesland 1975; Clarke et King 1982; Clément sous presse) indiquent que les attitudes des Canadiens français envers leur langue sont moins positives que leurs attitudes à l'égard de l'anglais. Les spécialistes de la linguistique historique et ceux qui étudient le contact des langues et le

changement linguistique admettent généralement - bien qu'ils en fassent rarement la démonstration - que le sentiment d'insécurité linguistique au sein d'une communauté minoritaire est un facteur qui accentue le changement linguistique, l'assimilation et finalement la perte de la langue.

La région d'Ottawa-Hull constitue un laboratoire idéal pour l'étude synchronique de ces questions. Bien que les deux villes forment un seul complexe urbain, elles sont séparées par la rivière des Outaouais, qui constitue une frontière à la fois interprovinciale, géographique et linguistique: du côté québécois, le français est en situation majoritaire alors que du côté ontarien il est minoritaire (en 1981, on n'y a recensé que 19 p.100 d'individus de langue maternelle française).

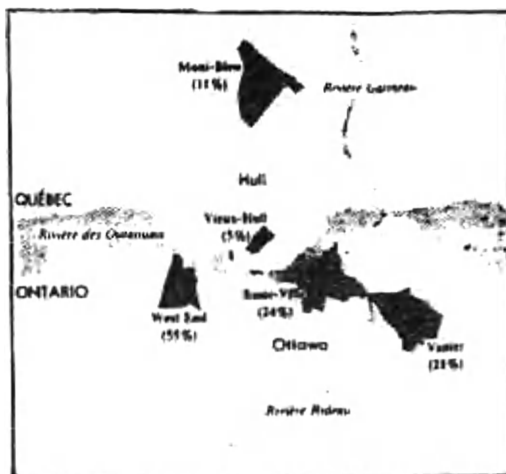
De par sa composition, la région considérée nous permet de mesurer le rôle du statut des langues (majoritaire vs minoritaire) en tant que déterminant sociostructural des attitudes et du comportement linguistiques. Si, comme l'ont avancé D'Anglejan et Tucker (1973), Bourhis et Genessee (1980), Genessee et Bourhis (1982), Dacust (1985), le mouvement nationaliste québécois des années 70 a eu une influence positive sur l'identité canadienne-française au Québec, on pourrait s'attendre à ce que les locuteurs de la région de Hull (côté québécois) fassent montre d'un niveau de sécurité linguistique et de résistance à l'emprunt à l'anglais plus élevé que les locuteurs franco-ontariens. En revanche, on pourrait aussi constater une absence de différence entre les francophones minoritaires et les francophones majoritaires à la suite de ce que les dialectologues appellent "l'effet de voisinage" (Chambers et Trudgill 1980, entre autres), c'est-à-dire la diffusion de traits linguistiques du parler d'un centre prestigieux (en l'occurrence la capitale nationale anglophone) aux régions voisines.

L'échantillon de locuteurs a été prélevé dans cinq quartiers situés de part et d'autre de la frontière et incluant des proportions différentes de francophones (figure 1). Nous voulions ainsi vérifier l'hypothèse selon laquelle l'influence interlinguistique serait particulièrement évidente lorsque la langue qui la subit est en situation minoritaire. Les cinq échantillons ont été tirés au hasard et stratifiés en fonction d'un certain nombre de paramètres extralinguistiques, de sorte qu'ils sont pleinement représentatifs de la population francophone originale d'Ottawa et de Hull. Les locuteurs faisant partie de l'échantillon ont participé à des entrevues sociolinguistiques informelles qui ont fourni environ 340 heures de discours bilingue naturel, duquel les

résultats dont il est question ici sont tirés<sup>2</sup>.

Nous commencerons par présenter les résultats de nos recherches sur les attitudes linguistiques des francophones de la région d'Ottawa-Hull (Poplack et Miller 1985) et nous essaierons par la suite de les corroborer par le biais d'une étude séparée du comportement linguistique centrée sur les mécanismes d'incorporation d'éléments anglais dans le discours en français de nos sujets. Nous tenterons notamment de montrer que des facteurs individuels (par exemple, le niveau de bilinguisme et les attitudes linguistiques) et sociologiques (comme l'appartenance sociale, le lieu de résidence et le statut du français en ce lieu) sont en corrélation avec la fréquence et le type des usages anglais dans le discours en français des locuteurs.

FIGURE 1  
Quartiers échantillonnés dans la région d'Ottawa-Hull<sup>1</sup>



- 1 - Les pourcentages indiquent la proportion d'individus de langue maternelle anglaise dans chaque quartier. Ces chiffres proviennent du recensement de 1976, le seul qui était disponible au moment de l'enquête.

## 2. Les attitudes linguistiques dans la région d'Ottawa-Hull

Précisons tout d'abord le contexte sociolinguistique des résultats que nous allons présenter. Notons qu'à Ottawa comme à Hull les francophones se déclarent massivement bilingues et que l'on ne constate présentement aucun signe que l'anglais est en train de supplanter le français. Cela étant établi, on peut observer chez les francophones d'Ottawa certains types d'habiletés et de comportements en anglais. Ainsi, les locuteurs qui déclarent parler l'anglais ou les deux langues avec leurs parents ou leur conjoint ou avec les deux, qui ont été scolarisés en anglais et en français, qui lisent le journal anglais et regardent la télévision anglaise, qui considèrent que l'anglais est une langue facile à apprendre, proviennent surtout des quartiers situés à Ottawa.

Un premier ensemble de questions qui ressort d'une analyse systématique du contenu de notre corpus bilingue a trait à la reconnaissance du caractère distinctif des variétés de français, aux sentiments des locuteurs à leur égard et à l'insécurité linguistique de ceux-ci par rapport à leur propre dialecte. Tous les sujets ont des sentiments négatifs à l'égard du dialecte local et de leur propre idiolecte. Cependant, les locuteurs minoritaires (c'est-à-dire ceux d'Ottawa) semblent prêter plus d'attention au français de Hull, sont plus conscients de ses traits distinctifs et mieux disposés à son égard que les locuteurs de Hull relativement au français d'Ottawa<sup>4</sup>. Or aussi bien à Hull qu'à Ottawa, on caractérise le français local de la même façon: tout d'abord comme plein d'anglicismes, et ensuite comme du "joual"<sup>5</sup>. Nous reviendrons sur ces points de convergence lorsque nous discuterons des différences de comportement linguistique entre les francophones de chacun des deux côtés de la frontière.

Un autre ensemble de questions pertinentes à cette étude a trait à l'évaluation globale du français et de l'anglais ainsi que du bilinguisme et de ses effets, autant de points qui, comme on pourrait s'y attendre, préoccupent davantage les francophones d'Ottawa que ceux de Hull. Si l'ensemble des locuteurs est d'accord pour attribuer une valeur utilitaire à l'anglais et une valeur affective au français, les francophones d'Ottawa attribuent aussi une valeur affective au bilinguisme alors que pour les francophones de Hull il ne s'agit que d'une nécessité pratique. Tous les informateurs considèrent qu'il y a des choses qu'il est plus facile de dire en anglais. Dans le cas des locuteurs de Hull, cette

Québec se distinguent tous par une plus grande combativité, insularité et affirmation de leurs droits. Ils sont plus nombreux à remarquer que le français décline dans leur quartier, à s'opposer à la perte éventuelle des services en français, à insister sur l'emploi du français lorsqu'on s'adresse à un inconnu, à être d'avis que les anglophones devraient apprendre le français et à se déclarer contre les mariages interraciaux ou interethniques. Sur tous ces points les francophones d'Ottawa sont plus accommodants.

En résumé, qu'ils résident dans un milieu minoritaire ou majoritaire, les informateurs expriment ouvertement leur insécurité linguistique en dénigrant leur propre idiote et le français local, en estimant que les autres variétés de français sont supérieures, en attribuant une valeur utilitaire à l'anglais tout en restreignant l'emploi du français au domaine affectif, etc. Ces attitudes reflètent une perception pancanadienne du rôle du français, mise en évidence par de nombreuses autres études. Toutefois, les témoignages indirects que nous avons recueillis montrent que les francophones de Hull sont uniformément moins conciliants envers la langue (et la culture) anglaise, c'est-à-dire font preuve d'une certaine sécurité linguistique (même si celle-ci est relativement volée), que l'on peut sans doute attribuer à leur appartenance à un groupe majoritaire. Par contre, les francophones minoritaires d'Ottawa se montrent, dans leurs préoccupations et leurs attitudes, plus soucieux de s'adapter socialement et linguistiquement à la situation de contact de langue, plus conscients d'avoir à le faire et plus prêts à agir en conséquence. Leurs observations sur l'influence de l'anglais sur leur français sont également plus réalistes: ils reconnaissent que des mots anglais ont supplanté des équivalents français dans leur vocabulaire, ils décrivent correctement l'alternance de code qu'ils pratiquent, l'attribuent au fait qu'ils emploient copieusement l'anglais et en ont une perception plutôt neutre que négative.

Une analyse indépendante de la façon dont ces locuteurs ont recours à l'anglais lorsqu'ils s'expriment en français permet de corroborer certaines des attitudes conatives des francophones d'Ottawa. Cette analyse révèle aussi que les opinions cognitives et affectives des francophones de Hull relativement à l'influence négative de l'anglais sur le français sont davantage idéologiques que fondées dans la pratique. En nous concentrant dans les sections suivantes sur les deux principales manifestations de l'anglais dans le discours français - l'alternance de code et l'emprunt -, nous verrons que les locuteurs de Hull non seulement utilisent beaucoup

moins d'anglais quand ils parlent en français, mais encore l'utilisent différemment des francophones d'Ottawa et ce, en dépit du fait que les anglicismes les préoccupent plus.

Durant ces dernières années, nous avons entrepris une série de recherches qui montrent que l'alternance de code et l'emprunt sont soumis à des contraintes linguistiques différentes (Poplack et Sankoff 1984; Sankoff et al. 1986; Poplack et al. 1987; Nait M'Barek et Sankoff 1987; Poplack et al. 1988; Poplack et Sankoff sous presse). Dans la présente étude, nous voudrions montrer qu'ils sont également influencés par des facteurs sociaux différents. Ainsi, bien que les francophones d'Ottawa et ceux de Hull aient globalement recours aux mêmes techniques pour incorporer des éléments anglais dans leur français (techniques qui diffèrent, par exemple, de celles des Portoricains de New York qui ont fait, eux aussi, l'objet de recherches quantitatives (Poplack 1980 et 1981; Poplack et Sankoff 1984), il y a entre ces deux groupes de francophones des différences qu'il est possible d'attribuer à leur statut majoritaire ou minoritaire.

### 3. L'alternance de code dans la région d'Ottawa-Hull

Pour une discussion détaillée des problèmes reliés à la distinction entre l'emprunt et l'alternance de code, le lecteur est renvoyé aux références citées plus haut. Contentons-nous de dire ici que le discours en français de nos locuteurs peut contenir une quantité généreuse d'éléments anglais dont le statut d'emprunt ou d'alternance de code n'est pas clair à première vue, car leur forme superficielle est en accord avec la morphologie ou la syntaxe des deux langues (cf. les mots en italique dans les exemples (5a) et (5b)).

(5a) Il y avait une *band* [orchestre] là qui jouait de la musique *steady* [continuellement], pis il y avait des *games* [jeu] de *ball* [balle], pis... ils vendaient de l'*ice cream* [la glace], pis il y avait une grosse *beach* [plage], le monde se baignait. (057/890)

(5b) Il y avait toutes sortes de chambres là, tu sais là, un *dining room* [salle à manger], *living room* [salon], un *den* [étude], un *family room* [séjour], un *rec room* [salle de jeu], mais... mille neuf cent quatre-vingt-dix-neuf par mois. (037/181)



Inversement, il y a des séquences qu'il est possible d'identifier à telle ou telle langue sur la base de leurs caractéristiques morphologiques et syntaxiques. Ainsi les éléments d'origine anglaise dans les exemples (6a) et (6b) sont utilisés à la française et non à l'anglaise (affixation d'un morphème français dans (6a) et respect de la syntaxe française dans (6b)).

(6a) Sont *spoiled rotten* [gâtés pourris]. (041/1140)

(6b) À côté il y en a un autre gros *building high-rise* [tour]. (029/175)

De telles formes ont été exclues de notre étude d'alternance de code. La discussion qui suit repose sur l'analyse de quelque 2000 alternances de code non ambiguës, c'est-à-dire d'énoncés composés de plusieurs mots qui ne sont pas intégrés au lexique, à la syntaxe et à la morphologie du français (cf. les passages en italique dans les exemples (7a) et (7b)).

(7a) Je viens déprimée and *I take it out on the kids*. (015/1120) ([...] et je me défoule sur les enfants.)

(7b) Tu sais, *I helped them* à comprendre le français pls à parler. (014/569) ([...] je les ai aidés [...])

Un examen de la distribution des alternances de code dans les cinq quartiers inclus dans notre échantillon (Poplack 1985) confirme notre hypothèse initiale sur l'influence du statut du français au plan local, du moins du point de vue quantitatif: les francophones d'Ottawa produisent trois à quatre fois plus d'alternances de code que ceux de Hull (cf. plus loin le tableau 1). Cela dit, il est remarquable que, des deux côtés de la frontière, la grande majorité de ces alternances de code semblent remplir les mêmes quatre fonctions ou modalités: l'alternance de code fournit l'expression adéquate (ou le "mot juste", cf. l'exemple (8a)), elle est produite dans le contexte d'une discussion sur la langue ou de commentaires métalinguistiques (cf. l'exemple (8b)), elle est encadrée ou précédée par des expressions indiquant sa provenance linguistique (cf. l'exemple (8c)), et finalement elle est produite dans le contexte d'une explication, d'une précision ou d'une traduction (cf. l'exemple (8d)).

- (8a) Oh, you're darn right qu'ils en mangeraient des maudites rinces.  
(005/3254)  
(Tu peux être sur [...])
- (8b) Pis "chat sauvage". Je dirais pas "un chat sauvage". M'as dire, "garde le beau raccoon [raton laveur]!" (109/3254)
- (8c) Qu'est-ce qu'ils appellent le frog [grenouille] en anglais là, c'était le français dans ce temps-là. (079/412)
- (8d) Ils ont eué [sic] cinq détenus là, des screws [matons], des gardiens, ouais. (085/1405)

L'emploi de l'alternance de code pour remplir certaines fonctions discursives a fait l'objet de nombreuses études (cf., entre autres, Gumperz 1982; Valdés 1981; Auer 1981; Scotton sous presse). Plutôt que d'essayer d'interpréter le sens d'alternances de code particulières, nous allons nous concentrer sur leur fonction générale dans le discours, à savoir le balisage ou l'interruption de la chaîne parlée et les conséquences de cette fonction sur la séparation des systèmes linguistiques français et anglais. La caractéristique sans doute la plus remarquable des types d'alternance de code attestés dans le corpus de la région d'Ottawa-Hull est la fréquence très réduite, quel que soit le quartier, d'alternances de code produites spontanément lors de changements de tour de parole à l'intérieur d'un même entretien (cf. l'exemple (9a), d'alternances de code impliquant des phrases entières ou des propositions indépendantes (cf. les exemples (9b) et (7a) et (7b) plus haut) et surtout d'alternances de code intraphrastiques (cf. l'exemple (9c)).

- (9a) Enquêteur: C'est juste un petit micro, il y a une clip tu peux mettre sur ton gilet là.  
Informateur: I'm a star! (002/27)  
(Je suis une [...])
- (9b) Nous autres on était mariés, et pis we fight for our marriage. (044/1770)  
([...] nous avons tout fait pour sauver notre mariage.)

(9c) À moins qu'ils diraient que le *brain* [cerveau] est *completely finished* ([complètement mort]), *pis* que toute, toute, toute, toute est fini. (066/2025)

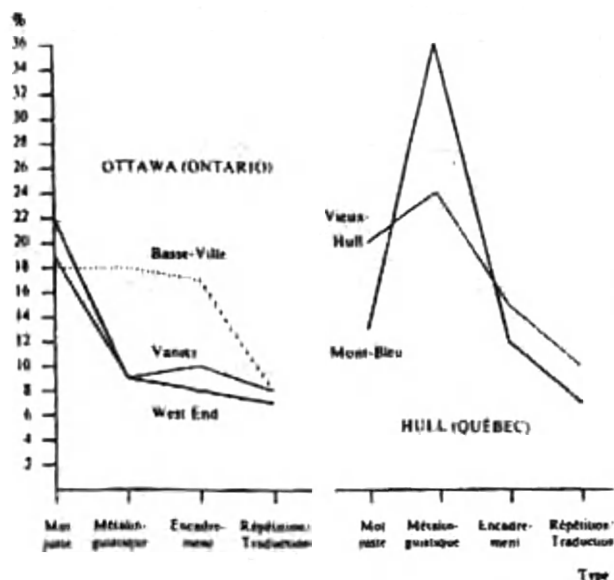
Ainsi le type d'alternance de code que nous avons plus tôt (Poplack 1980) étiqueté comme "véritable" (c'est-à-dire que l'on ne peut attribuer à des fonctions stylistiques ou discursives particulières, ni interpréter de façon spécifique sur le plan local) ne constitue qu'un phénomène secondaire dans la communauté francophone d'Ottawa-Hull. Ici, au contraire, les francophones des deux côtés de la frontière, même s'ils disent ne pas avoir de liens de communication étroits (Poplack et Miller 1985), partagent une même stratégie d'incorporation d'énoncés anglais dans leur discours en français (en ce sens, ce sont deux communautés hautement "convergentes" - *focussed*, dans la terminologie de LePage et Tabouret-Keller 1980). Cette stratégie a pour effet de mettre en vedette ou d'attirer l'attention sur l'énoncé étranger et de signaler par là même que le locuteur en est conscient, ce qui est tout à fait différent de l'emploi beaucoup plus spontané et non réfléchi de l'anglais rapporté dans les communautés hispanophones (portoricaines, entre autres) aux États-Unis. Le parallélisme entre le comportement langagier des francophones d'Ottawa et celui de Hull est sans doute imputable à deux des agents cités par LePage et Tabouret-Keller comme favorisant la convergence: les sentiments d'appartenance de groupe et d'insécurité linguistique vis-à-vis du modèle d'identification anglophone éprouvés par les francophones vu leur position minoritaire dans le contexte canadien.

Quoi qu'il en soit, une comparaison plus poussée des alternances de code produites par les francophones des quartiers québécois et ontariens fait ressortir des différences assez subtiles au niveau des usages que ceux-ci en font, en sus des écarts importants de fréquence notés plus haut (figure 2).

Dans les quartiers d'Ottawa (où les francophones sont minoritaires), les alternances de code vers l'anglais ont surtout pour fonction de fournir l'expression appropriée (*mot juste*), ce qui va de pair avec les attitudes exprimées par les résidents de ces quartiers (cf. plus haut). Au Québec, par contre, où l'emploi d'énoncés anglais est mal vu, les alternances de code se limitent surtout aux commentaires métalinguistiques, stratégie qui a pour effet de montrer que le locuteur est pleinement conscient de recourir à l'anglais.

FIGURE 2

Distribution des alternances de code les plus fréquentes par type et par quartier



#### 4. Les effets relatifs des paramètres sociaux sur les alternances de code

Nous avons vu que les alternances de code intraphrastiques, typiques surtout des locuteurs ayant de bonnes habiletés bilingues (Poplack 1980) et des situations de communication intragroupe, sont évitées dans la région d'Ottawa-Hull au bénéfice des alternances de code spécialisées ou "signalisées", et cela en dépit du fait que les informateurs sont tous bilingues à des degrés variables. Si la connaissance des deux langues était le facteur déterminant, on s'attendrait au moins à ce que les plus bilingues parmi eux aient recours aux alternances de code exigeant justement un haut niveau de bilinguisme. En fait, comme le fait voir le tableau 1, le degré de bilinguisme (tel que mesuré par un indice de compétence en anglais) joue un rôle important, du moins en ce qui concerne les taux généraux d'alternance de code: les informateurs les plus bilingues ont tendance à produire des alternances vers l'anglais environ cinq fois plus souvent que les locuteurs les moins bilingues.

Le fait que le français soit une langue minoritaire ou majoritaire, selon la province de résidence, exerce aussi une influence, quoique moindre que celle exercée par la compétence en anglais, à en juger par les écarts (c'est-à-dire la différence entre les taux d'alternance de code le plus bas et le plus élevé). La plupart des alternances de code ont lieu dans les quartiers d'Ottawa où l'anglais est la langue officielle. Il apparaît enfin que la classe socio-économique revêt aussi une certaine importance, les locuteurs de la bourgeoisie alternant un peu moins souvent que les autres. Or il est possible que certains de ces facteurs soient corrélés les uns avec les autres. Par exemple, les locuteurs les plus bilingues peuvent se trouver en plus grand nombre dans les quartiers d'Ottawa ou parmi les bourgeois. Afin de vérifier l'indépendance (ou non) des influences exercées par les trois groupes de facteurs, ainsi que leur importance relative, nous les avons croisés (tableau 2).

Le tableau 2 montre que deux paramètres - compétence en anglais et lieu de résidence - exercent des effets significatifs (d'ampleur sensiblement égale) sur les taux généraux d'alternance de code.

Par ailleurs, leurs effets sont indépendants, puisque pour un même niveau de compétence en anglais, les locuteurs ontariens affichent des taux d'alternance de code nettement plus élevés, en même temps que de chaque côté de la frontière ce sont les locuteurs qui ont la meilleure compétence en anglais qui alternent les langues le plus souvent.

TABLEAU 2

Effets relatifs du lieu de résidence, de la compétence en anglais et de la classe sociale sur les alternances de code (taux généraux)

<i>Lieu de résidence et compétence en anglais</i>					
Compétence en anglais	Résidence		Moyenne	Écart	
	Ottawa	Hull			
Faible	13,6	5,2	9,0	14,2	
Très bonne	26,4	8,9	23,2		
Moyenne	20,7	5,9			
Écart	14,8				
<i>Lieu de résidence et classe sociale</i>					
Classe sociale	Résidence		Moyenne	Écart	
	Ottawa	Hull			
Classe ouvrière (OU)	26,0	4,2	15,9	8,5	
Petite bourgeoisie (PB)	18,6	21,1	19,3		
Moyenne bourgeoisie (MB)	22,8	4,8	10,8		
Moyenne	21,3	10,3			
Écart	11,0				
<i>Compétence en anglais et classe sociale</i>					
Compétence en anglais	Classe sociale			Moyenne	Écart
	OU	PB	MB		
Faible	7,4	11,0	6,3	9,0	14,2
Très bonne	27,5	21,2	19,7	23,2	
Moyenne	15,5	15,4	10,8		
Écart	4,7				

L'effet apparent de classe noté au tableau 1 n'est en réalité probablement qu'une fluctuation statistique. Si l'on examine chaque niveau de compétence en anglais et chaque lieu de résidence séparément (tableau 2), on s'aperçoit que la classe sociale n'opère pas de façon systématique et parallèle comme elle le devrait si elle exerçait réellement un effet indépendant sur les taux généraux d'alternance de code.

D'autres facteurs (par exemple, le sexe, l'âge) se sont avérés ne pas avoir, eux non plus, d'effets significatifs sur les taux généraux d'alternance de code. Seuls deux facteurs donc sont des prédicteurs de la tendance à alterner les deux codes: la compétence en anglais et le milieu linguistique (ou lieu de résidence) de l'individu. Il va de soi que l'alternance de code présuppose une certaine compétence en anglais. Mais indépendamment de cela, il est clair que ce sont la communauté linguistique à laquelle appartient l'individu et son adhésion aux attitudes linguistiques qui y prévalent qui déterminent non seulement le taux général mais aussi, dans une certaine mesure, le "type" d'alternance de code. En effet, le croisement des facteurs susceptibles d'influer sur les taux généraux d'alternance de code confirme que seul le lieu de résidence exerce un effet systématique et indépendant sur le type d'alternances de code (tableaux 3 et 4). Ce résultat vient confirmer ce que nous avons déjà avancé (Poplack 1980 et 1985), à savoir que ni l'alternance de code en tant que telle, ni le type d'alternance de code ne se produisent sans référence aux patrons de communication en vigueur dans la communauté bilingue.

Cela expliquerait, d'une part, le manque d'alternances de code intraphrastiques et la préférence accordée aux alternances de code spécialisées ou signalisées dans la région d'Ottawa-Hull et, d'autre part, pourquoi les locuteurs minoritaires et majoritaires accordent leur préférence à des stratégies différentes d'alternance. Nous avons vu la raison pour laquelle les locuteurs d'Ottawa ont proportionnellement<sup>10</sup> plus souvent recours à l'alternance de code pour exprimer le *mot juste*, tandis que ceux de Hull, plus sûrs d'eux-mêmes sur le plan linguistique (et politique), préfèrent une stratégie d'alternance des langues qui les distancie maximale-ment de leur énoncé anglais.

TABLEAU 3

Effets relatifs du lieu de résidence, de la compétence en anglais et de la classe sociale sur les alternances de code du type "mot juste"

<i>Lieu de résidence et compétence en anglais</i>				
Compétence en anglais	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Faible	3,1	1,0	1,9	2,4
Très bonne	5,1	1,0	4,3	
Moyenne	4,2	1,0		
Écart	3,2			

<i>Lieu de résidence et classe sociale</i>				
Classe sociale	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Classe ouvrière (OU)	6,1	0,6	3,6	2,2
Petite bourgeoisie (PB)	3,5	1,6	3,0	
Moyenne bourgeoisie (MB)	1,8	1,2	1,4	
Moyenne	4,2	1,1		
Écart	3,1			



<i>Compétence en anglais et classe sociale</i>					
Compétence en anglais	Classe sociale			Moyenne	Écart
	OU	PB	MB		
Faible	2,9	4,0	1,1	2,8	0,2
Très bonne	4,2	2,5	2,0	3,0	
Moyenne	3,6	2,9	1,4		
Écart	2,2				

TABLEAU 4

Effets relatifs du lieu de résidence, de la compétence en anglais et de la classe sociale sur les alternances de code du type "commentaire métalinguistique"

<i>Lieu de résidence et compétence en anglais</i>				
Compétence en anglais	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Faible	2,3	1,6	1,9	0,4
Très bonne	2,5	1,6	2,3	
Moyenne	2,4	1,6		
Écart	0,8			

<i>Lieu de résidence et classe sociale</i>				
Classe sociale	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Classe ouvrière (OU)	2,8	1,1	2,0	0,5
Petite bourgeoisie (PB)	2,2	2,3	2,3	
Moyenne bourgeoisie (MB)	2,2	1,7	1,8	
Moyenne	2,4	1,6		
Écart	0,8			

<i>Compétence en anglais et classe sociale</i>					
Compétence en anglais	Classe sociale			Moyenne	Écart
	OU	PB	MB		
Faible	1,0	3,1	1,8	2,0	0,5
Très bonne	3,6	1,9	2,0	2,5	
Moyenne	2,0	2,5	1,9		
Écart	0,6				

### 5. L'emprunt

Abordons maintenant une autre conséquence majeure du contact avec l'anglais: l'emprunt. L'emprunt lexical implique une incorporation de mots individuels d'une L2 (ou de composés ayant le statut de mots simples) dans le discours en L1 (ou langue réceptrice), ces incorporations subissant d'ordinaire des adaptations les rendant conformes aux patrons phonologique, morphologique et syntaxique de la langue réceptrice. Le statut de "mot d'emprunt" n'est cependant traditionnellement conféré qu'aux

les items lexicaux simples d'origine anglaise (c'est-à-dire ceux exclus, par définition, du corpus des alternances de code) furent extraits de chaque entrevue, ce qui a donné plus de 20.000 emprunts, tous ayant été utilisés de façon naturelle en discours français. Nous les avons triés en quatre catégories selon leur degré de diffusion dans la communauté. Nous ne retenons ici que deux catégories, celle des emprunts *répandus* (utilisés par plus de 10 locuteurs) et celle des emprunts *spontanés* (utilisés une seule fois par un seul locuteur).

Nous allons d'abord présenter une image générale de ces deux types d'emprunt, puis nous montrerons qu'ils ont une distribution inégale parmi les différents sous-groupes de la population. En premier lieu, la majorité (57 p.100) des emprunts utilisés par les locuteurs sont *répandus*, et la plupart de ces derniers sont attestés dans les dictionnaires du français canadien et européen. De plus, les mots d'emprunt sont répartis à travers de nombreux champs sémantiques, de sorte que l'emprunt, à la différence de l'alternance de code, n'est pas spécialisé et ne peut être mis sur le compte de "besoins" lexicaux. Toujours à la différence des alternances de code, que l'on retrouve parmi toutes les parties du discours, les emprunts sont concentrés dans trois catégories grammaticales: les noms d'abord, les verbes ensuite et enfin les adjectifs - les classes dites ouvertes - et ce, à des fréquences qui dépassent de loin la fréquence d'occurrence de ces catégories dans le discours unilingue. Nous avons trouvé que les mots simples d'origine anglaise se voyaient intégrés en français dès leur première introduction dans la langue ou très peu de temps après. Ainsi un substantif tend à prendre toujours le même genre et la déviance zéro dans les contextes pluriels, les verbes s'assimilent sans exception à la première conjugaison et tous les emprunts quels qu'ils soient occupent toujours la place syntaxique qui leur revient en français (cf. l'exemple (6b) plus haut), peu importe leur degré de diffusion à l'heure actuelle dans la communauté. Ce n'est que sur le plan phonologique que l'intégration est fonction croissante de la date d'attestation du mot d'emprunt et de sa fréquence d'usage actuelle.

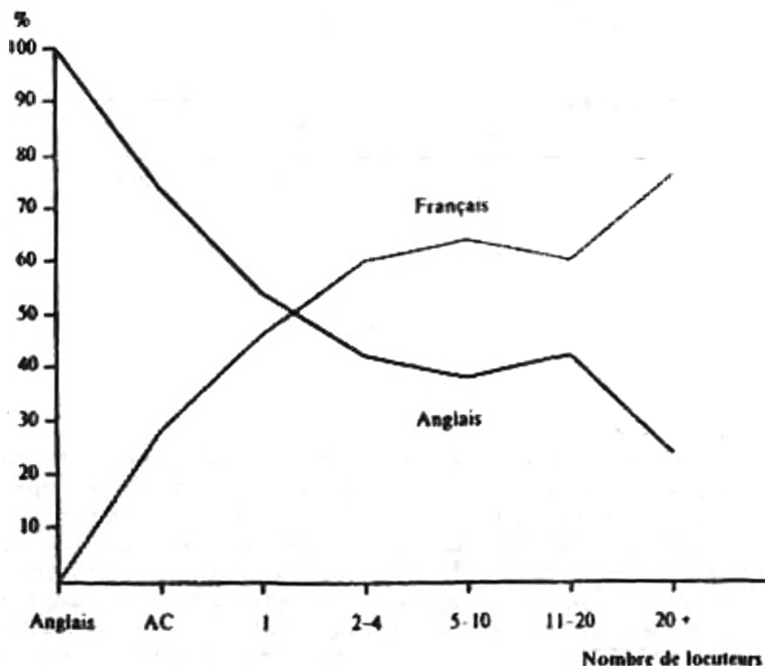
La figure 3 montre que les emprunts spontanés ont presque autant de chances d'être prononcés à la française que de conserver leur prononciation anglaise. Les alternances de code vers l'anglais, par contre, sont prononcées à l'anglaise dans 75 p.100 des cas. L'indice d'intégration des emprunts augmente de façon constante en fonction du degré de diffusion, de sorte que plus un

mot d'emprunt est diffusé dans la communauté, moins il a de chances d'être prononcé à l'anglaise.

Le degré d'intégration phonologique des emprunts varie sensiblement de la même façon en fonction de la date d'attestation. Si les mots d'emprunt non attestés ne sont pas plus souvent intégrés au français qu'à l'anglais, en revanche les emprunts les plus anciennement attestés sont le plus souvent adaptés aux patrons phonologiques du français.

FIGURE 3

Taux moyen d'intégration phonologique des emprunts (%) en fonction de leur degré de diffusion (nombre de locuteurs les ayant utilisés), comparativement aux alternances de code (AC) et à l'usage en langue donneuse (l'anglais)



Donc, malgré une apparente variabilité, le noyau des emprunts lexicaux dans le français d'Ottawa-Hull comprend surtout des emprunts "établis", c'est-à-dire des emprunts attestés depuis longtemps et répandus dans la région. Ce sont le plus souvent des substantifs; ils ont très nettement tendance à s'intégrer au système grammatical du français et ils subissent une intégration phonologique parallèle à des taux qui dépassent de loin ceux des items lexicaux carrément anglais (c'est-à-dire les alternances de code), tendance surtout notable en ce qui concerne les emprunts les plus répandus. L'inventaire de base des mots d'origine anglaise en français se compose donc d'éléments qui, en pratique, sont indifférenciables de leurs contreparties françaises, c'est-à-dire qui font partie intégrante du système lexical français. Ils se démarquent en cela des alternances de code, lesquelles conservent sans exception la morphologie et la syntaxe anglaises.

Nous avons déjà signalé que beaucoup d'emprunts utilisés dans la région ne font pas partie de l'inventaire des mots d'emprunt de base, notamment les emprunts spontanés. Examinons maintenant la fréquence de ces emprunts en fonction des caractéristiques de leurs utilisateurs afin de voir dans quelle mesure celles-ci influent sur (1) le taux général des emprunts et (2) la préférence pour les emprunts spontanés ou répandus.

##### 5. Les effets relatifs des facteurs sociaux sur l'emprunt

Comme ce fut le cas pour l'alternance de code, le niveau de compétence en anglais est un prédicteur puissant et statistiquement significatif à la fois du taux et du type d'emprunts. Les taux généraux inscrits au tableau 5 indiquent que les locuteurs les plus bilingues sont ceux qui utilisent proportionnellement le plus de mots d'origine anglaise.

Il s'avère également que les locuteurs les plus bilingues sont innovateurs; ils ont une prédilection certaine pour les emprunts spontanés. Leur meilleure connaissance de l'anglais et leur usage plus fréquent de cette langue sont sans doute ce qui explique leur recours aux emprunts spontanés, qui, par définition, présupposent qu'ils ont une plus grande accessibilité au lexique de L2 que ceux qui connaissent moins bien l'anglais.

Le statut du français dans la communauté où réside l'individu a également une influence importante sur l'emprunt. Qu'il s'agisse du taux ou du type d'emprunt, il y a des différences systématiques entre les quartiers d'Ottawa et ceux de Hull. Il semblerait donc

que l'emprunt est tributaire du degré d'exposition à l'anglais dans le milieu; c'est à Ottawa que l'on note les taux d'emprunt les plus élevés (taux général ou taux d'emprunts spontanés).

La classe sociale, quant à elle, exerce une certaine influence négative sur l'emploi des emprunts à l'anglais. On voit, en effet, que la moyenne bourgeoisie affiche un taux d'emprunt réduit et que les emprunts de type spontané sont proportionnellement moins fréquents. D'autres facteurs tels que l'âge, le sexe et le niveau d'instruction ne semblent pas influencer sur l'emprunt.

TABLEAU 5

Taux et type d'emprunt en fonction du niveau de compétence en anglais, du lieu de résidence et de la classe sociale<sup>1</sup>

	Compétence en anglais				Écart
	Faible	Assez bonne	Bonne	Très bonne	
% emprunts/total des mots	2,5	3,0	4,1	4,2	1,7
% emprunts spontanés/total des emprunts	7,1	9,3	12,5	13,9	6,8

Lieu de résidence						
	Ottawa			Hull		Écart
	West End	Basse-Ville	Vanier	Vieux-Hull	Mont-Bleu	
% emprunts/total des mots	3,4	3,8	4,7	2,8	1,9	2,8
% emprunts spontanés/total des emprunts	12,1	12,1	14,5	6,9	5,6	8,9

Classe sociale					
	Classe ouvrière		Bourgeoisie		Écart
	Petit	Moyenne	Petite	Moyenne	
% emprunts/total des mots	4,0	3,1	3,5	1,9	2,1
% emprunts spontanés/total des emprunts	10,1	12,1	9,8	8,2	1,9

1 - Le taux d'emprunt est le calcul des mots différents d'origine anglaise par rapport à tous les mots (c'est-à-dire du vocabulaire total). Le type d'emprunt est le calcul de la proportion des emprunts spontanés sur le nombre total d'emprunts.

Une fois ces effets individuels établis, on a pu de nouveau procéder à un croisement des facteurs exerçant une influence extralinguistique sur l'emprunt (tableaux 6 et 7).

La classe sociale est un meilleur prédicteur de la proportion des emprunts dans le vocabulaire total que ne le sont le milieu (c'est-à-dire le lieu de résidence) ou les caractéristiques individuelles (c'est-à-dire le niveau de bilinguisme). On peut penser que l'effet de classe découle de la pression normative en faveur d'un parler "correct". Ainsi les emprunts semblent faire partie du vocabulaire stigmatisé (que ce soit parce que les locuteurs sont conscients de leur origine anglaise ou pour toute autre raison), et à ce titre sont évités par les locuteurs appartenant aux classes plus élevées.

Il est pour le moins frappant que le niveau de bilinguisme est le facteur qui exerce le moins d'influence sur le taux d'emprunt. Ainsi, quelle que soit la capacité du locuteur à avoir accès aux mots de l'autre langue, il se conforme aux tendances qui prévalent dans sa communauté. S'il réside dans une région où l'emprunt est courant (comme à Ottawa), on est en droit de prédire qu'il y aura plus d'emprunts dans son vocabulaire que s'il habitait ailleurs, pourvu, bien sûr, que son appartenance sociale ne le prédispose pas à éviter l'emprunt.

TABLEAU 6

Effets relatifs du lieu de résidence, de la compétence en anglais et de la classe sociale sur le taux d'emprunts (emprunts en proportion de l'ensemble du vocabulaire)

<i>Lieu de résidence et compétence en anglais</i>				
Compétence en anglais	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Faible	3,3	2,3	2,8	0,8
Très bonne	4,5	2,7	3,6	
Moyenne	3,9	2,5		
Écart	1,4			



<i>Lieu de résidence et classe sociale</i>				
Classe sociale	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Classe ouvrière (OU)	4,9	2,9	3,9	2,0
Petite bourgeoisie (PB)	3,7	2,2	3,0	
Moyenne bourgeoisie (MB)	2,2	1,7	1,7	
Moyenne	3,6	2,3		
Écart	1,3			

<i>Compétence en anglais et classe sociale</i>					
Compétence en anglais	Classe sociale			Moyenne	Écart
	OU	PB	MB		
Faible	3,2	2,8	1,7	2,6	1,2
Très bonne	5,1	3,9	2,3	3,8	
Moyenne	4,2	3,4	2,5		
Écart	1,7				

Or lorsqu'on examine l'emploi des emprunts spontanés par rapport à l'ensemble des emprunts types (tableau 7), on s'aperçoit que le facteur constitué par la classe sociale n'a plus aucun pouvoir explicatif, contrairement à son influence prépondérante sur le taux d'emprunt général. Étant donné que seuls les emprunts spontanés impliquent une accessibilité directe aux mots de l'anglais (les emprunts établis pouvant être transmis par l'entremise d'autres francophones), on peut raisonnablement s'attendre à ce que le niveau de bilinguisme de l'individu soit un prédicteur clef de ce genre d'emprunt. S'il y a bel et bien un effet du niveau de bilinguisme, celui-ci est secondaire par rapport à l'influence du milieu linguistique de l'individu. Les normes de la communauté

l'emportent sur les habilités linguistiques individuelles par plus du double. Il est donc clair que le comportement des locuteurs face à l'emprunt est acquis plutôt que relié à des besoins lexicaux. S'il en était autrement, la compétence linguistique individuelle pèserait plus lourd que les autres facteurs. Le taux et le type d'emprunt dépendent au contraire des normes de la communauté linguistique, qui se manifestent sous forme de sanctions contre l'emprunt (excessif) ou sous forme d'une préférence communautaire pour un certain type d'emprunt.

Nos résultats indiquent que les emprunts, surtout les emprunts spontanés, ressemblent aux alternances de code dans la mesure où ils doivent correspondre à un mode de communication communautaire (Poplack 1980) pour devenir un usage courant. D'un autre côté, ils en diffèrent de par leurs caractéristiques linguistiques et leurs corrélations avec les facteurs extralinguistiques. La propension à alterner les codes dépend avant tout du niveau de bilinguisme du locuteur, le milieu linguistique déterminant la préférence pour un type d'alternance donné. Que la classe sociale ne joue ici aucun rôle peut s'expliquer par le fait qu'il s'agit d'alternances de code spécialisées et partagées par l'ensemble des francophones dans la région d'Ottawa-Hull. À vrai dire, le répertoire entier des phénomènes bilingues est commun aux locuteurs des deux côtés de la frontière, à des différences de fréquence près attribuables au statut du français sur le plan local, aux attitudes concomitantes des locuteurs et aux normes linguistiques en vigueur dans chacune des communautés.

TABLEAU 7

Effets relatifs du lieu de résidence, de la compétence en anglais et de la classe sociale sur le type d'emprunt (emprunts spontanés en proportion de l'ensemble des emprunts)

<i>Lieu de résidence et compétence en anglais</i>				
Compétence en anglais	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Faible	11,0	6,0	8,5	2,5
Très bonne	14,0	8,0	11,0	
Moyenne	12,5	7,0		
Écart	5,5			

<i>Lieu de résidence et classe sociale</i>				
Classe sociale	Résidence		Moyenne	Écart
	Ottawa	Hull		
Classe ouvrière (OU)	14,0	5,0	9,5	0,0
Petite bourgeoisie (PB)	12,0	7,0	9,5	
Moyenne bourgeoisie (MB)	13,0	6,0	9,5	
Moyenne	13,0	6,0		
Écart	7,0			

Compétence en anglais et classe sociale					
Compétence en anglais	Classe sociale			Moyenne	Écart
	OU	PB	MB		
Faible	8,0	9,0	6,0	7,7	5,3
Très bonne	13,0	13,0	12,0	13,0	
Moyenne	10,5	11,0	9,0		
Écart		2,0			

## 7. Conclusion

Nous avons vu que les francophones de notre échantillon, qu'ils vivent en milieu minoritaire ou majoritaire, montrent des signes d'insécurité linguistique conformes à la vision pancanadienne du rôle du français. Toutefois, les locuteurs de Hull montrent des signes indirects de sécurité linguistique, à la différence des locuteurs minoritaires, qui s'adaptent plus volontiers à la situation de contact. Ces différences d'attitudes se reflètent dans le comportement linguistique des francophones de la région: les locuteurs d'Ottawa utilisent l'anglais de façon innovatrice dans leur français par leur recours aux alternances de code et aux emprunts spontanés. Parmi les locuteurs majoritaires dont le comportement est le plus conservateur, les recours à l'anglais tendent à se limiter aux commentaires métalinguistiques ou, s'il s'agit d'emprunts, aux mots anglais établis depuis longtemps en français, lesquels sont à toutes fins utiles indifférenciables des éléments lexicaux natifs<sup>11</sup>.

## RÉFÉRENCES

- AUER, J.P. - "Bilingualism as a member's concept: language choice and language alternation in their relation to lay assessments of competence", Sonderforschungsbereich, 99, Konstanz, Universität Konstanz, 1981.
- BOURHIS, R., et F. GENESSEE. - "Evaluative reactions to code-switching strategies in Montreal", dans H. GILES, W.P. ROBINSON et P. SMITH (dir.), *Language: Social psychological perspectives*, Oxford, Pergamon Press, pp. 335-343, 1980.
- CHAMBERS, J., et P. TRUDGILL. - *Dialectology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- CLARKE, S., et R. KING. - "Speech stereotypes in French Newfoundland: An investigation of language attitudes on the Port-au-Port peninsula", dans S. CLARKE et R. KING (dir.), *Actes du sixième colloque annuel de l'Association de linguistique des provinces atlantiques*, Saint-Jean, T.-N., Université Memorial de Terre-Neuve, pp. 105-123, 1982.
- CLÉMENT, R. Sous presse. - "Second language proficiency and acculturation: An investigation of the effects of language status and individual characteristics", *Journal of language and social psychology*.
- D'ANGLEJAN, A., et G. TUCKER. - "Sociolinguistic correlates of speech in Quebec", dans R. SIRJY (dir.), *Language attitudes: Current trends and prospects*, Washington, D.C., Georgetown University Press, pp. 1-27, 1973.
- DAOUST, D. - "Planned change and lexical variation", communication présentée au congrès NWAIVE-XIV, Université Georgetown, Washington, D.C., pp. 24-26, octobre 1985.
- GENESSEE, F., et R. BOURHIS. - "The social psychological significance of codeswitching in cross-cultural communication", *Journal of language and social psychology*, 1(1): 3-27, 1982.
- GILES, H., et P.F. POWESLAND. - *Speech style and social evaluation*, London, Academic Press, 1975.

- \_\_\_\_\_ - "Syntactic structure and social function of code-switching", dans R. DURAN (dir.), *Latino language and communicative behavior*, Norwood, N. J., Ablex, pp. 160-184, 1981.
- \_\_\_\_\_ - "Contrasting patterns of code-switching in two communities", dans H.J. WARKENTYNE (dir.), *Papers of the fifth international conference on methods in dialectology*, Victoria, Département de linguistique, Université de Victoria, pp. 363-387, 1985.
- \_\_\_\_\_ - Sous presse. "The care and handling of a megacorpus", à paraître dans R. FASOLD et D. SCHIFFRIN (dir.), *Language variation and change*, Amsterdam, Benjamins.
- POPLACK, S., et C. MILLER. - "Political and interactional determinants of linguistic insecurity", communication présentée au congrès NWAWE-XIV, Université Georgetown, Washington, D.C., pp. 24-26, octobre 1985.
- POPLACK, S., et D. SANKOFF, - "Borrowing: The synchrony of integration", *Linguistics*, 22: 99-135, 1984.
- \_\_\_\_\_ - Sous presse. "Code-switching", à paraître dans U. AMMON, N. DITTMAR et K.J. MATTHEIER (dir.), *Sociolinguistics: An international handbook of the science of language and society*, Berlin, Walter de Gruyter.
- POPLACK, S., D. SANKOFF et C. MILLER. - "The social correlates and linguistic consequences of lexical borrowing and assimilation", *Linguistics*, 26: 27-104, 1988.
- POPLACK, S., S.WHEELER et A. WESTWOOD. - "Distinguishing language contact phenomena: Evidence from Finnish-English bilingualism", à paraître dans P. LILIUS et M. SAARI (dir.), *The Nordic languages and modern linguistics*, 6, Helsinki, University of Helsinki Press, pp. 33-56, 1987.
- SANKOFF, D., S. POPLACK et S. VANNIARAJAN. - "The case of the nonce loan in Tamil", rapport technique 1348, Centre de recherches mathématiques, Université de Montréal, 1986.

## NOTAS

NOTA DO EDITOR: Uma versão portuguesa deste texto foi apresentada no simpósio "Avanços na Pesquisa Sociolinguística: o estudo da língua falada", organizado pela ABRALIN no contexto da 42ª Reunião Anual da SBPC (Porto Alegre, 1990). A presente versão saiu em Raymond Mougéon e Édouard Beniak (Eds.) - *Le Français Canadien Parlé Hors Québec: aperçu sociolinguistique*, Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1989, pp. 127-151. Agradecemos à Editora da Universidade de Laval por ter autorizado sua re-edição neste Boletim da ABRALIN.

1

La recherche dont il est question ici fait partie d'un projet de plus grande envergure sur les conséquences sociolinguistiques du contact des langues dans la région d'Ottawa-Hull, projet qui a bénéficié depuis 1982 du soutien généreux du Conseil de recherches en sciences humaines du Canada. La présente étude est une synthèse des résultats de plusieurs rapports de recherche ayant émané du projet. Nous sommes reconnaissante à Chris Miller et à Marguerite Trudel-Maggiore de leur assistance dans la préparation du manuscrit. Une version anglaise de cet article a été présentée au "Georgetown University Round Table on languages and linguistics" en 1987 et doit paraître dans les actes (*Language spread and language policy: Issues, implications, and case studies*), sous la direction de Peter Lowenberg, Washington, D.C., Georgetown University Press. Nous tenons à remercier Édouard Beniak et Raymond Mougéon qui ont eu l'obligeance de rédiger la version française de ce texte.

2

Tous les détails concernant la constitution de l'échantillon et la cueillette du corpus sont donnés dans Poplack (sous presse).

- 3 Bien qu'il soit ressorti de notre étude que le sexe, l'âge et la classe sociale étaient corrélés dans une certaine mesure avec les attitudes linguistiques, nous ne retiendrons ici que le facteur qui s'est avéré le différenciateur le plus systématique, à savoir la province de résidence.
- 4 Un des avantages de la méthode indirecte d'interprétation des attitudes linguistiques adoptée ici est qu'elle permet non seulement d'avoir accès aux opinions des locuteurs, mais également de voir dans quelle mesure celles-ci les préoccupent réellement.
- 5 "Joual" est un terme nébuleux mais néanmoins d'usage répandu qui sert à étiqueter le français canadien non standard.
- 6 Les codes renvoient au locuteur et à la ligne de l'exemple dans la transcription de l'entrevue.
- 7 En dépit du fait que les quartiers en question demeuraient francophones à 90 p. 100 en 1976 (cf. la figure 1).
- 8 Le calcul de l'indice s'est fait à partir d'un score combiné basé sur une auto-évaluation de (1) la langue la plus souvent parlée avec un ensemble de locuteurs, (2) la langue utilisée le plus souvent d'une manière générale, (3) l'habileté à lire, écrire, parler et comprendre l'anglais et (4) le nombre d'années de scolarité dispensée en anglais. Il en est résulté quatre niveaux de compétence en anglais, ou degrés de bilinguisme, puisque tous les informateurs devaient faire la preuve qu'ils parlaient par ailleurs couramment le français pour être inclus dans l'échantillon.



- 
- 9 Les facteurs extralinguistiques n'influencent pas de façon indépendante et significative sur les deux autres types d'alternance de code les plus fréquents, à savoir les alternances "encadrées" et celles qui ont une fonction de répétition ou de traduction.
- 
- 10 Les taux plus élevés des alternances de code appartenant aux catégories "commentaire métalinguistique" et "mot juste" chez les locuteurs d'Ottawa (cf. tableaux 3 et 4) sont le résultat du fait que ces taux sont des moyennes calculées à partir d'un nombre plus grand de locuteurs et d'alternances de code dans les trois quartiers ontariens. Lorsque chaque type est calculé en proportion du nombre total d'alternances de code, les résultats sont alors tels que dans la figure 2.
- 
- 11 Des recherches (Poplack et Clément en cours) vont nous permettre de déterminer si certaines des caractéristiques différentielles des emprunts spontanés et des emprunts établis se reflètent au niveau de la conscience et des sentiments des locuteurs.

## EL ESTUDIO DE LA LENGUA HABLADA EN VENEZUELA

Paola Bentivoglio  
UNIVERSIDAD CENTRAL DE VENEZUELA

### 0. Introducción

En la presente comunicación me propongo presentar un cuadro lo más exhaustivo posible sobre el estado de las investigaciones relativas al español hablado que se han realizado o están en vías de realización en Venezuela.

En la primera parte hablaré acerca del proyecto "Estudio coordinado de la norma lingüística culta en las grandes ciudades de Hispanoamérica y de la Península Ibérica"; en la segunda me referiré a los recientes proyectos de investigación tendientes a recoger muestras de habla de acuerdo con parámetros de tipo sociolingüístico y, al proyecto de elaboración de una Gramática del español hablado en Venezuela. En la tercera y última parte presentaré algunas conclusiones.

### 1. El estudio de la norma lingüística culta.

El gran proyecto, que en Brasil se conoce como NURC, y en español como el "Estudio coordinado de la norma lingüística culta en las grandes ciudades de Hispanoamérica y de la Península Ibérica" (cf. Lope Blanch 1964 y 1986), está concluido, si nos limitamos a la etapa de recolección de los datos. Este proceso ha durado tanto en España como en Iberoamérica más de veinte años, pues no todos los equipos han funcionado contemporáneamente: así, mientras en algunas ciudades (México, por ejemplo) ya se había terminado la etapa de recolección, en otras (Lima) aún no se había empezado. No vale la pena recordar aquí las dificultades a las cuales tuvieron que enfrentarse los varios equipos que participaron en el proyecto. El resultado global ha sido positivo: disponemos hoy de una muestra enorme del español 'culto' hablado en las nueve ciudades que se mencionan a continuación: Bogotá (1988), Buenos Aires (1987), Caracas (1979), Ciudad de México (1971), La Habana, Lima (1983), Madrid (1981), San Juan (1990), Santiago de Chile (1979). Frente a este indudable éxito quedan aún varias ciudades donde no ha sido posible llevar a cabo el proyecto: La Paz,

Montevideo, Quito, todas las capitales centroamericanas<sup>2</sup> y otras grandes ciudades de la España continental e insular. Queda todavía la esperanza de que estas lagunas puedan llenarse. De todas maneras, si pensamos que en cada ciudad se grabó un mínimo de cien (100) horas — y en algunas hasta cuatrocientas (400) — podemos fácilmente ver que los lingüistas hispánicos y los del mundo entero tienen a su disposición un corpus que supera las mil (1.000) horas. Si calculamos que una grabación de una hora tiene como promedio de diez a doce mil unidades léxicas, puede verse que el megacorpus del español culto hablado alcanza, y supera, los diez millones de unidades, lo que de por sí constituye una muestra suficiente para hacer trabajar sin descanso a una o dos generaciones de lingüistas.

Esta es la parte positiva del proyecto. Existe, sin embargo, un aspecto negativo que es necesario mencionar: este enorme y valiosísimo corpus no ha sido hasta ahora suficientemente aprovechado en cuanto a análisis lingüísticos se refiere. Hay, sin duda, varios estudios en diferentes países sobre problemas lingüísticos de índole muy variada y realizados de acuerdo con marcos teóricos muy diferentes, lo que en definitiva dificulta — cuando no imposibilita — los análisis comparativos. La pregunta que surge inevitablemente es la siguiente: ¿para qué coordinar las muestras si luego no se coordinan los análisis y las explicaciones? Falta y ha faltado desde el principio un proyecto unificado de estudio de los materiales. El proyecto, loable en sí y cuya concepción puede considerarse como muy adelantada para la época en que Juan M. Lope Blanch la propuso, se quedó en la mera recolección de materiales<sup>3</sup>, pero nunca llegó a ser el 'estudio' que el mismo título proponía.

En efecto, el proyecto relativo al estudio faltaba también en Brasil hasta la aparición del "Projeto de Gramática do português falado" que, al utilizar debidamente las muestras obtenidas para el Proyecto NURC, está justificando el esfuerzo humano y material investido en recogerlas.

Lamentablemente, por el momento, no veo la posibilidad de que pueda realizarse para el español un proyecto de estudio semejante al de Brasil. Lo que sí está previsto es la lectura electrónica de todas las muestras ya publicadas para ponerlas, en forma computadorizada, a la disposición de los estudiosos<sup>4</sup>. Tengo la esperanza de que en el futuro sea posible proponer un proyecto semejante al de la "Gramática do português falado". Esto constituiría un caso perfecto de intercambio científico: hace más de veinte años un grupo de lingüistas brasileños acogió la propuesta de

un hispanista, Juan M. Lope Blanch, y se dedicó a la realización del proyecto diseñado por este último; ahora el proyecto de análisis desarrollado por los lingüistas brasileños podría servir para elaborar una obra tan necesaria como la "Gramática del español hablado en Hispanoamérica".

## 2. El español hablado en Venezuela.

Mientras se dan las condiciones para la realización del proyecto relativo al estudio de las normas lingüísticas hispanoamericanas, en Venezuela ya se ha avanzado bastante en la elaboración de dos proyectos complementarios relacionados con el español hablado en cinco centros urbanos. Los dos proyectos corresponden a dos etapas necesarias en su desarrollo: la de recolección de los corpora lingüísticos y la del estudio de esos corpora.

### 2.1. Los corpora.

Para llevar a cabo análisis válidos de cómo hablan los venezolanos actuales, es necesario de antemano contar con amplios corpora que atestigüen los usos que se pretenden estudiar. En el caso de Venezuela, el corpus existente del habla culta no podía utilizarse, pues solamente reflejaba cómo hablan en Caracas las personas 'cultas'. Era necesario tener muestras de otras ciudades y, además, de varios niveles socioeconómicos. Para esto se ha diseñado un proyecto, cuyos antecedentes se encuentran en el proyecto de Bentivoglio, D'Introno y Sosa, realizado en 1977 (cf. Bentivoglio 1987) y en el proyecto — que, empezado en 1987, está todavía en curso de realización — de Bentivoglio y Sudano<sup>5</sup>. El megacorpus del español hablado en Venezuela tendrá las siguientes características:

a) composición: muestras de habla grabadas, de treinta (30) minutos de duración cada una, en cinco centros urbanos (Caracas, Cumaná, Maracaibo, Mérida, y Valencia);

b) número de hablantes: en cada centro urbano debe grabarse una muestra de un mínimo de ochenta (80) hablantes (en los centros más pequeños) y de ciento sesenta (160) en el más grande (Caracas);

c) parámetros extralingüísticos: lugar; sexo (hombres y mujeres en igual proporción); grupo etario (cuatro: de 15 a 30 años, de 30 a

45, de 45 a 60, y de 60 en adelante); nivel socioeconómico (cinco: alto, medio-alto, medio, medio-bajo, bajo)<sup>6</sup>.

Los equipos de investigadores que se han adherido al proyecto son los siguientes (en la última columna se señala además el número de hablantes establecidos para cada centro urbano):

Ciudad	Institución/es	Nº de hablantes de la muestra
Caracas	Universidad Central de Venezuela y Universidad Pedagógica Experimental Libertador	160
Cumaná	Universidad de Oriente	80
Maracaibo	Universidad del Zulia	80
Mérida	Universidad de los Andes	80
Valencia	Universidad de Carabobo	80
	Total	480

De acuerdo con este proyecto, el corpus del habla venezolana actual quedará constituido por doscientas cuarenta (240) horas de grabación (media hora por hablante), lo que dará un total aproximado de dos millones y medio de palabras. El corpus, desde luego, podrá aumentar en la medida en que se sumen al proyecto lingüistas de otras partes de Venezuela.

El estado actual del proyecto es el siguiente:

1ª etapa/grabación: ya están grabados en su totalidad los materiales de Caracas y Maracaibo; están en vías de recolección los de Mérida y de Valencia; se está preparando para empezar la recolección el equipo de Cumaná.

2ª etapa/transcripción: parcialmente transcritos los materiales de Caracas; totalmente transcritos los de Maracaibo. Los de Caracas han sido transcritos por medio de un programa de procesamiento de

palabras, lo que facilita en mucho el intercambio y posterior análisis de los materiales. En Mérida está empezando el proceso de transcripción. No hay nada por el momento en las otras dos localidades.

3ª etapa/corrección: parcialmente corregidos los materiales de Caracas; totalmente corregidos los de Maracaibo.

4ª etapa/publicación: hasta el momento no se ha publicado ninguno de los dos corpora totalmente grabados (Caracas y Maracaibo); existe, sin embargo, la intención de publicar en breve plazo cuarenta entrevistas correspondientes a los hablantes del primer grupo etario de Caracas.

Los diferentes equipos que participan en el proyecto — que se denomina Gramática del español hablado en Venezuela (GREHV) — ya se han reunido varias veces para tomar las decisiones más importantes y establecer las líneas generales de acuerdo con las cuales se realizará el proyecto.

Hasta aquí la descripción de los materiales necesario para realizar luego la parte más importante del proyecto: el análisis.

## 2.2. El procesamiento de los datos.

En este campo se ha manifestado, creo yo, de manera más notable la colaboración entre los estudiosos, independientemente del área geográfica en que cada quien se desempeña. No puedo siquiera imaginarme cómo nosotros — me refiero a los caraqueños — podríamos haber procesado nuestras muestras de habla sin la ayuda, en el sentido más amplio, de Henrietta Cedergren, Shana Poplack, y David Sankoff. El haber tenido a nuestra disposición el programa VARBRUL, en varias de sus versiones, así como la ayuda recibida para aprender a usarlo y a controlar los resultados obtenidos, es algo que no puede ser suficientemente reconocido con palabras. La evaluación global sólo podrá hacerse cuando se haga un balance de todas las investigaciones en que se utilizaron o utilizarán los programas desarrollados por David Sankoff y sus colaboradores.

Es en esta área donde más puede darse, y donde quizá más se necesite, la colaboración interamericana. Estoy pensando en los corpora constituidos por millones de palabras que necesitan estudiarse a fondo, puesto que debemos conocer, describir y analizar nuestras lenguas en su uso cotidiano. Las preguntas que surgen de

manera casi obligatoria es cómo y cuándo serán posibles estos análisis.

En el proyecto de la Gramática del español hablado en Venezuela, el equipo de Caracas está estudiando la mejor forma de codificar las muestras grabadas. Ya se han realizado varios experimentos con un grupo de veinte grabaciones, utilizando dos programas diferentes: el Child Language Analysis (CLAN) de Catherine Snow (Harvard University) y Brian McWhinney (Carnegie Mellon University), así como una de las últimas versiones del Variable Rule Program (VARBRUL) de David Sankoff. Se supone que, una vez que se llegue a una decisión, esta será adoptada por los demás equipos.

### 2.3. Análisis de los datos.

La recolección de los copora lingüísticos comentada en la sección 2.1. constituye indudablemente la etapa previa a la elaboración de la Gramática del español hablado en Venezuela. Se trata de un proyecto muy similar al de Brasil, con las diferencias obvias. La Gramática del venezolano hablado será elaborada por un equipo integrado por lingüistas de varias universidades nacionales. Las diferencias básicas entre los dos proyectos — el de Brasil y el de Venezuela — son de dos tipos: la primera es de tipo teórico y la segunda tiene que ver con el número de participantes:

1) En Venezuela, contrariamente a lo que sucede en Brasil, no hay actualmente "formalistas" activos. Todos los integrantes del equipo comparten, por lo tanto, el criterio de que la Gramática debe basarse en una teoría comunicativo-funcional "amplia", entendida como un funcionalismo que va de Halliday a Chafe, pasando por Diver y Givón. Esta visión teórica coherente facilitará, sin lugar a dudas, la preparación de la obra.

2) El equipo interuniversitario que se ha constituido para elaborar la Gramática... es muy limitado si lo comparamos con el equipo de la Gramática de portugués hablado. Esta diferencia refleja desde luego la diferencia numérica existente en la población de los dos países.

Estoy segura de que, pese a las diferencias mencionadas, los dos proyectos relativos a la gramática del portugués hablado en Brasil y a la del español hablado en Venezuela tienen mucho en común y constituyen, indudablemente, un interesantísimo campo de estudio no sólo para los lingüistas que están realizando estas

suma, la gran cantidad de análisis no se correlaciona, paradójicamente, con un vasto y profundo conocimiento de las variedades de la lengua española estudiadas.

Resumiendo: el estudiar la modalidad hablada de una lengua — en este caso me refiero al español — no garantiza de ninguna manera que se obtengan resultados satisfactorios, ni ofrece descripciones válidas o explicaciones adecuadas. En efecto, si ahora me propusiera hacer un balance de lo que sabemos — en oposición a lo que suponemos — acerca del español hablado en América, no me atrevería a afirmar que hemos avanzado mucho respecto de los estudios dialectológicos realizados antes de la década del '70. Si sabemos algo más, esto es porque se ha estudiado fenómenos no analizados antes por una de las dos razones siguientes: i) no se habían detectado; o ii) se trata realmente de fenómenos que son productos de cambios lingüísticos.

Sorprendentemente — o quizá no muy sorprendentemente — hemos encontrado mayores posibilidades de comparación y, por tanto, de conocimiento, entre fenómenos del portugués de Brasil y del español de Venezuela. Cabría preguntarse: ¿por qué? Las respuestas se basarían, en primer lugar, en las semejanzas de la metodología empleada en cuanto a la recolección de la muestra y, en segundo lugar, en la aplicación de análogos procedimientos analíticos. Como ejemplo valga el análisis llevado a cabo por María Luíza Braga (de la Universidade Fluminense) y por mi misma sobre la anteposición del objeto directo nominal en el portugués de Río de Janeiro y en el español de Caracas (cf. Bentivoglio y Braga 1988). Las muestras de habla analizadas nos ha permitido seleccionar a hablantes con las mismas características en cuanto a sexo, edad y nivel socioeconómico, haciendo así posible la comparación de sus usos lingüísticos. La semejanza en los métodos de entrevista también favorecía la comparabilidad. Una vez fijados los parámetros de las dos muestras, ha sido muy fácil estudiar conjuntamente el fenómeno lingüístico que nos interesaba. Los resultados comprueban claramente que la anteposición del objeto directo nominal en las dos lenguas obedece a los mismos factores pragmáticos y no es atribuible a ninguno de los factores extralingüísticos tomados en cuenta. Se trata evidentemente de un uso lingüístico presente en las dos lenguas analizadas y que, probablemente, se da con las mismas características en otras lenguas romances.

Este ejemplo no es único: hay otros usos que se dan en el portugués de Brasil y en el español de Caracas (y quizá de Venezuela): el *queísmo* y el *dequeísmo* (cf. Bentivoglio 1976,



1980-81, Bentivoglio y D'Introno 1977, y Mollica 1989); la posición del sujeto respecto del verbo (cf. Andrade 1987, Bentivoglio 1988, 1989a y b, en prensa; Castilho 1987 y en prensa, Dutra 1987, Urbano 1987); las hendiduras (cf. Braga 1987 y 1990, Sedano 1989 y 1990).

La integración, por lo tanto, de los estudios lingüísticos sobre el español y el portugués de América — no quisiera usar la expresión limitativa, en mi opinión, de Iberoamérica, pues creo que al hacerlo se estaría eliminando el español y el portugués hablados en Estados Unidos y en Canadá — parece tener sus bases más en la metodología y en los enfoques teóricos compartidos que en las lenguas objeto de estudio. Quizá esta pueda parecer una conclusión sin sentido; quizá lo sea si la consideramos de una manera abstracta. Si, por el contrario, lo hacemos desde un punto de vista concreto, tendrán que darme la razón. Más se ha logrado — y se logrará en el futuro — a través de la colaboración entre lingüistas que comparten métodos y teorías que a través de los vínculos debidos a la igualdad de la lengua materna. Cabe a las instituciones universitarias y a las que propician el desarrollo de la ciencia recoger esta afirmación y dar el apoyo necesario para que los lingüistas del continente puedan realizar proyectos de estudio comunes sobre las lenguas habladas en nuestra América. El simposio al cual participamos hoy es una prueba de que aquí, en Brasil, lo que yo estoy proponiendo ya es una realidad.

## NOTAS AL PIE DE PAGINA

---

Agradezco profundamente a la Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, así como a la Associação Brasileira de Lingüística y a su Presidenta, Maria Bernadete Abaurre, y a Ataliba T. de Castilho, organizador del simposio "Avanços na pesquisa sociolingüística: o estudo da língua falada", el haberme invitado a participar en este importante evento.

---

1 La fecha entre paréntesis indica el año en que se publicó una muestra parcial del corpus grabado.

---

2 Es de última hora la noticia de que han empezado a grabarse los materiales para el estudio del habla culta de San José, Costa Rica.

---

3 Debe reconocerse que los responsables del Proyecto tuvieron desde el inicio la idea de unificar los análisis; con este fin se prepararon los Cuestionarios relativos a la fonética, la morfosintaxis y el léxico, los cuales, sin embargo, han sido escasamente utilizados (a excepción del cuestionario para el léxico).

---

4 Este proyecto, que resultaba ya indispensable, está a cargo de José Antonio Samper, en la Universidad de La Laguna.

---

5 Este último proyecto se titula "Estudio sociolingüístico del habla de Caracas/1987" y ha sido financiado parcialmente por el Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela.

---

6 Los parámetros y las técnicas de entrevistas han sido diseñadas por Mercedes Sedano, Bertha Chela-Flores y por mí misma, con la indispensable ayuda del Dr. Max Contasti, de la Universidad Nacional Abierta y de la Universidad Central de Venezuela.

---

7 Debe recordarse que la población de Venezuela no alcanza a la sexta parte de la población de Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rosana - Variação da ordem de constituintes em sentenças do Português. *Estudos Linguísticos* 14. 57-75, 1987.
- Bentivoglio, Paola - Queísmo y dequeísmo en el habla culta de Caracas. En Frances M. Aid, Melvyn C. Resnick y Bohadan Saciuk (eds.), 1975 *Colloquium on Hispanic Linguistics*, 1-18. Washington, DC: Georgetown University Press, 1976.
- 
- Dequeísmo en Venezuela: ¿un caso de ultracorrección? *Boletín de Filología. Homenaje a Ambrosio Rabanales* 31. 705-19, 1980-81.
- 
- Los sujetos pronominales de primera persona en el habla de Caracas. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela, 1987.
- 
- La posición del sujeto en el español de Caracas: un análisis de los factores lingüísticos y extralingüísticos. En Robert M. Hammond y Melvyn C. Resnick (eds.). *Studies in Caribbean Spanish dialectology*, 13-23. Washington, DC: Georgetown University Press, 1988.
- 
- La posición del sujeto en las cláusulas copulativas en el español de Caracas. En *Actas del VII Congreso, Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina (ALFAL)*, tomo II, 173-96. Santo Domingo, RD: Asociación de Lingüística y Filología de La América Latina, Filial Dominicana, 1989a.
- 
- Función y significado de la posposición del sujeto nominal en el español hablado. En *Estudios sobre español de América y lingüística afroamericana*, 40-58. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989b.
- 
- En prensa. La estructura argumental preferida del español hablado. En Amparo Morales y María Vaquero (eds.), *Homenaje a Humberto López Morales*. Río Piedras: Universidad de Puerto Rico.

---

- El estudio del español hablado. Historia de un proyecto. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães - Queísmo e dequeísmo no português do Brasil. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

MORALES, Amparo y María Vaquero (eds.) - El habla culta de San Juan. Río Piedras: Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1990.

RABANALES, Ambrosio y Lidia Contreras (eds.) - El habla culta de Santiago de Chile: materiales para su estudio. Tomo I. Santiago: Universidad de Chile, 1979.

SEDANO, Mercedes - Seudohendidas y hendidas en el habla de Caracas. En Iraset Páez Urdaneta et alii (eds.). Estudios lingüísticos y filológicos en homenaje a María Teresa Rojas, 195-212. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1989.

---

- Hendidas y otras construcciones con ger en el habla de Caracas. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1990.

## A INCOMENSURABILIDADE E O RELATIVISMO LINGÜÍSTICO

José Borges Neto  
UFPR

### 1 - A incomensurabilidade

Uma das noções que mais incomodam os filósofos da ciência e criam polêmica é a noção de incomensurabilidade.

Essa noção aparece inicialmente em Kuhn (1970a) como uma consequência das mudanças de Gestalt que acompanham as revoluções científicas e é assumida e desenvolvida por Feyerabend (1977). Nas palavras de Kuhn:

*"... as mudanças de paradigmas realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente. Na medida em que seu único acesso a esse mundo dá-se através do que vêem e fazem, podemos ser tentados a dizer que, após uma revolução, os cientistas reagem a um mundo diferente."* (Kuhn 1970a: 146)

Esses "mundos" diferentes, separados por uma revolução científica, são, para Kuhn, incomensuráveis entre si.

*"La comparación punto por punto de dos teorías consecutivas exige un lenguaje al que puedan traducirse sin pérdidas ni cambios como mínimo las consecuencias empíricas de ambas. (...) [muitos filósofos] continúan suponiendo que las teorías puedan compararse recurriendo a un vocabulario básico que esté compuesto totalmente por palabras asociadas a la naturaleza de un modo que sea no-problemático y, en la medida necesaria, independiente de la teoría. (...) Feyerabend y yo hemos arguido extensamente que no se dispone de ningún vocabulario de este tipo. En el paso de una teoría a la siguiente las palabras cambian sus significados o sus condiciones de aplicabilidad por vías sutiles. Aunque la mayoría de los signos son los mismos antes y después de una revolución - por ejemplo, fuerza, masa, elemento,*

*compuestos, célula - el modo en que algunos de ellos se asocian a la naturaleza ha cambiado de alguna manera. Decimos así que las teorías consecutivas son inconmensurables.*" (Kuhn 1970b: 435-436)

O que Kuhn quer dizer, é que as teorias não são meras representações de uma realidade imutável, que existe além e independentemente das abordagens teóricas. Em outras palavras, para Kuhn as teorias científicas não são neutras, mas carregam consigo uma visão de mundo, um modo particular, ideológico, de ver a realidade. Assim, teorias consecutivas, na medida em que implicam em visões de mundo distintas, não podem ser comparadas porque nem seu vocabulário (seu elenco de termos descritivos) é comparável nem há uma "natureza neutra" que sirva de ponto de referência para a comparação. As teorias consecutivas são inconmensuráveis porque são teorias de objetos distintos.

E de se destacar o fato de Kuhn ligar, de modo privilegiado, a inconmensurabilidade das teorias com as mudanças de significado que os termos sofrem na passagem de uma teoria a outra. Aparentemente, para Kuhn, a inconmensurabilidade pode ser entendida como uma questão de natureza eminentemente semântica, ou seja, como uma questão ligada à relação entre os termos teóricos e a realidade que descrevem.

As razões que levam Kuhn a reconhecer a inconmensurabilidade entre as teorias sucessivas (paradigmas, na sua terminologia) ligam-se ao desejo de se opor fortemente ao entendimento tradicional de que o que se altera na passagem de uma teoria a outra é apenas a interpretação que os cientistas dão às observações de fatos fixados de uma vez por todas pela natureza ou pelo aparato perceptual humano.

A proposta de Kuhn, no entanto, admite duas interpretações, uma forte e outra fraca. Na versão forte, as teorias sucessivas "constroem" mundos diferentes e os cientistas, porque vêem o mundo com os "óculos" das teorias, têm sua percepção e compreensão do mundo determinada pela teoria que adotam. A versão fraca, por outro lado, embora admita que as teorias carreguem consigo visões particulares da realidade, não lhes atribui nenhum caráter determinante da visão de mundo dos cientistas. As teorias são inconmensuráveis não porque introduzam os cientistas em "mundos distintos", mas porque não é possível estabelecer um algoritmo que permita a comparação entre elas. Em outras palavras, teorias sucessivas são inconmensuráveis porque não é possível compará-las

objetiva e racionalmente.

"Claro está, alguma forma de comparação é sempre possível (por exemplo, uma teoria física poderá soar mais melodiosa do que outra, quando apresentada em voz alta, com o acompanhamento de um violão). Coloquemos, porém, regras específicas para o processo de comparação, tais como as regras da lógica, aplicadas à relação das classes de conteúdo, e depararemos com exceções, restrições indevidas, e seremos forçados, a cada momento, a sair do embaraço através de evasivas." (Feyerabend 1977: 358)

Uma coisa é dizer que não há possibilidade de construir um algoritmo de comparação, ou dizer que não há uma "língua neutra" que sirva de "local de comparação" pela tradução das teorias sob análise a ela, e outra, muito diferente, é dizer que os cientistas que propõem as teorias "vêem coisas diferentes" ou "vivem em mundos distintos". A versão forte da incomensurabilidade, de cunho idealista e potencialmente solipsista, coloca a questão da comparação entre as teorias no nível da metafísica, enquanto a versão fraca dá à questão um caráter eminentemente metodológico.

Embora isso nem sempre fique bem claro no discurso de Kuhn ou no discurso de Feyerabend, nenhum dos dois defende seriamente a versão forte da incomensurabilidade. Por outro lado, boa parte das críticas feitas à noção de incomensurabilidade são críticas à sua versão forte.

## 2 - O relativismo lingüístico

É Feyerabend quem vai, explicitamente, ligar a noção de incomensurabilidade com o princípio da relatividade lingüística de Benjamin Lee Whorf.

"Tenho muita simpatia pela concepção, formulada clara e elegantemente por Whorf (e antecipada por Bacon), segundo a qual as línguas e os padrões de reação que envolvem não constituem meros instrumentos para descrever eventos (fatos, estados de coisas), mas são, também, modeladores de eventos (fatos, estados de coisas), contendo-se em sua "gramática" uma cosmologia, uma visão ampla do mundo, da sociedade, da situação do homem, que influencia o pensamento, o



comportamento, a percepção." (Feyerabend 1977: 349)

*"Creio, ainda, que as teorias científicas, tais como a teoria do movimento, elaborada por Aristóteles, a teoria da relatividade, a teoria quântica, a cosmologia clássica e moderna, são suficientemente gerais, suficientemente "profundas" e se desenvolveram segundo diretrizes suficientemente complexas para poderem ser consideradas ao longo das mesmas linhas das linguagens naturais."* (Feyerabend 1977: 350)

Para Whorf, duas culturas que possuem diferentes línguas não podem ter visões idênticas do mundo: o "mundo real" é, em boa parte, construído a partir dos "hábitos lingüísticos" da comunidade. A língua determina a percepção dos falantes e línguas diferentes determinam diferentemente a percepção.

*A relatividade lingüística modifica o veredito do Senhor Todomundo. Em lugar de dizer: "As frases são distintas porque evocam fatos distintos", ele diz agora: "Os fatos são distintos para os falantes cuja experiência lingüística dá aos fatos uma formulação distinta."* (Whorf 1956: 160)

O exemplo clássico de Whorf é a concepção de tempo dos índios hopi que, segundo Whorf, envolve uma metafísica radicalmente distinta da que suporta a concepção ocidental de tempo. Essa "metafísica do tempo" hopi seria resultado da estruturação morfosintática própria da língua hopi. Um falante monolíngue de hopi é "prisioneiro" dessa metafísica e tem sua percepção do tempo determinada por ela. Um ocidental, cuja língua não o encaminhasse para uma compreensão do tempo semelhante à compreensão dos hopi, teria uma enorme dificuldade para ver o tempo como os hopi o vêem, se é que conseguiria chegar a isso.

A hipótese de Whorf pode ser entendida como uma consequência da proposta saussureana de langue. A langue de Saussure é um sistema que se define exclusivamente por suas relações internas (é um sistema autocontido, portanto) e é um sistema autônomo, ou seja, não é determinado nem pelas propriedades do real (pelas substâncias) nem por propriedades inerentes dos sujeitos falantes. Assim, cada língua passa a ser um sistema sui-generis. O que Whorf faz é tirar

conseqüências extremas dessa caracterização da língua, tornando-a o princípio fundante das visões de mundo.

O princípio da relatividade lingüística de Whorf mereceu por parte dos lingüistas uma série de estudos e de experimentos (Berlin & Kay 1969; Rosch 1973, 1974 e 1975; Rosch et al. 1976, por exemplo) que conduzem a uma posição claramente antiwhorfiana. Os experimentos elaborados parecem demonstrar que há universais semânticos, de natureza prototípica, independentes da língua e da cultura. Ainda que as línguas categorizem diferentemente a realidade - aparentemente, ninguém nega isso - parece haver princípios básicos universais que orientam a formação das categorias.

Como conseqüência disso, não se encontram mais hoje em dia, na literatura lingüística, defesas da hipótese de Whorf. É possível, no entanto, encontrar a defesa de versões fracas da hipótese.

*"Embora seja um ponto discutível, eu tenderia a crer que qualquer conceito pode, de algum modo, ser codificado em qualquer língua, embora facilmente em algumas e por meio de circunlóquios complexos em outras. Assim, quanto ao nível lexical, eu optaria pela forma fraca da hipótese whorfiana. Essa forma traça uma importante distinção entre o comportamento HABITUAL e POTENCIAL. Por exemplo, embora todos os homens possam discriminar potencialmente um grande número de cores, a maioria emprega apenas uns poucos termos alusivos a cor usuais na fala diária. Embora possa ser verdade que, com algum esforço, alguém possa dizer qualquer coisa em qualquer língua, tendemos a dizer coisas que podem ser muito convenientemente codificadas, e amiúde assimilamos a experiência às categorias do código lingüístico. Assim, uma lista de palavras que ocorra com freqüência em determinada comunidade lingüística nos fornecerá um bom índice preliminar do que é, provavelmente, de importância especial para os membros dessa comunidade." (Slobin 1979: 251)*

O que a versão fraca da hipótese de Whorf faz, então, é afirmar o relativismo lingüístico (as línguas categorizam diferentemente a realidade) e negar o determinismo (os falantes não são "prisioneiros" de sua língua).

De certa forma, embora ninguém mais defenda a versão forte da

que em seu sentido etimológico originário de "reunir", "recolher", estaria contido o caráter de combinação, associação e ordenação do logos, que daria assim sentido às coisas." (Japiassu & Marcondes 1990: 154)

O logos seria o responsável pela organização do mundo caótico que nos rodeia e, assim, tanto seria manifestado pela razão humana, pelo conhecimento humano (científico ou filosófico), quanto pela linguagem humana. No pensamento clássico, a linguagem e o conhecimento, na medida em que são manifestações do mesmo logos, não podem ter senão o mesmo comportamento.

A idéia de "linguagem unitária", concretizada nas propostas de gramáticas universais que predominam no estudo da linguagem até o século passado e recuperada por Chomsky neste século, não é mais do que um reflexo da noção grega de logos. A concepção de ciência unitária, que dominou a epistemologia até a metade deste século, também é herdeira da mesma noção.

O que vamos encontrar no século vinte é a superação da idéia de logos unitário. Inicialmente com Saussure e sua concepção de langue como sistema autônomo e, em seguida, com Kuhn e sua concepção de paradigmas como "clusters" incomensuráveis. Passamos, assim, de um logos unitário para o que podemos chamar de um logos relativo, em que cada língua e cada teoria é um princípio de organização particular. Note-se como a seguinte afirmação do filósofo da Física David Bohm lembra Saussure:

*"Cada teoría es, en sí misma, un todo en el que el análisis en elementos o componentes disjuntos resulta ... irrelevante. Esto se debe a que todos los términos de una teoría semejante sólo puedan alcanzar su significado y sus criterios de objetividad y verdad en el contexto total dado por dicha teoría."*  
(Bohm 1979: 423)

Note-se que, neste particular, o percurso da filosofia da ciência é essencialmente idêntico ao percurso da filosofia da linguagem. Diante da dificuldade de se manter uma concepção de logos unificado, que se baseava na imutabilidade ou do real ou da razão humana (realismo escolástico e apriorismo kantiano, respectivamente), passa-se a entender este logos como uma construção humana e chega-se, em consequência, ao relativismo kuhniano na

filosofia da ciência e ao relativismo whorfiano na filosofia da linguagem.

O ponto a que queremos chegar, então, é o de entendermos que a relação entre a noção de incomensurabilidade e a hipótese da relatividade lingüística de Whorf são desdobramentos de uma mesma concepção da relação entre o homem e o mundo que o cerca, ou seja, de uma mesma gnoseologia. A noção de incomensurabilidade é resultado, assim como a noção de relatividade lingüística, de uma alteração, de nível mais elevado, da concepção de conhecimento humano.

Se isso é assim, devemos poder encontrar "concepções intermediárias" ao longo da história da filosofia, bem como concepções alternativas na contemporaneidade. Apenas como provocação para estudos mais aprofundados, gostaria de mostrar que encontramos hoje na filosofia da ciência e na filosofia da linguagem uma concepção alternativa de "conhecimento humano" a que podemos denominar, para manter uma certa simetria terminológica, de logos fragmentário.

Em Wittgenstein podemos reconhecer uma concepção fragmentária de linguagem, que deixa de ser um sistema e passa a ser um conjunto de logos, de formas de vida, assistemática e fragmentária. Encontramos no desconstrucionismo de Derrida, que começa a ser bastante difundido no Brasil, e em boa parte das "Análises do Discurso", uma concepção de linguagem semelhante, nesse respeito, à de Wittgenstein.

Na filosofia da ciência, posições equivalentes - "fragmentárias" - podem ser encontradas nas chamadas "Filosofias Pós-Modernas", que negam justamente o logos e a epistemologia, e propõem a hermenêutica como a única alternativa filosoficamente adequada à abordagem das ciências (ver, por exemplo, Rorty 1988 e Santos 1989).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLIN, B. & Kay, P. - Basic color terms: their universality and evolution, Berkeley, University of California Press, 1969.
- BOHM, D. - La ciencia como percepción-comunicación, in suppe, F., La estructura de las teorías científicas, Madrid, Ed. Nacional, pp. 421-439, 1979.
- FEYERABEND, P. - Contra o Método, Rio, Francisco Alves, 1977.
- JAPIASSU, H. & Marcondes, D. - Dicionário Básico de Filosofia, Rio, Zahar, 1990.
- KUHN, T. - A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1970a [1975].
- \_\_\_\_\_, Consideración en torno a mis críticos, in Lakatos, I. & Musgrave, A. (eds.), La Crítica y el Desarrollo del Conocimiento, Barcelona, Grijalbo, 1970b [1975].
- RORTY, R. - A Filosofia e o Espelho da Natureza, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- ROSCH, E. - Natural categories, *Cognitive Psychology*, 4: 328-350, 1973.
- \_\_\_\_\_, Linguistic relativity, in Silverstein, A. (org.), *Human communication: theoretical explorations*, New York, Halsted Press, pp. 95-121, 1974.
- \_\_\_\_\_, Universals and cultural specifics in human categorization, in Brislin, R., Bochner, S. & Lonner, W. (orgs.), *Cross cultural perspectives on learning*, New York, Halsted Press, pp. 177-206, 1975.
- ROSCH, E. et al - Basic objects in natural categories, *Cognitive Psychology*, 8: 382-439, 1976.
- SANTOS, B. S. - Introdução a uma Ciência Pós-Moderna, Rio, Graal, 1989.

SLOBIN, D. - *Psicolingüística*, São Paulo, Nacional/EDUSP, 1979 [1980].

WHORF, B. L. - *Language, Thought and Reality*, Cambridge, Mass.: MIT Press (as citações são feitas a partir da tradução francesa *Linguistique et Anthropologie*, Paris, Denoel, 1969), 1956.

CONSIDERAÇÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE A GÊNESE  
E O DESENVOLVIMENTO DE UM FATO CIENTÍFICO:  
UMA LEITURA SEMÂNTICA DE LUDWIG FLECK

Rodolfo Ilari  
Roberta Pires de Oliveira  
UNICAMP

Introdução

Uma versão reduzida deste trabalho foi originalmente apresentada por um dos co-autores durante a mesa redonda "Idéias sobre linguagem na reflexão de cientistas e filósofos da ciência", realizada na 42ª reunião anual da SBPC (Porto Alegre) em julho de 1990. Participaram daquela mesa redonda Edson Françaço, José Borges Neto, Margarida Salomão e Rodolfo Ilari.

A presente versão é mais ampla, mas os objetivos são os mesmos: chamar a atenção para a epistemologia que Fleck propõe em *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, mediante uma resenha fiel embora despretensiosa; e mostrar que ela se articula com um modo de se estudar a significação que é parte de uma atitude no mínimo instigante em relação à língua.

1. Fleck e seu Tempo

Ludwig Fleck nasceu na cidade polonesa de Lvov em 1896 e veio a falecer em 1961, em Israel. Médico de formação, iniciou-se na pesquisa das doenças infecto-contagiosas como assistente de Rudolf Feigl, estudioso do tifo; um estágio na capital do império austro-húngaro coincide no tempo com o apogeu do Círculo de Viena (1927).

Suas principais contribuições como cientista referem-se ao diagnóstico e cura do tifo (desenvolvimento de uma vacina que utiliza células mortas disponíveis na urina de doentes de tifo) e do fenômeno da "leuqueria": o acúmulo de glóbulos brancos no local da infecção. Essas pesquisas valeram-lhe, ainda em vida, o reconhecimento da comunidade médica internacional.

As considerações a seguir não se referem às pesquisas biológicas de Fleck, mas à reflexão que ele desenvolve sobre um "fato científico" exemplar: o vínculo da chamada Reação de Wassermann com a sífilis enquanto entidade nosológica. Essa reflexão se faz num li-

vro de 1935, que se intitula, significativamente, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (Enstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache: Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv, Benno Schwabe & Co, Basel), e trata longamente da formação do conceito de sífilis. Desde 1979, está disponível uma edição inglesa feita por Thaddeus Trenn, Robert K. Merton e Fred Bradley para a University of Chicago Press. Manifestações dos tradutores em vários pontos do texto indicam que a tradução foi realizada com grande cuidado filológico, na tentativa de obter um texto inglês que evocasse as mesmas associações de idéias que o texto original.

## 2. Por que ler Fleck

As razões por que um lingüista se interessaria por uma obra aparentemente tão distante de seus interesses profissionais são várias: começando pelo que há de mais circunstancial, vale lembrar que, na edição inglesa, o texto de Fleck é precedido por um prefácio em que Thomas Kuhn declara ter sido influenciado por ele na elaboração do conceito de "revolução científica"; além disso, Fleck é algumas vezes citado por Feyerabend. Seriam recomendações suficientes para estimular a curiosidade de qualquer pessoa interessada em filosofia da ciência.

De fato, o minucioso exame do processo pelo qual o conceito de sífilis ganha um lugar definitivo no arsenal conceitual da medicina pode ser encarado, para fins de exposição, como a resposta a dois problemas, um historiográfico e outro epistemológico:

- a) historicamente, trata-se de recuperar as circunstâncias históricas que fizeram prevalecer o conceito moderno de sífilis;
- b) epistemologicamente, trata-se de trazer à baila os critérios que, verdadeiramente, fizeram desse conceito um conceito "científico".

Obviamente, é este segundo problema que interessa mais a Fleck e aos leitores de história da ciência; e é em conexão com ele que chama a atenção, algumas décadas antes de Kuhn, a evocação de várias determinações que resultam em fundamentar o critério de cientificidade, numa espécie de adesão em vários níveis a valores socialmente articulados.

Qualquer cientista, independentemente da área em que atua, tem muito a aprender nessa leitura, mas o lingüista pode, se quiser, encarar aqueles dois problemas como dois problemas semânticos. No mínimo, justifica-se então:

- a') refletir sobre a evolução da palavra sífilis. Fleck pode



então ser encarado como um lexicólogo não-convenional, que não se limita a resumir o uso de uma palavra numa fórmula, recupera com grande condição de fatos, vivências e sentidos perdidos, numa verdadeira "escavação arqueológica";

b') perguntar de que forma o conceito até então vigente de sífilis foi afetado pelos avanços da biologia no começo do século: para dar uma idéia do que isso tem a ver com semântica, lembre-se que estamos, aqui, diante da situação sonhada pelo velho Bloomfield: como se sabe, Bloomfield acreditava que a semântica só poderia ser feita no dia em que a ciência evoluísse o bastante para esclarecer o referente de todas as palavras de uma língua. No caso da sífilis, realizam-se, idealmente, as condições impostas por Bloomfield ao trabalho do semanticista: a ciência evoluiu, o conceito de sífilis ganhou estatuto científico e a semântica pode ser feita, ou melhor está feita, já que se tornou possível consultar a ciência.

### 3. A Construção do Moderno Conceito de Sífilis

O livro de Fleck tem uma estrutura geral simples. Há um primeiro capítulo, que traça em grandes linhas a história do conceito de sífilis, começando a grosso modo pelo século XV e chegando até as duas grandes descobertas do começo do século XX: a identificação da *espirochaeta pallida* como agente causador da doença e o *salvarsan* como principal recurso quimioterápico. Essa história permite, já, uma série de considerações epistemológicas, objeto de um segundo capítulo. Também permite situar adequadamente o episódio que Fleck pretende estudar mais a fundo, como "fato científico": o aperfeiçoamento da chamada Reação de Wassermann, historizada no terceiro capítulo. O quarto e último é uma alentada discussão epistemológica desse "fato" e da noção de fato científico em geral.

Começemos por considerar os cinco séculos de história do primeiro capítulo. Duas orientações são determinantes de início: de um lado, a astrologia infere de seus mapeamentos do universo no corpo humano que a nova doença, revelada numa época em que o sol estava na casa de Mercúrio, se refere à esfera genital; a religião reforça essa vinculação e estabelece a idéia de sífilis como castigo divino da fornicação. Em contraste com essa concepção ético-mística, define-se com base na terapia pelos metais uma concepção fundamentada na cura pelo mercúrio: sífilis é a doença que reage ao tratamento pelo mercúrio.

Mais tardiamente, a busca de uma explicação para a extrema variedade de sintomas da sífilis apóia-se na tradição que entende

todos os estados mórbidos como desequilíbrios de humores. Traça-se, então, o quadro de uma doença constitucional, associada a alterações na qualidade do sangue: sífilis é basicamente mau sangue. Dessa origina-se uma disciplina nova, a serologia, em cujo contexto se situa a descoberta de Wassermann. Finalmente a ídola, já cristalizada, dos "espíritos maus" que adentram o corpo para molestá-lo, atualiza-se nas primeiras tentativas de identificar o microorganismo causador da doença. Uma tentativa desse gênero levará Siegel e Schaudinn a isolar a *Espirochaeta Pallida*.

Para Fleck essas quatro perspectivas sobreviviam no conceito de sífilis corrente em sua época; ele esclarece que nenhuma é logicamente suficiente para dispensar as demais. Assim, a referência à *Espirochaeta Pallida*, que permite apreender os vários estágios da sífilis como etapas de uma mesma doença, não é decisiva em si mesma, dada a extrema variabilidade de formas que a *Espirochaeta* assume: em outras palavras, o reconhecimento do agente patogênico depende da identificação da doença e não vice-versa.

Para ele, as quatro concepções em questão, embora não se apliquem aos mesmos estados patológicos e não levem ao mesmo tipo de terapia, se equivalem, do ponto de vista lógico, enquanto candidatas ao status de teorias científicas; mas, historicamente, a escolha é fortemente determinada pelo "estilo de pensamento" dominante.

Essa determinação cultural desqualifica como fatores de avanço da investigação tanto o experimento crucial quanto a apreensão dos fatos sob uma ótica ou metáforas nova. Fleck prefere atribuir o avanço da ciência a mudanças no estilo de pensamento dominante (como a que tornou obsoleta a concepção astrológica e religiosa) e a "ganhou de experiência", onde "experiência" é um conceito denso que pretende cobrir

*"um complexo estado de treinamento intelectual, baseado na interação entre quem conhece, aquilo que ele já conhece e aquilo que ele ainda terá que aprender", ou ainda à "aquisição de habilidades físicas e psicológicas, a acumulação de um certo número de observações e experiências, a habilidade de moldar conceitos".*

À diferença do experimento crucial, a experiência envolve fatores que não podem ser regulados pela lógica formal, e interações que excluem qualquer tratamento sistemático do processo cognitivo.

A reflexão epistemológica do segundo capítulo justifica a

abordagem histórica do primeiro. Tratar historicamente um conceito num livro de epistemologia, detendo-se em vicissitudes mirabolantes nada tem de excepcional. Em primeiro lugar, porque vicissitudes igualmente mirabolantes podem ser verificadas na formação pregressa de qualquer outro conceito científico. Em segundo lugar, porque a única justificativa para afirmar a realidade de qualquer fato científico é histórica. Nas próprias palavras de Fleck,

*"uma representação uniforme só emerge através da investigação em equipe, organizada e lastreada no conhecimento popular e estendendo-se por gerações, pois o desenvolvimento dos fenômenos ligados a doenças leva décadas. Mas nisso, a formação de pessoal, os recursos técnicos e a própria natureza do trabalho em equipe levam constantemente os pesquisadores de volta ao desenvolvimento histórico do conhecimento". (p. 22)*

Fleck insiste na importância heurística do que ele chama de proto-idéias — idéias vagas, diluídas no corpo social, como fatores de pressão para a investigação e portanto como base histórica da ciência. O processo pelo qual as proto-idéias se tornam ciência é o de particularização, sempre condicionada a mudanças no estilo de pensamento dominante. Não cabe testar as proto-idéias, porquanto elas são insuficientemente explícitas para suportar qualquer tipo de teste; aliás, a significância do experimento pode mudar por completo quando muda a perspectiva geral, o estilo de pensamento em que a investigação se enquadra, ou quando ao conhecimento disponível se somam lateralmente dados novos.

Antecipando toda uma bibliografia que hoje investe em enumerar equívocos científicos cometidos por má ou boa fé, Fleck mostra que nada é mais raro em ciência do que a disposição para abandonar uma tese apenas porque um experimento a contradiz: a tendência é, ao contrário, preservar as opiniões estabelecidas contra tudo que as perturba: é a "tenacidade do sistema de opiniões", que se articula em 5 teses:

- contradições ao sistema aparecem impensáveis;
- aquilo que não combina com o sistema permanece não-visto...
- ... e quando visto é mantido em segredo;
- fazem-se laboriosos esforços para incorporar as exceções;
- dá-se maior realce aos fatos que combinam com o sistema do que àqueles que o contradizem.

Para explicar o modo como o conhecimento disponível — sempre mais vasto que a capacidade de qualquer indivíduo — afeta a de investigação, Fleck aprofunda a noção de "estilo de pensamento", associando-lhe outra, a de "coletividade de pensamento". O conhecimento passa então a definir-se como uma relação triádica que inclui além do sujeito e do objeto de conhecimento, um estilo de pensamento lastreado numa coletividade de pensamento particular. Para formular uma descoberta científica, torna-se necessário adotar esquemas como:

*"Alguém descobre algo com base num fundo de conhecimento,"*

ou, ainda melhor,

*"Alguém descobre algo num determinado estilo de pensamento, numa determinada coletividade de pensamento."*

Conhecer torna-se sinónimo de apurar conexões que necessariamente ocorrem uma vez adotadas certas condições prévias. Adotamos pré-condições derivadas de um estilo de pensamento dominante, e com elas vamos aos fatos; por isso experienciamos conexões que nos parecem inescapáveis, e que ganham a nossos olhos a consistência e a dureza da realidade; damos nossa contribuição individual, enquanto cientistas, ao apurar estas últimas.

Fleck defende em suma uma epistemologia em que sujeito, objeto e sociedade estão igualmente representados, embora com funções diferentes. Nessa epistemologia, a questão fundamental não é optar entre acumulação e revolução, ou entre continuidade e ruptura; é desmi(s)tificar a objetividade científica salvaguardando a possibilidade de uma teoria do conhecimento não dogmática.

#### 4. A Descoberta da Reação de Wassermann

O terceiro capítulo historia o "fato científico" a partir do qual Fleck exemplifica sua concepção de desenvolvimento da ciência. Trata-se, como já foi dito, do teste conhecido como "reação de Wassermann" ou mais exatamente, da relação entre ele e a sífilis, e do valor que a reação de Wassermann adquiriu no diagnóstico e orientação do tratamento médico da doença.

Essa relação constitui um fato científico incontestável e é

precisamente esse caráter de "objetividade" insuspeita que permite tomá-lo como exemplo paradigmático para todo avanço científico. Em outras palavras, Fleck não tenta em nenhum momento diminuir ou questionar a objetividade do teste, mas se autoriza a lançar mão dessa "objetividade" para desqualificar a representação que freqüentemente associamos às descobertas científicas: a da revelação de uma verdade pré-existente, que se alcançaria pela reflexão lúcida e logicamente orientada de um cientista privilegiado.

A "história" mediante a qual Fleck reconstitui a descoberta de W. é o contrário de tudo isso: onde esperaríamos encontrar uma seqüência de passos ou etapas logicamente ordenadas, ele evoca uma série de iniciativas implementadas sem plano, ou melhor, sem um único plano definido; onde esperaríamos ler a reflexão acabada do biólogo Wassermann, cujo nome acabou ligando-se historicamente ao teste, encontramos referência a várias equipes, a várias personagens menores, freqüentemente assumindo papel contraditório com o resultado final ou ligadas a ele apenas por interesses políticos-burocráticos. É a estes motivos de desconcertamento acrescenta-se outro, a presença no início do capítulo de uma espécie de digressão em que Fleck analisa um manual de serologia dos anos '10.

Com essa temática, o terceiro capítulo ganha um caráter factual, bem diferente do tom de síntese dos dois capítulos anteriores; mas não há incoerências: Fleck verifica aqui as principais teses do livro com meticulosa pontualidade, obrigando nosso resumo a um mínimo de tecnicismo.

4.1. Começemos por introduzir as palavras bacteriólise e hemólise: como indica o sufixo grego *-lysis*, elas descrevem dois processos de dissolução — respectivamente a dissolução de bactérias e a dissolução dos glóbulos vermelhos do sangue (hemo).

A bacteriólise dá-se no soro dos animais e pode ser adquirida por uma das duas formas que assume o processo de imunização: a formação natural de anticorpos no organismo animal afetado por determinada doença, ou a formação "artificial" de anticorpos num animal sadio inoculado com bactérias mortas.

O estudo da conservação das propriedades bacteriolíticas pelo soro tinha levado os serologistas alemães anteriores a Wassermann, a analisar os anticorpos como estruturas incompletas, capazes de fixar duas substâncias com papéis diferenciados:

- o antígeno, resistente ao calor e ao envelhecimento, e diretamente responsável pelo combate às bactérias causadoras de determinada doença e

- o complemento, necessariamente presente para que o antígeno

de fixação do complemento enquanto esquema para "experimentos cruciais", e são até certo ponto misteriosas, fundamenta um teste diagnóstico de reconhecida importância, e define por isso um fato científico. Em outras palavras, Wassermann, ao passo que buscava para a sífilis uma definição etiológica (identificação do agente causador) ou imunológica (reconhecimento de um antígeno) acabou por ilustrar a velha teoria do "mau sangue".

Lembrado por Fleck como exemplo de uma heurística que "deu certo", mas não no sentido previsto, o esquema lógico do método de fixação do complemento é apenas uma parte da trama pela qual o fato científico fica estabelecido. Várias circunstâncias cercam a descoberta de Wassermann e são apontadas por Fleck como tendo com ela uma relação paradigmática:

a) o estímulo de Wassermann para pesquisar sífilis parte das autoridades sanitárias alemãs e tem por motivo imediato o propósito de concorrer com a França no terreno da microbiologia;

b) a pesquisa tem um caráter coletivo, devendo-se lembrar além do próprio Wassermann e demais pesquisadores que assinaram com ele os relatórios de pesquisa, inúmeros colaboradores mais ou menos qualificados e mais ou menos anônimos que participaram da pesquisa executando — isto é, dando uma interpretação prática dos métodos disponíveis.

c) para Fleck a descoberta de Wassermann depende crucialmente desses colaboradores, historicamente responsáveis por tentativas sucessivas em que se altera o experimento inicial (mais ou menos tempo de reação, diferentes proporções das substâncias combinadas, etc.); juntas, essas pessoas participam de um processo de construção e quem sabe de ajuste, mas não de descoberta.

d) a história da reação de Wassermann mostra que a investigação científica não procede linearmente. Entretanto, quando Wassermann e colaboradores escrevem sobre seu próprio trabalho, fatores como a sorte, a indeterminação dos objetivos e as falhas são omitidos, numa atitude que Fleck não qualifica eticamente: não estão em jogo, segundo ele, validade ou má fé daquele pesquisador, mas uma dificuldade, que é inerente à própria natureza da ciência, em traçar a *posteriori* a história da descoberta, a não ser em seu percurso estritamente lógico.

*"Depois de 15 anos, a identidade entre resultados e intenções tinha tomado conta do pensamento de W. O caminho errático do desenvolvimento, em todas as etapas, no qual ele se engajara certamente a fundo*

*tinha-se tornado um caminho reto em direção a um objetivo. E não poderia ser de outro modo: com o passar do tempo, W. acumulou mais experiência, e assim tornou-se incapaz de ter presentes seus próprios erros.*" (p. 76)

4.2. Há algumas idéias paradoxais na reflexão que informa o relato de Fleck. Uma dessas idéias é que não se começa a descobrir nenhuma "verdade" sem mobilizar todo um conjunto de crenças; o paradoxo reside em que as crenças mobilizadas podem ser simultaneamente fecundas e falsas, e que as descobertas não decorrem delas numa relação sujeita a demonstração.

É provavelmente esse paradoxo que leva Fleck, sempre no 3º capítulo, a resenhar um manual de imunologia de 1910. O interesse desse manual reside em explicitar as crenças que prevaleciam na época em imunologia. Segundo esse modo de pensar, o organismo é fechado e completo em si, o que combina com a idéia da doença como ataque externo e reação interna.

Fleck não comunga com essa concepção de organismo, por ele associada aliás à velha explicação demonológica, que vê a doença como invasão por espíritos. Nem por isso minimiza sua importância: a concepção demonológica, introduzida por Pasteur e Jenner, foi dominante no começo do século, e significou, mais do que uma certa maneira de definir ou articular alguns conceitos de biologia,

*"uma imposição precisa sobre o pensamento, a totalidade de uma prontidão ou disposição para ver e agir de uma certa maneira e não outra."* (p. 64)

Nessa "imposição" reencontramos a noção já exposta de "estilos de pensamento"; Fleck retoma a tese de que não há fatos científicos a não ser na perspectiva de um estilo de pensamento determinado e exemplifica: a reação de Wassermann só se configura com base no "estilo de pensamento da serologia".

Dois observações feitas de passagem aqui serão importantes:

— iniciar-se numa ciência é dominar o estilo de pensamento que vigora, numa determinada época, para aquela ciência;

— a iniciação é ritualística, não lógica, trata-se na essência de um processo de destruição das origens, de modo que, ao final, o indivíduo terá mudado, e estará impossibilitado de recuperar as

crenças de que tinha partido.

Assim, o expert não é livre de preconceitos, mas é ao contrário engolfado em um sistema de preconceitos, tanto mais denso e rico em imbricamentos quanto mais a ciência for avançada.

## 5. Considerações epistemológicas

Num campo de saber já sedimentado, os experimentos se inserem num sistema de decisões anteriores, numa "prática" fortemente cristalizada e assim ganham contornos claros. Nesse estágio de cristalização, as dificuldades vividas no momento criativo são apagadas, e o desenvolvimento passado da investigação é racionalizado e esquematizado por seus protagonistas, de tal sorte que passa a ser visto como a aplicação de um roteiro lógico, que aciona as "leis" de uma realidade independente.

A descoberta de Wassermann exemplifica ao contrário para Fleck um momento em que se estava vivendo uma experiência ainda não cristalizada. Como já foi salientado, além dos primeiros experimentos não se sustentarem sobre hipóteses verdadeiras, também não são passíveis de reprodução. Se a ciência evolui — e Fleck está convencido de que isso ocorre — não é portanto por experimentos cruciais.

Fleck coloca igualmente sob suspeita a possibilidade de fundamentar as descobertas científicas na observação direta, de que todo experimento seria, em última análise, um caso. Aqui, ele exemplifica com pesquisas de sua própria equipe. Por que essas pesquisas acabaram por centrar-se na variação bacteriológica? Os fenômenos observados num primeiro momento pela equipe de Fleck, e que acabaram levando à noção de dissociação podem, realmente, ser explicados pela observação?

A propósito da primeira pergunta, Fleck lembra que há sempre fatores psicológicos direcionando a investigação. Em seu próprio caso, trata-se de seu antigo interesse pelo conceito de "espécie" em bacteriologia. Além disso, o fato de toda a equipe ser formada por biólogos laboratoriais, criou um "vies" que os levou a associar estreptococos e estafilococos. Dessa identificação resultaram hipóteses que orientaram sua reflexão até que, tendo ganho uma experiência mais abrangente puderam explicar as diferenças de pigmentação observadas na colônias de bactérias como diferenças de estrutura mas não de cor.

Quanto à segunda pergunta, Fleck acha que ela não admite resposta, exatamente porque as primeiras observações não podem ser re-



produzidas.

*"Nós não podemos nem mesmo descrevê-las claramente, porque os termos descritivos e conceitos que se desenvolveram durante o trabalho são inadequados para a observação não-condicionada". (p. 89)*

A moral dessas histórias é devastadora para muitas epistemologias prestigiosas, a começar pela do Círculo de Viena: (1) o material parece se oferecer por acaso; (2) há uma disposição psicológica direcionando a investigação; (3) várias associações são motivadas por hábitos profissionais; (4) a observação inicial não pode ser reproduzida, porque não pode ser claramente percebida em retrospectiva; (5) há uma lenta e trabalhosa revelação à consciência daquilo "que se vê" ou um ganho de experiência; (6) a proposição científica decorrente do trabalho é uma estrutura artificial, cuja relação com a intenção original e a substância da primeira observação é apenas genética.

Não há, argumenta Fleck, proposições baseadas na percepção direta, de que os resultados seguiriam como conclusões lógicas. Qualquer proposição já é uma assumpção. Até um enunciado como: "Hoje apareceram no prato de agar cem colônias maiores, amareladas, transparentes e duas menores, mais claras e opacas", que aparentemente expressa a realidade sem vieses, já antecipa uma diferença entre as colônias.

Mais exatamente, Fleck opõe dois tipos de observação, que constituem os pólos de um contínuo: a percepção inicial vaga, imprecisa; e a percepção do material como formas. A percepção como formas requer experiência em determinado campo do pensamento; e essa habilidade só é alcançada após um treinamento específico. No instante em que se ganha essa capacidade de perceber formas diretamente, perde-se a capacidade de ver algo que a contradiga. Essa "prontidão" para perceber diretamente é o constituinte principal de um "estilo de pensamento". Já a percepção inicial é vaga e imprecisa, exatamente porque ainda não é estilizada.

5.1. Generalizando a partir dessas diferentes histórias, Fleck elabora sua teoria sobre o surgimento de um "fato". Um fato surge em três etapas: inicialmente, experimenta-se uma percepção vaga e uma observação inadequada; segue-se um estado de experiência irracional, formador de conceitos e de estilos, isto é, há uma prática não estilizada, mas estilizadora; por fim, estabelece-se uma percepção estilizada da forma, que pode ser bastante articulada e é reproduzível.

No momento de gênese científica o pesquisador personifica seus "ancestrais" e todos os seus inimigos. Deve então distinguir, na confusão e caos com que se defronta inicialmente, aquilo que obedece seus desejos daquilo que surge espontaneamente e se opõe a eles. Assim, o alvo do trabalho intelectual consiste em alcançar um máximo de restrição ao pensamento com um mínimo de "fantasia" do pensamento.

Um fato científico surge, então, nessa busca por diminuir a inexatidão, o caos. Nas palavras do autor:

*"assim surge um fato. Primeiro há um sinal de resistência num pensamento inicial caótico; então surge uma clara imposição ao pensar e finalmente uma forma passa a ser diretamente percebida". (p. 95)*

Há algumas conclusões epistemológicas que se pode tirar das análises de Fleck.

Primeiro: se a mais simples observação depende do "estilo de pensamento" que se realiza por meio de uma "coletividade de pensamento", o pensamento só pode ser uma atividade social, isto é, não está em nenhum indivíduo, mas no trabalho conjunto de adição e de cooperação. O conhecimento existe na coletividade e está sendo continuamente revisado; o que implica dizer que o arsenal de fatos também muda.

Segundo: os elementos passivos do conhecimento não são exibíveis, porque a necessidade de experiência introduz um elemento irracional que não pode ser logicamente justificado. Assim foi com o fato científico exemplar estudado por Fleck: a relação entre sífilis e hemólise só pôde ser comprovada num estilo de pensamento especial, e graças a uma ampla aquisição de experiência assentada em conhecimentos anteriores e em muita prática e treinos.

Por fim, a relação estabelecida entre a reação de W. e a sífilis consiste exatamente em minimizar as "fantasias", os caprichos do pensamento enquanto maximiza a restrição do pensamento. É nesse sentido que um "fato" é definido como sendo "o sinal de resistência que se opõe ao pensar arbitrário e livre".

5.2. A partir desse ponto, a reflexão de Fleck assume mais claramente o caráter de uma sociologia do fazer científico, e duas noções se tornam centrais nela: estilo de pensamento e coletividade de pensamento. Um "estilo de pensamento" define-se por ser

*"a aptidão para a percepção direta, com a*

*correspondente assimilação mental e objetiva daquilo que foi percebido". (p. 99)*

Caracteriza-se por impor um elenco de problemas como relevantes para a coletividade; por determinar aquilo que a comunidade considera evidente; e por estabelecer os métodos válidos para chegar à cognição. Enquanto um estilo se impõe como restrição ao pensar, apenas uma solução conforma-se a ele.

*"Tal solução estilizada, e há sempre uma, é chamada verdade. A verdade não é relativa nem subjetiva, mas quase sempre completamente determinada dentro de um estilo."*

Assim, a verdade é um evento na história das idéias; e, em seu contexto contemporâneo, uma restrição do estilo de pensamento. Pense-se na questão da variação bacteriológica: enquanto prevaleceu o estilo de pensamento de Koch e Pasteur, a solução da não-variação bacteriológica, a única que se harmonizava com aquele estilo de pensamento, foi tomada como a verdade.

Um "estilo de pensamento" corporifica-se numa "coletividade de pensamento". Coletividade de pensamento é, na verdade, de um conceito funcional, isto é, os indivíduos constituem uma coletividade somente em virtude de suas ações e trocas de pensamento. Toda coletividade encerra um conteúdo restrito, uma região especial do pensar. No caso de indivíduos trocando idéias, essa coletividade pode ter um conteúdo restrito se, por exemplo, eles são amigos há longa data e então compartilham uma história; caso contrário, eles terão que negociar esse conteúdo transitório.

Adentrar uma coletividade significa passar por uma aprendizagem, no sentido forte, porque o efeito dessa "introdução" a um estilo de pensamento não é apenas formal, mas propicia a capacidade de perceber o que antes era invisível e tornar-se "cego" para o resto. Daí a importância que Fleck atribui à questão da "iniciação" na ciência, que para ele se compara às iniciações descritas pela etnologia e pela história das civilizações.

As coletividades de pensamento têm estrutura geral semelhante: um pequeno círculo esotérico e um grande círculo exotérico. Um indivíduo pode pertencer a vários círculos exotéricos, mas somente a poucos, se é que pertence a algum, esotéricos. Pode, por exemplo, pertencer aos exotéricos da ciência, da religião e do futebol e não participar do "petit comité" de nenhuma dessas comunidades.

"ideograma".

## 6. O Papel da Linguagem

Na superfície do texto de Fleck, as considerações lingüísticas não são raras, mas parecem à primeira vista pouco interessantes. Na verdade, das três ordens, a realidade, os conceitos e a linguagem, a que Fleck parece examinar menos criticamente é precisamente a da linguagem, evocada geralmente na forma de "activités langagères" e utilizada em várias ocasiões como explicações para o pensamento.

Numa dessas ocasiões, em que se trata de explicar o processo pelo qual diferentes concepções se tornam indistintas aos olhos de uma época, a atividade evocada é a da conversação, não o diálogo cooperativo de Grice, mas uma conversação com uma pluralidade de vozes: os interlocutores dessa conversa não seguem um plano pré-determinado, não respeitam a marcação e não estão necessariamente sintonizados com o ponto de vista de seus interlocutores, mas conseguem ainda assim construir um consenso:

*"Muitos fios de pensamento, que estão se desenvolvendo, interagem um com o outro. Todos eles teriam que ser representados primeiro como linhas de desenvolvimento contínuas e, em segundo lugar, em cada uma de suas mútuas conexões. Em terceiro, a direção principal de desenvolvimento, entendida como uma média idealizada, deveria ser pinçada separadamente e ao mesmo tempo. É como se nós quiséssemos gravar na escrita o curso natural de uma conversa animada entre diversas pessoas, todas falando simultaneamente entre si e cada uma gritando para se fazer ouvir, e ainda assim permitir que um consenso se cristalize". (p. 15)*

Essa analogia permite a Fleck recusar duas posições opostas: atribuir o progresso científico à iniciativa isolada de indivíduos ou escolas, e anular o papel destas instâncias dissolvendo-as no social. A metáfora equivale a outra: a de um jogo de futebol, que a ninguém ocorreria narrar como uma seqüência de chutes individuais mas que não exclui o papel particular de cada um dos jogadores.

Para insistir na importância das proto-idéias como diretrizes do desenvolvimento científico, Fleck retoma de um psicolingüista contemporâneo a tese de que a linguagem não teria sido arbitrária em

suas origens, consistindo antes na

*"transferência de experiência a um material suscetível de ser moldado com facilidade e sempre disponível" (p. 26)*

Estendendo essa propriedade às idéias, pode então descrevê-las como um outro material disponível, plástico, e suscetível de ser contaminado de experiência. Excluído qualquer papel fundante da convenção, palavra e idéia evocam a experiência de maneira psicologicamente densa, isto é, mágica, dogmática e reverencial. Duas conseqüências decorrem: 1) palavras e idéias não são meros veículos e não podem ser descartáveis, como o seriam se sua natureza fosse apenas convencional e lógica; 2) a evolução de ambas se faz no mesmo sentido, que não é o da abstração (do particular para o geral) mas da diferenciação e especialização: do geral - entenda-se, do mais impreciso - para o mais articulado e o mais exato.

As palavras, em Fleck, cumprem, então, uma dupla função: servem para promover a comunicação intra e inter-coletividade ao mesmo tempo que dão suporte a uma constante adaptação dos conceitos, ensinando assim o surgimento de "fatos científicos".

Dito de outra forma, a experiência altera a linguagem, que muda a experiência, que reorganiza a linguagem, ao mesmo tempo que a linguagem circula intra e inter-estilos.

Podemos esquematizar o funcionamento lingüístico intra e inter-coletividade como se segue: as palavras não têm significados fixos, elas adquirem seu sentido próprio somente pela contaminação da experiência. Assim, dois indivíduos trocando idéias no que Fleck parece encarar como uma coletividade científica mínima, terão que disputar o sentido, construí-lo mutuamente. Isto é, a semanticidade é garantida na inter-ação entre os indivíduos e entre estes e os dados, uma inter-ação que é histórica.

Perceber o sentido mais matizado de uma palavra, sua delicada variação de significado, implica, portanto, em vivenciar um estilo de pensamento. Quanto mais específico for um estilo de pensamento, tanto mais os sentidos estarão delimitados, porque a força de imposição é maior, os conflitos de opinião, menores, e mais forte a resistência interna. Não espanta que Feyerabend tenha citado Fleck.

Os significados, no círculo esotérico, inicialmente alteram-se rapidamente, a experiência encarrega-se de moldá-los; aí são adaptados ao "estilo de pensamento" e tornam-se propriedade da coletividade. A contínua circulação da palavra do esotérico ao exotérico e

de volta, permite a delimitação do significado naquele estilo de pensamento. Assim, a negociação do sentido ocorre também dentro do estilo de pensamento. No momento em que as palavras retornam ao esotérico, os significados adquiriram um valor supra-individual, e tornaram-se axiomas, guias para o pensar. Comparem-se, por exemplo, os significados das palavras "força", "energia" ou "experimento" em física moderna.

Se a palavra permite uma afinação fina, ela também viabiliza a comunicação entre estilos de pensamento. Como as palavras carregam uma coloração mais ou menos distinta de acordo com o estilo de pensamento, elas sempre sofrem mudanças de sentido ao circularerem intercoletivamente. Fleck, na seção 4, mostra precisamente que a constituição do conhecimento científico ocorre também por uma apropriação do conhecimento "popular", e de proto-ideias advindas de outros estilos.

Seja como for, toda comunicação é criativa e uma fórmula resume de maneira feliz os efeitos da comunicação intra e inter-coletividades de pensamento:

*"A comunicação nunca ocorre sem uma transformação, ao invés disso ela sempre envolve uma remodelagem estilística, que intracoletivamente alcança corroboração e que intercoletivamente permite a alteração fundamental". (p. 111)*

## 7. Linguagem e Formação de Conceitos

A reflexão de Fleck levanta problemas seríssimos sobre a relação entre linguagem e conceitos. Não é possível imaginar que o significado de um termo simplesmente mapele um objeto pré-determinado no mundo: o que Fleck apresenta, não é apenas a história da palavra "sífilis", mas a reconstrução concomitante de um objeto "sífilis". Em outras palavras, Fleck descarta a visão de linguagem como nomenclatura.

Atento ao contexto lingüístico e cultural mais amplo, Fleck insinua a impossibilidade de encarar a tradução como uma busca de correspondências de palavras: não há um objeto "pão" que receba os nomes distintos, *Brot*, *pão*, *bread*, *paın*. Essas palavras recobrem enfoques de mundo distintos e talvez diferentes estilos de pensamento.

A linguagem mantém, nos círculos exotéricos como nos esotéricos, um papel mágico e reverencial, um papel que a ciência não corrige, mas ao contrário acentua: assim, o termo sífilis, que no

estilo de pensamento "místico-religioso" era um tabu, passa a "exercer uma influência mental simplesmente por ser usado" (p. 43), tão logo é incorporado ao estilo de pensamento da serologia. Sob esse aspecto, a linguagem da ciência revela-se tão fortemente conotada quanto os exemplos clássicos da linguagem política, (pense-se em usos "diretivos" de palavras como: "comunista" durante a década de 60 no Brasil, ou "pátria" na Alemanha durante o período nazista).

Ao mesmo tempo em que a palavra exerce uma coerção ao pensar, ela funciona como mediadora de vários estilos de pensamento, tanto sincrônica quanto diacronicamente. Sua maleabilidade é tal que ela incorpora experiências. Estamos aqui muito próximos a posições que enfatizam o papel da linguagem como "atividade constitutiva". A palavra é atuação que se perpetua: ela é responsável pela presença simultânea de várias proto-idéias que remontam a momentos e estilos de pensamentos distintos. Daí por que Fleck propõe constantemente uma sincronia diacrônica, uma linguagem eternamente a fazer-se, em contacto com uma experiência que extrapola sempre o indivíduo e é simultaneamente condição de existência e fator inelutável de transformação.

Apesar disso - ou talvez por isso - a linguagem carrega o trabalho das gerações anteriores, e a investigação sobre as metamorfoses da linguagem, a arqueologia dos termos nos moldes em que Fleck refaz a história do conceito de sífilis, pode devolver, ao menos em parte, a experiência passadas:

*"A própria estrutura da linguagem apresenta uma filosofia restritora (coativa) característica daquela comunidade, e mesmo uma simples palavra pode representar uma teoria complexa." (p. 16)*

Vê-se que, abaixo da superfície do texto de Fleck a linguagem tem um papel fundamental, que é o de delimitar o mundo, e organizá-lo, uma função que aproxima Fleck da corrente lingüística representada por Sapir e Whorf. Mas Fleck situa-se aquém do determinismo lingüístico, porque não postula a supremacia da linguagem, senão uma forte interação entre linguagem, experiência e conhecimento.

## 8. Alguns Problemas Semânticos

Sugerimos acima que o texto de Fleck suporta e até mesmo sugere uma leitura em chave semântica. Duas perguntas surgem então de maneira bastante espontânea:

1 - Que sentido assumem as noções semânticas de ambigüidade e vagüeza? É correto, por exemplo, dizer que o termo "sífilis" é ambíguo no século XVI, porquanto enfeixa simultaneamente uma concepção ético-mística e uma concepção terapêutica, baseada na administração de unguentos e poções à base de mercúrio?

Se lembrarmos que essas duas concepções identificam conjuntos diferentes de estados mórbidos, e correspondem a duas linhas distintas de tratamento, seremos tentados a responder que sim, mas isso seria julgar o passado pelos nossos conhecimentos de hoje, ignorando precisamente que as duas concepções andaram fortemente associadas, e ainda o eram, em certa medida, na medicina da época de Fleck.

2 - As categorias do sentido e da referência são instrumentos confiáveis para explicar o uso da palavra sífilis ao longo da história relatada por Fleck?

Poderíamos imaginar que a sífilis, enquanto doença, foi a mesma em todos os tempos, e portanto que a palavra sífilis tem ao longo da história um único e mesmo referente, mas isto seria, de novo, fechar os olhos ao passado em vistas de uma conceituação moderna. É evidente que ao longo dos séculos, a palavra sífilis mudou várias vezes de sentido (acompanhadas ou não de mudança de referente), apenas essas mudanças não se deram pelo mero acréscimo ou subtração de "traços de significação" levantados pela investigação empírica, mas pela mudança de toda uma perspectiva intelectual.

As noções de sentido e referência revelam-se então insuficientes não apenas porque deixam de captar determinações que são concretamente agregadas à significação da palavra neste ou naquele momento, mas porque se revelam incapazes de identificar o tipo de contexto ou âmbito de discurso a que a palavra pertence. Uma explicação do primeiro tipo basta, numa discussão superficial, para entender o que aconteceu com a palavra baleia, que os dicionários setecentistas ainda tratavam como hipônimo de peixe, e os modernos qualificam como hipônimo de mamífero. Não basta para explicar o deslocamento de religioso a terapêutico e de terapêutico a etiológico porque passou, segundo Fleck, o sentido de "sífilis", porque este se dá como um deslocamento mais global, afetando em bloco todo um estilo de pensamento.

Assim, à epistemologia de Fleck, parece indispensável que façamos corresponder uma lingüística em que se possa referir a significação das palavras a grandes contextos culturais.

Alguns reservam essa função a uma disciplina chamada "análise do discurso", que tem tematizado amostras de linguagem associadas a uns poucos domínios (política, pedagogia, história...), em que é



mais evidente a associação entre linguagem e poder. Por mais significativos que sejam esses domínios, e por mais que eles inspirem ceticismo em relação a toda tentativa de absolutizar o conceito de verdade, não fica claro se conceitos como o de condições de produção, e outros centrais em análise do discurso poderiam ser colocados em correspondência com os estilos de pensamento e as coletividades de pensamento de Fleck. É possível, assim, que se revele mais apropriada a posição dos que atribuem à linguagem uma indeterminação fundamental que se compensa precisamente pelo fato de que as expressões lingüísticas são sempre usadas em contextos culturalmente determinados. É o enfoque que outros adotam quando declaram que a língua, a qualquer momento de sua história, mobiliza não características estruturais, mas também um ou mais "sistemas de referência".

## 9. Conclusão

Estamos, finalmente, em condições de voltar ao velho projeto de Bloomfield, explicitando o que há de ingênuo em suas esperanças de que a ciência pudesse vir a ser algum dia o fator determinante do progresso dos estudos semânticos. Os equívocos poderiam ser resumidos em três pontos:

9.1. Em primeiro lugar, a associação feita pelos quinhentistas entre sífilis e astrologia, que hoje nos parece ridícula, teve em sua época um estatuto plenamente científico. Mais do que isso, as representações que a determinaram eram plenamente adequadas à época; na realidade eram as representações que a época poderia construir, eram por isso científicas. O conceito etiológico de sífilis é certamente mais satisfatório para nós, mas apenas uma autosuficiência exagerada nos permitiria crer que ele seja, em termos absolutos, mais "científico".

A investigação histórica de Fleck desmitifica, em suma, uma ilusão de perfectibilidade da ciência sem a qual o projeto de Bloomfield cai por terra: não sabemos hoje que estilo de pensamento deverá informar a reflexão científica no futuro, mas sabemos que ele pode tornar incompreensíveis nossas explicações atuais sem torná-las por isso menos científicas para nossa época: a evolução não se faz pela passagem de um estágio pré-científico para um estágio científico, mas entre diferentes científicidades, com momentos de maior ou menor enriquecimento da doutrina. Dito de outra maneira, o conhecimento não se acumula: muda.

9.2. Em segundo lugar, as associações antigas sobrevivem ao estilo de pensamento que as determinou. Quando a astrologia perdeu

o seu papel de ciência-piloto, ficou ainda assim a associação entre sífilis e esfera genital, que ela tinha ajudado a criar; avulsa do conjunto de crenças que o justificava, essa associação continuou determinando comportamentos e valores, inclusive o interesse médico na própria doença - a mostrar que as entidades científicas não têm a pureza de critérios que se pretende às vezes atribuir-lhes. E a própria astrologia permanece como um estilo de pensamento. Voltamos a encontrar uma sinronia que é atravessada pela diacronia.

9.3. Aquilo que caracterizamos como um fato científico não é uma entidade que existe no mundo independentemente de quem a observa, é uma representação do que se observa que ganha aceitabilidade geral no contexto de um estilo de pensamento corporificado numa comunidade de pensamento. Para a construção dessa representação, são igualmente fundamentais os aportes da comunidade esotérica (os grupos de pesquisa) e exotérica (o grande público); ou seja, o fato científico tem por trás um enorme lastro de hábitos e crenças socialmente compartilhados que permite garantir uma "coincidência de ilusões".

O projeto de Bloomfield pretende regulamentar as significações correntes pelas significações científicas; se, como quer Fleck, estas últimas são fortemente tributárias das crenças e significações correntes, se dependemos da ciência para fixar a significação das expressões correntes tanto quanto dependemos da significação das expressões correntes para fazer ciência, o projeto de Bloomfield cai por terra. E não adianta tentar ressuscitá-lo pretendendo que o aperfeiçoamento de um teste como a reação de Wassermann, na medida em que passa a associar-se sistematicamente à entidade nosológica "sífilis", aumentou ou tornou mais exato o nosso conhecimento do significado da palavra, estipulando para a mesma um uso mais adequado. Uma vez consolidada a relação entre sífilis e reação de Wassermann, o significado da palavra (não o nosso grau de conhecimento a seu respeito) é que mudou, tornando irrelevante e incompreensível o significado antigo.

Ao adotar a epistemologia de Fleck somos levados a reconhecer que no nível mais fundamental da semântica, como no nível mais fundamental da ciência, não há fatos (produtos, estruturas) mas apenas um constante fazer-se (trabalho, estruturação). Alguns ganhos de experiência, estabilizados por um certo tempo, dão temporariamente a impressão de fatos, sem contudo eliminar a possibilidade profunda de voltar a associar experiências novas (mais ricas? mais úteis?) a um "material fácil de moldar e sempre disponível".

Este material - a linguagem - convive com o fazer científico e

com o fazer prático da mesma maneira, porque os critérios de categorização e legitimação científica, como os critérios de categorização e legitimação semântica são em última análise sociais.

## A TEORIA FONOLÓGICA E A AQUISIÇÃO

Leda Bisol  
UFRGS

### Apresentação

Como diz o título desta sessão, tratar-se-á de estabelecer uma relação entre teoria fonológica e aquisição da linguagem. No que diz respeito à teoria fonológica, é inegável que o caminho trilhado pela lingüística nesta área é dos mais ricos e luminosos. Para ter-se uma idéia, basta acompanhá-la de Troubetzkoy a Chomsky & Halle, de Chomsky & Halle a Stampe e Donegan; desses a Goldsmith; de Goldsmith às propostas que refinam a teoria fonológica não-linear na sua triplíce manifestação: fonologia auto-segmental, fonologia métrica e fonologia lexical. Valendo-se da criatividade firmada em princípios e condições paramétricas, a teoria fonológica foi e vem sendo inescançavelmente tecida. Da menor unidade segmentável vai à teoria dos traços distintivos, que distingue estrutura subjacente de estrutura de superfície com base na representação unilinear. E propõe regras ordenadas crendo que a significância das generalizações corresponde à simplicidade formal. Estancadas algumas fontes, outros caminhos se vão abrindo e a fonologia não-linear desponta. As menores unidades segmentáveis deixam de ser vistas como conjunto de traços binários desordenados e passam a ser interpretadas como unidades hierarquicamente estruturadas. Desde então a representação fonológica desenha-se como um objeto multilinear. Não cabe agora especificar as mudanças que foram ocorrendo, mas chamar atenção para o fato de que os aspectos essenciais da teoria fonológica persistem através dos diferentes modelos com implicações que se estendem para outras áreas do conhecimento humano. Uma das relações mais frequentemente mencionadas é a que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem e teorias lingüísticas. É que embora teoria fonológica e teoria da aquisição não estejam necessariamente vinculadas, ambas dizem respeito à natureza da linguagem, razão pela qual a aquisição e com ela a diacronia muitas vezes são chamadas para validar ou descomprovar hipóteses. O tema central desta sessão, pois, é o desenvolvimento da linguagem falada analisado à luz da teoria. Carmem Hernandezena fez uma investigação sobre aquisição da linguagem, valendo-se dos pressupostos básicos da teoria dos traços distintivos. Regina Ritter Lamprecht

fala sobre aquisição em crianças normais e Helena Mota propõe uma terapia para crianças com desvios. Ambas fundamentam suas investigações na teoria dos processos, teoria essa que surgiu no intervalo entre a proposta gerativa inicial e as derivadas, com uma proposição de descrição lingüística diretamente substanciada em processos entendidos como operações mentais. Muitas de suas conquistas foram incorporadas aos modelos atuais, e sua linha teórica continua a encontrar adeptos, sobretudo entre aqueles que atuam no campo da aquisição. Ouviremos por fim Feryal que não se deterá em uma linha teórica específica mas relatará aspectos interessantes de sua pesquisa sobre a consciência metafonológica na criança. Os professores aqui apresentados, sob a coordenação do Prof. Yavas, que primeiramente se manifestará, formam a equipe de pesquisadores do Centro de Estudos sobre Aquisição e Aprendizagem da Linguagem da Pós-Graduação em Lingüística e Letras da PUC do Rio Grande do Sul, onde vem desenvolvendo pesquisas na área nomeada, detendo-se sobretudo em desvios da linguagem da criança. Criado em 1987 já produziu dissertações, artigos em revistas, um número específico da revista Letras de Hoje, um livro de seu coordenador, e promoveu o I Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem, que congregou pesquisadores das diversas universidades do país, em outubro de 1989.

rios, por serem processos baseados na estrutura silábica. Os estudos de Waterson apontaram vários prosedemas na fonologia da criança.

Entre as teorias do desenvolvimento fonológico que estão ligadas a uma teoria fonológica, o trabalho de Stampe destaca-se por uma especificidade: seu interesse foi o enriquecimento da teoria fonológica. Em atendimento a esse objetivo foi que Stampe usou os dados da fonologia da criança.

Nos fins da década de 70, várias teses de doutorado escritas no MIT (Massachusetts Institute of Technology) começaram a alterar o rumo da fonologia. Alguns fenômenos fonológicos que não podiam ser tratados adequadamente no modelo clássico da fonologia gerativa (SPE - The Sound Pattern of English), passaram a ser tratados satisfatoriamente em outras abordagens. Entre esses tópicos está a sílaba. A necessidade de introduzir unidades maiores do que o segmento na representação fonológica recebeu um amplo reconhecimento. A fonologia auto-segmental, que inicialmente foi proposta para tratar os fenômenos das línguas tonais, forneceu o "insight" para o estudo dos processos baseados na sílaba. Nesse sentido, o trabalho de Kahn (1976) foi um guia para a fonologia CV de Clements & Keyser (1983). Outro avanço importante refere-se à acentuação. Diferentemente do SPE, em que a acentuação foi vista como fenômeno paralelo ao segmental, a fonologia métrica deu à acentuação e a outros fenômenos prosódicos tratamento mais adequado e organizado.

Estas últimas proposições compartilham uma propriedade interessante, que as distancia do SPE. Nas análises fonológicas do SPE, as estruturas fonológicas são presumidas como uma seqüência de segmentos representados nas matrizes de traços distintivos. A única informação não-fonética na representação é um conjunto de símbolos de limites. Contrariamente às representações sintáticas, que são uma seqüência de palavras agrupadas em constituintes hierarquicamente organizados, as representações fonológicas do SPE consistem em cadeias lineares. As novas abordagens de Lieberman, Goldsmith e outros desenvolveram teorias em que as representações fonológicas foram enriquecidas por estruturas hierárquicas acima das cadeias de segmentos. Já que as representações fonológicas, agora, incluem mais estruturas, além das cadeias de segmentos e limites, tais teorias são chamadas não-lineares (ou multilineares/ multidimensionais).

Entretanto, é um truísmo, que tem sido tradição, a existência de uma distância entre os desenvolvimentos em teoria fonológica e suas aplicações na área de aquisição. Conseqüentemente, com certas notáveis exceções (como Stemberger 1988, Spencer 1986, por exemplo),

não são vistas aplicações dos modelos fonológicos mais recentes na área de aquisição. Isso, de certa maneira, não é inesperado, porque, a fim de ser usado nas áreas aplicadas, um modelo teórico deve estabelecer-se firmemente, já que a sua aplicação requer certo grau de maturidade.

Uma importante justificativa para se buscarem os novos modelos é que muitos fenômenos da fonologia da criança, tais como processos de estrutura silábica, processos assimilatórios, reduplicação, etc., são exatamente os fenômenos para os quais as teorias antigas não apresentaram tratamento satisfatório. Como consequência, a tendência aponta para o surgimento, na década de 90, de muitos trabalhos sobre o desenvolvimento fonológico à luz das teorias auto-segmental e métrica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLEMENTS, G. N. & Keyser, S.J. - CV Phonology: a generative Theory of Syllable, Cambridge, MA; MIT Press, 1983.
- DONEGAN, P. J. & Stampe, D. - The study of natural phonology, in Dinnsen, D. A. (ed), Current Approaches to Phonological Theory, Bloomington, Indiana University Press, 126-173, 1979.
- FERGUSON, C. A. - Learning to pronounce: the earliest stages of phonological development in child, in F. D. Minifie & I. L. Lloyd (eds), Communicative and Cognitive Abilities - Early Behavioral Assessment, Baltimore, University Park Press, 1978.
- GOLDSMITH, J. - Autosegmental Phonology, New York, Garland, 1979.
- JAKOBSON, R. - Child Language, Aphasia and Phonological Universals, The Hague, Mouton, 1941/68.
- KAHN, D. - Syllable-based generalizations in English Phonology, Bloomington, Indiana University Linguistics Club, 1976.
- LOCKE, J. L. - Phonological Acquisition and Change, New York, Academic Press, 1983.
- MACKEN, M. A. & Ferguson, C. A. - Cognitive aspects of Phonological development: model, evidence and issues, in K. E. Nelson (ed), Children's Language, vol. 4, New York, Gardner Press, 1983.
- MOWRER, O. H. - Speech Development in the young child: the Autism Theory of Speech Development and some Clinical Applications, JSHD, 17: 263-268, 1952.
- \_\_\_\_\_ - Learning Theory and Symbolic Processes, New York, Wiley and Sons, 1960.
- OLMSTED, D. - Out of the Mouth of Babes, Mouton, The Hague, 1971.
- \_\_\_\_\_ - A theory of the child's learning of phonology, Language, 42: 531-535, 1966.



## Introdução

Nesses últimos anos as habilidades metalingüísticas das crianças têm atraído cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Isto se verifica especialmente em relação às habilidades referentes à consciência fonêmica das crianças em idade de alfabetização. O termo "consciência fonêmica (ou fonológica)" é geralmente usado em referência à habilidade de perceber as palavras faladas como seqüências de sons individuais. Muitos pesquisadores na área de leitura têm argumentado que há uma forte correlação positiva entre a consciência fonêmica e o sucesso na aprendizagem da leitura. No entanto, essa alta correlação é interpretada de formas diferentes, mas com maior freqüência é escolhida uma dessas direções opostas: a) a consciência fonêmica é um pré-requisito para a aprendizagem da leitura (por exemplo Bradley e Bryant 1983, Pratt e Bradley 1988, Juel et al 1986, Tunmer e Nesdale 1985); b) a consciência fonêmica é conseqüência da aprendizagem da leitura, ou pelo menos é grandemente influenciada por ela (por exemplo Alegria et al 1982, Hohn e Ehri 1983, Ehri 1979, Morais et al 1979, Donaldson 1978). Essa última posição é muito forte porque sugere uma relação causal (isto é, que aprender a ler causa o desenvolvimento da consciência fonêmica), pois as crianças que ainda não iniciaram a escolarização já apresentam um certo grau de consciência fonêmica, embora esse grau possa não ser o mesmo para todas elas. Além disso, as crianças que receberam a mesma quantidade de ensino de leitura não apresentam necessariamente o mesmo nível de consciência fonêmica, assim como não possuem necessariamente o mesmo nível de habilidade de leitura. Em outras palavras, observamos diferenças na consciência fonêmica das crianças mesmo quando a experiência com leitura é controlada. A primeira posição, na forma em que se apresenta, não defende uma relação causal, já que simplesmente vê a consciência fonêmica como uma condição necessária, mas não suficiente para a aprendizagem da leitura.

Esse debate ainda está muito vivo neste momento e, no meu entender, não será resolvido antes de compreendermos melhor algumas

questões a ele relacionadas. Ainda não dispomos de conhecimento preciso sobre a relação entre a consciência fonêmica (ou a consciência de qualquer outro nível lingüístico) e outros aspectos do desenvolvimento, tais como cognição, inteligência e aquisição da linguagem. Por exemplo, embora haja ampla teorização quanto à íntima relação entre as capacidades cognitivas das crianças e a consciência metalingüística, até hoje, apenas um estudo, Hakes et al (1980), realmente examinou essa questão. Nesse estudo, o desempenho das crianças em tarefas metalingüísticas apresentou correlação positiva com o seu desempenho em tarefas piagetianas de conservação; no entanto, os resultados não podem ser interpretados em termos de uma relação causal. Muito mais pesquisas são necessárias antes de podermos chegar a qualquer conclusão. Além disso, o fato de crianças com desvios de linguagem, mas sem deficiências cognitivas, frequentemente (embora não sempre) apresentarem desempenho inferior ao desempenho de crianças normais em tarefas metalingüísticas (ver Kamhi 1987 para uma revisão geral e Magnusson, no prelo, sobre consciência fonêmica) sugere que a consciência fonêmica é uma capacidade mais lingüística do que cognitiva.

A relação entre a consciência fonêmica (ou outra consciência lingüística) e a inteligência também não está clara. Para começar, não existem muitos estudos sobre essa relação; dentre os que existem, muitos não encontraram correlações significativas entre as duas, especialmente quando a inteligência foi medida não-verbalmente (por exemplo Bialystok e Mitterer 1987, Pratt e Bradly 1988). Entretanto, num estudo longitudinal com 129 sujeitos, Juel et al (1986) mostraram que a inteligência é um fator importante para o desenvolvimento da consciência fonêmica de crianças ainda não alfabetizadas.

Quanto à relação entre a consciência fonêmica e as habilidades básicas da fala, novamente nos deparamos com pontos de vista conflitantes. Alguns pesquisadores (por exemplo, Hakes 1980) argumentaram que a consciência fonêmica (bem como a consciência de outras unidades e regras lingüísticas) requer capacidades de processamento diferentes das que são necessárias para as habilidades básicas da fala, no sentido de que a primeira envolve processamento não-automático e deliberado, enquanto que a segunda envolve processamento automático e não-deliberado. O argumento baseia-se principalmente na constatação de que muitas crianças de 5/6 anos não são capazes de realizar tarefas de consciência fonêmica, embora tenham um bom nível de aquisição fonológica. Entretanto, há muitos pesquisadores que acreditam que a aquisição da linguagem e a consciência fonêmica desenvolvem-se

juntas e que até mesmo as crianças pequenas apresentam algum tipo de consciência lingüística (por exemplo Clark 1978, Marshall e Norton 1978).

Existem, também, evidências de que habilidades básicas da fala como a compreensão do vocabulário e especialmente a compreensão de sentenças apresentam correlação positiva com a consciência fonêmica, bem como com outros tipos de consciência lingüística (por exemplo Saywitz e Wilkinson 1982, Smith e Tager-Flusberg 1982). Em Yavas e Haase (1988) também foi encontrada uma forte relação entre a consciência fonêmica e a compreensão da fala, medida pelo Token Test.

Há outras questões que têm recebido nenhuma ou muito pouca atenção na literatura. Por exemplo, não sabemos nada sobre a influência ou não de fatores neurológicos sobre a consciência fonêmica (ou qualquer outra). Da mesma forma, poucos estudos têm examinado o papel dos fatores sociais no desenvolvimento da consciência lingüística, excetuando-se o de Leubecker e Carter (1988).

Para concluir, espero que tenha ficado claro nesta rápida introdução que o nosso conhecimento sobre o desenvolvimento da consciência fonêmica nas crianças é, no momento, bastante fragmentado. Este fato não é de surpreender, pois trata-se de um tópico relativamente novo de investigação. Considerando o grande número de estudos que estão sendo realizados, não levará muito tempo até termos um bom conhecimento das questões relevantes.

O restante deste trabalho relatará um estudo que fizemos sobre a consciência fonêmica em crianças com idade entre 6 e 8 anos. Além dos sujeitos que serão descritos a seguir, o estudo incluiu um grupo de crianças com dificuldades na aprendizagem escolar que passaram por vários testes para avaliar o seu desenvolvimento neurológico e lingüístico, bem como a consciência fonêmica. Devido à limitação de espaço, este grupo será excluído da discussão e os leitores interessados poderão consultar Yavas e Haase (1988).

## A Metodologia

Os sujeitos eram 108 crianças entre 6:0 - 8:11 anos de idade, distribuídas por faixa etária da seguinte maneira: 43 crianças na faixa dos 7 anos e 26 na faixa dos 8 anos de idade. Dessas 108 crianças, 76 estavam na escola entre o primeiro e o quarto semestres, com uma média de idade de 7:5 e 32 eram crianças que não haviam tido nenhuma escolarização formal no que se refere à alfabetização; a média de idade deste grupo era 6:9. O primeiro grupo será chamado de grupo CESC (crianças com escolarização) e o segundo, SESC (crianças

sem escolarização).

A idade foi o fator principal na seleção dos sujeitos dentro de cada grupo. Outros fatores, contudo, também foram levados em consideração. O grupo CESC foi escolhido dentre várias escolas públicas e privadas de Porto Alegre que adotam diferentes métodos de alfabetização. Foi realizado um esforço para incluir neste grupo crianças provenientes de famílias com baixo nível sócio-econômico e cultural nas quais a escolarização dos pais não ultrapassa o nível de primeiro grau, bem como crianças oriundas de meios familiares pertencentes às classes média alta e média. Também foi considerado o desempenho escolar buscando incluir tanto as crianças com bom desempenho como aquelas com mau rendimento escolar.

Do grupo SESC, as crianças com 6 anos de idade foram escolhidas preferencialmente das pré-escolas públicas e privadas de Porto Alegre (houve algumas que não estavam freqüentando uma pré-escola), variando bastante quanto à renda e escolarização dos pais. As crianças com 7 e 8 anos de idade deste grupo apresentavam uma homogeneidade no sentido de que todas provinham de famílias de baixo nível sócio-educacional e nenhuma estava freqüentando uma pré-escola, nem tampouco havia sido exposta sistematicamente à linguagem escrita.

A avaliação da consciência fonêmica dos sujeitos foi feita através de um teste elaborado a partir de Bruce (1964) e Rosner e Simon (1971). Consiste de 30 palavras conhecidas que devem ser analisadas em termos dos seus fonemas constituintes, requerendo tanto segmentação quanto síntese: diz-se uma palavra para a criança, devendo então o sujeito remover um fonema determinado e pronunciar a forma remanescente, que também é uma palavra conhecida. O fonema a ser apagado aparece no início, no meio ou no final em um grupo de 10 palavras para cada posição (e.g. início: a-cha → chá; meio: su-ja → sua; final: cru-z → cru). O teste foi submetido a uma análise de consistência interna, sendo obtido o coeficiente alfa de Cronbach 0,9621.

Com o objetivo de investigar como o nível de consciência fonêmica dos sujeitos do grupo CESC relacionava-se com o nível de habilidades de leitura, foi solicitado às professoras que avaliassem os seus alunos em termos das seguintes categorias: 1) leitores fracos, 2) leitores médios e 3) leitores com desempenho acima da média. Essa avaliação do professor foi tomada então como uma medida da habilidade em leitura dos sujeitos do grupo CESC.

## Resultados e Discussão

Os resultados do desempenho no teste de consciência fonêmica foram examinados em função dos seguintes pontos:

- 1) posição do fonema suprimido: início X meio X final da palavra
- 2) idade: 6 X 7 X 8 anos
- 3) nível sócio-educacional: N1 (baixo) X N2 (alto)
- 4) escolaridade: a) CESC X SESC  
b) 1 X 2 X 3 X 4 semestres
- 5) habilidades em leitura: leitores fracos X médios X bons
- 6) método de alfabetização: M1 (Método Emilia Ferreiro) X M2 (Palavração) X M3 (Fônico-Silábico)

Como grupo, as crianças tiveram um desempenho com 37% de acertos no teste, revelando que o teste foi bastante difícil para elas. Isto não causa surpresa, visto que a tarefa exigia das crianças, ao mesmo tempo, a capacidade de análise e de síntese. Esperava-se que as crianças teriam mais dificuldade em uma tarefa desse tipo do que em uma tarefa que exige apenas análise ou apenas síntese.

A posição do fonema a ser apagado parece ser importante: a posição medial foi significativamente mais difícil, com apenas 26% de acertos, do que as posições inicial e final, que apresentaram, respectivamente, 42% e 50% acertos. Este padrão foi consistente em todas as faixas etárias e confirma os resultados encontrados por Bruce (1964) e Rosner e Simon (1971). A razão pela qual a posição medial apresenta maior dificuldade provavelmente se deve ao fato de que essa posição requer a síntese das partes restantes depois que a criança segmenta e suprime o fonema, algo que o apagamento de fonema inicial ou final não requer.

Entretanto, quando examinamos os resultados cuidadosamente em cada posição, verificamos alguns padrões de resposta muito sistemáticos em todos os sujeitos. Na posição inicial, as vogais eram significativamente mais fáceis de apagar do que as consoantes. Por exemplo, o grupo CESC obteve 78% de acertos nos itens de apagamento de vogal inicial, em contraposição aos 26% de acertos no apagamento de consoante inicial. Em posição final, o oposto ocorre, isto é, as consoantes foram muito mais fáceis de apagar do que as vogais. Apenas para dar um exemplo, o grupo CESC teve 68% de acertos nos apagamentos de consoante final, mas apenas 36% de acertos nos apagamentos de vogal na mesma posição. A posição medial também revela um padrão regular; dos 10 itens do teste nesta posição, dois, ca-í-da e la-rgo, receberam percentuais significativamente mais altos de respostas corretas (52% e 50% respectivamente) do que qualquer outro item no

grupo. Observe-se que ca-i-da requer o apagamento de uma vogal que por si só constitui uma sílaba e la-r-go requer o apagamento de uma consoante em final de sílaba. Nenhum dos outros oito itens do grupo medial envolvia o apagamento de consoante ou vogal desse tipo; os apagamentos de vogal envolviam vogais que eram parte de uma sílaba, por exemplo bo-a-te e os apagamentos de consoante envolviam consoantes em início de sílaba ou como parte de um encontro consonantal, por exemplo su-i-a, f-r-aca, ou-i-ro.

O leitor deve ter-se dado conta, agora, de que o desempenho das crianças revela duas generalizações claras. Uma delas é que quando uma vogal constitui sílaba sozinha, como no caso de ca-i-da, e nos itens nos quais ocorre em início de palavra (devido à fonologia do português, uma vogal que será apagada em posição inicial obrigatoriamente constitui uma sílaba por si só em nosso teste, já que a forma restante precisa ser uma palavra real) é muito mais fácil de apagar do que quando é parte de uma sílaba. Esse padrão é válido para todas as faixas etárias como pode ser visto abaixo.

Média de respostas corretas no apagamento de vogais

Idade	V= uma sílaba	V= parte de sílaba
6	36,0%	10,0%
7	70,0%	39,0%
8	71,0%	41,0%

Tabela 1

A segunda é que é muito mais fácil apagar C em final de sílaba do que em qualquer outra posição, como pode ser visto na tabela 2.

Média de respostas corretas no apagamento de consoantes

Idade	Posição Final	Outra posição
6	37,0%	9,0%
7	66,0%	32,0%
8	64,0%	22,0%

Tabela 2

Essas observações nos levam a concluir que a unidade de pro-

de famílias com baixo nível sócio-educacional. A influência do nível sócio-educacional pode ser examinada através da Tabela 4.

Podemos verificar que este fator é importante no desempenho da faixa etária dos 6 anos nos grupos CESC e SESC; na faixa dos 7 anos também foi significativo no grupo CESC, mas não o foi na faixa dos 8 anos. A comparação não pode ser estabelecida nas faixas dos 7 e 8 anos no grupo SESC pela inexistência de sujeitos de nível N2 com essas características.

#### Consciência fonêmica e nível sócio-educacional

GRUPOS	N1	N2
6	15,0%	31,1%
CESC 7	42,0%	71,9%
8	59,7%	55,7%
6	6,7%	33,9%
SESC 7	6,1%	-
8	6,0%	-

Tabela 4

Quando analisamos o mesmo fator no grupo CESC, dividido por semestre, observamos que à medida que a criança ultrapassa os semestres sucessivos, vai-se atenuando a discrepância entre N1 e N2 observada nos primeiros semestres, deixando de ser significativa a partir do terceiro semestre.

Estes resultados revelam que as crianças de famílias com situação sócio-educacional baixa têm um nível de consciência fonêmica inferior ao daquelas cujas famílias estão numa posição mais vantajosa. Esta diferença é gradualmente nivelada pelo efeito da escolarização, mas na ausência da escolarização, permanece e possivelmente vai-se ampliando, já que não é observada nenhuma diferença devida à idade no grupo SESC.

A questão de por que as crianças de baixo nível sócio-educacional não desenvolvem espontaneamente a consciência fonêmica não é fácil de responder. Uma possível explicação é a de que o contato informal com a linguagem escrita seria importante para o desenvolvimento da consciência fonêmica, o que não é oportunizado para as crianças de baixo nível sócio-educacional.

Em relação ao papel do método, verificamos que as crianças alfabetizadas com o método fônico-silábico (M3) desempenharam significativamente melhor do que aquelas com os outros dois métodos, como

mostram as médias: M3 = 66,4%; M2 = 45,4% e M1 = 35,2%. Este resultado era esperado e está de acordo com os resultados de Bruce (1964).

Por último, a comparação entre os desempenhos dos três tipos de leitores mostrou que as crianças avaliadas pela professora como tendo melhor desempenho em leitura obtiveram a média mais alta no teste, 81%. A média dos leitores médios é 51,4% e dos fracos, 22%. As diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas, revelando uma correlação positiva e significativa para a habilidade em leitura e consciência fonêmica. Neste sentido, esta pesquisa corrobora a literatura sobre o assunto. Os resultados, no entanto, não permitem uma interpretação causal em nenhuma das direções.

Entre as descobertas da pesquisa acima relatada, a que se relaciona ao nível sócio-educacional poderia ser considerada a mais relevante porque envolve uma questão importante que geralmente tem sido negligenciada. Se um certo nível de consciência fonêmica é necessário para o sucesso na alfabetização, como muitos defendem, e se as crianças de famílias com baixo nível sócio-educacional não desenvolvem essa consciência espontaneamente, como nossos resultados sugerem, precisaríamos refletir seriamente sobre o que poderia ser feito para aumentar o nível de consciência fonêmica dessas crianças. No entanto, a decisão sobre dar ou não um treinamento de consciência fonêmica às crianças antes da alfabetização e sobre qual seria a natureza desse treinamento demandaria muito mais pesquisa e análise criteriosa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRIA, J., Pignot, E. & Morais, J. - Phonetic analysis of speech and memory codes in beginning readers, *Memory and Cognition*, 10: 451-456, 1982.
- BIALYSTOK, E. & Mitterer, J. - Metalinguistic differences among three kinds of readers, *Journal of Educational Psychology*, 79(2): 147-153, 1987.
- BRADLEY, L. & Bryant, P. E. - Categorizing sounds and learning to read—a causal connection, *Natura*, 301: 419-421, 1983.
- BRUCE, D. J. - The analysis of the word sounds by young children, *British Journal of Educational Psychology*, 34: 133-151, 1964.
- CLARK, E. - Awareness of language: some evidence from what children say and do, in: Sinclair, A., Jarvella, R., & Levelt, W. (eds), *The child's conception of language*, Berlin, Springer-Verlag, 1978.
- DONALDSON, M. - *Children's minds*, Glasgow, Collins, 1978.
- EHRI, L. C. - Linguistic insight: threshold of reading acquisition, in: Waller, T. G. & Mackinnon, G. E. (eds), *Reading research advances in theory and practice*, New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1979.
- HAKES, D. T., Evans, J. S. & Tunmer, W. E. - *The development of metalinguistic abilities in children*, Berlin, Springer-Verlag, 1980.
- HOHN, W. E. & Ehri, L. C. - Do alphabet letters help prereaders acquire phonemic segmentation skill? *Journal of Educational Psychology*, 75(5): 752-762, 1983.
- JUEL, C., Griffith, P. L. & Gough, P. B. - Acquisition of literacy: a longitudinal study of children in first and second grade, *Journal of Educational Psychology*, 78(4): 243-255, 1986.

- KAMHI, A. G. - Metalinguistic abilities in language-impaired children, *Topics in Language Disorders*, 7(2): 1-12, 1987.
- MAGNUSSON, E. - Consciência metalingüística em crianças com desvios fonológicos, in: Yavas, M. (org), *Desvios fonológicos nas crianças: teoria, pesquisa e tratamento*, Porto Alegre, Mercado Aberto.
- MARSHALL, J. C. & Morton, J. - On the mechanics of EMMA, in: Sinclair, A., Jarvella, R. J. & Levelt, W. (eds), *The child's conception of language*, Berlin, Springer-Verlag, 1978.
- MORAIS, J., Cary, L., Alegria, J. & Bertelson, P. - Does awareness of speech as a sequence of phonemes arise spontaneously? *Cognition*, 7: 323-331, 1979.
- PRATT, A. C. & Brady, S. - Relation of phonological awareness to reading disability in children and adults, *Journal of Educational Psychology*, 80(3): 319-323, 1988.
- ROSNER, J. & Simon, D. P. - The auditory analysis test, *Journal of Learning disabilities*, 4: 384-392, 1971.
- SAYWITZ, K. & Wilkinson, L. S. - Age related differences in metalinguistic awareness, in: Kuczaj, S.A. (ed), *Language acquisition II*, Hillsdale, N. J.: Earlbaum, 1982.
- SMITH, C. L. & Tager-Flusberg, H. - Metalinguistic awareness and language development, *Journal of Experimental Child Psychology*, 34: 449-468, 1982.
- TUNMER, W. E. & Nesdale, A. R. - Phonemic segmentation skill and beginning reading, *J. Educat. Psychology*, 77: 417-427, 1985.
- YAVAS, F. & Haase, V. G. - Consciência fonêmica em crianças na fase de alfabetização, *Letras de Hoje*, 23(4): 31-55, 1988.
- WARREN-LEUBECKER, A. & Carter, B. W. - Reading and growth in metalinguistic awareness, *Child Development*, 59: 728-742, 1988.

## A TEORIA DA FONOLOGIA NATURAL NAS PESQUISAS SOBRE A AQUISIÇÃO DA FONOLOGIA

Regina Ritter Lamprecht  
PUC - RS

As pesquisas sobre aquisição e desenvolvimento fonológico - normal ou com desvios - que têm como base a teoria da fonologia natural partem das idéias de Stampe (1973). A noção fundamental dessa teoria é a de processo fonológico, assim definido por Stampe (1973, p. 1):

*"Processo fonológico é uma operação mental que se aplica à fala para substituir, em lugar de uma classe de sons ou seqüência de sons que apresentam uma dificuldade específica comum para a capacidade de fala do indivíduo, uma classe alternativa idêntica em todos os outros aspectos porém desprovida da propriedade difícil."*

Exemplos de alguns processos fonológicos:

- a - redução de encontro consonantal - processo pelo qual é apagado um dos membros de um encontro consonantal, como em "flor" => [for], "três" => [tes];
- b - apagamento de fricativa final de sílaba - processo pelo qual o /s/ (única obstruinte possível nessa posição em português) é apagado, como em "estrela" => [itelá], "dois" => [doy];
- c - metátese - processo pelo qual ocorre a transposição de sons dentro de uma palavra, como em "dragão" => [dagrãw], "açúcar" => [asurka];
- d - anteriorização - processo pelo qual um som posterior é substituído por outro mais anterior, como em "chapéu" => [sapew], "picapau" => [pitapaw];
- e - dessonorização - processo pelo qual uma obstruinte sonora é substituída por uma surda, como em "dedo" => [tetu], "zebra" => [sepra].

Esses processos fonológicos atuam nos padrões da fala visando facilitá-la, adaptando-os às restrições naturais da capacidade humana tanto em termos de produção como de percepção; muitas propriedades dos processos podem ser deduzidas a partir das necessidades ar-

ticulatórias e perceptuais e das dificuldades humanas nessas duas áreas.

Os processos fonológicos são naturais por serem inatos - são limitações da capacidade humana com as quais a criança nasce e que tem de superar na medida em que não fazem parte da sua língua materna. Sendo inatos, os processos são também universais, razão pela qual todas as crianças iniciam seu desenvolvimento fonológico a partir da mesma base, com a totalidade dos processos em operação.

Dominando livremente nos estágios iniciais, os processos fonológicos naturais e inatos têm que ser revisados, reordenados ou superados pela criança à medida que a mesma entra em contato com o sistema da sua língua materna (ou de quaisquer outras que aprender) para permitir-lhe a adaptação e adequação ao padrão adulto.

A descrição dos padrões existentes na fala das crianças pelo modelo da fonologia natural tem a grande vantagem de mostrar de maneira clara a relação entre as formas adultas e as formas infantis. Mostra que essa relação é de simplificação, que ela abrange classes inteiras de sons e que é justificada por razões articulatórias e perceptuais.

A fonologia natural fornece descrições mais abrangentes do que outros enfoques e se constitui na maneira mais simples de descrever as diferenças entre as formas adultas e as das crianças nos aspectos estruturais e segmentais. Por essas razões a fonologia natural é a base teórica mais utilizada, atualmente, pelos pesquisadores que trabalham na área do desenvolvimento fonológico. (Em 14 importantes trabalhos publicados nessa área nos últimos 10 anos - sejam manuais de testagem e avaliação terapêutica, sejam relatos de pesquisa - 9 se baseiam no modelo proposto por Stampe).

Com essa fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa que se constitui na descrição longitudinal da aquisição da fonologia do português, com base em dados de 12 crianças na faixa etária entre os 2:9 (anos:meses) e os 5:5. O objetivo dessa pesquisa foi o de contribuir para o estabelecimento de um perfil da aquisição da fonologia do português; esse perfil ainda não existe e é relevante como uma ampliação dos conhecimentos sobre a fonologia do português, como parâmetro de normalidade para o trabalho na área da fonologia clínica e como subsídio para alfabetizadores e pedagogos.

Dentro desse período de 2:9 a 5:5 foram determinadas faixas etárias de 7 meses - tempo que durou a coleta de dados, em função do período útil do ano letivo das crianças no Jardim de Infância onde as entrevistas foram realizadas - as quais se sobrepujam no mínimo 45 dias para garantir que não houvesse quebra de continuidade entre

os diferentes sujeitos. Em razão dessa sobreposição de faixas houve momentos em que os dados de 3 e até 4 crianças foram colhidos na mesma idade, permitindo uma observação confiável, consistente e sem lacunas.

Obteve-se assim um corpus de aproximadamente 15.000 palavras, nas quais foram analisadas todas as consoantes e as estruturas silábicas. Foi estabelecida a frequência de ocorrência dos processos fonológicos em termos de porcentagem, e a classificação da atuação dos processos em 4 níveis de incidência:

- processos consistentes - 100% de incidência;
- processos com alta incidência - 41% até 99%;
- processos com baixa incidência - 25% até 40%;
- processos com incidência menor - menos de 25%.

Além disso foi verificada a influência da tonicidade na atuação dos processos, a influência de palavras vizinhas à procura de processos inter-palavras, e a possibilidade da influência de fatores não-fonológicos.

#### RESULTADOS

O levantamento, descrição e análise dos dados a que se procedeu nessa pesquisa mostraram que um número reduzido de processos fonológicos naturais - somente 8 - atua na fala das crianças na faixa etária entre 2;9 e 5;5. São eles:

- redução de encontro consonantal;
- apagamento de líquida não-lateral em final de sílaba dentro da palavra;
- apagamento de fricativa em final de sílaba dentro da palavra;
- metátese;
- substituição de líquida;
- anteriorização de palatal;
- dessonorização;
- posteriorização de fricativa.

Pode-se dizer que as crianças superam esses processos em épocas semelhantes e de maneira semelhante, num desenvolvimento regido por processos com características universais.

Constatou-se que o último processo a desaparecer é a redução de encontros consonantais, que ainda pode ter alta incidência - isto é, incidir em mais de 40% das possibilidades - após os 5;2. Constatou-se também que todos os outros processos são superados até os 4;1 ou 4;2 já que nesse momento a anteriorização, a dessonorização e o apagamento de líquida em final de sílaba dentro da palavra (que ain-

da persistiam em algumas crianças) caem para a faixa de incidência menor, isto é, menos de 25% de incidência.

Porém, também ficou evidente que existem diferenças individuais bem marcantes. Estas diferenças podem ser constatadas:

- na idade e no ritmo da superação dos processos, que pode ser gradual ou abrupta e que pode ter um desenvolvimento linear ou com claras regressões;
- nas diferentes estratégias adotadas pelas crianças para superar um processo - por exemplo, na superação da redução dos encontros consonantais, durante a qual se verificou que os sujeitos adotaram estratégias diversas, podendo dar preferência a um tipo de composição de encontro ou preferência a uma determinada obstruinte ou líquida;
- no fato de que nem todos os processos incidem na fala de todas as crianças, e que podem fazê-lo com intensidade muito variável (excelente exemplo desses dois fatos é a dessorização, que não ocorre na fala de todas as crianças mas pode persistir por longo tempo naquelas em cujo sistema é encontrado).

Listando, de forma resumida, o que foi constatado nesta pesquisa sobre a aquisição da fonologia do português, tem-se que:

- a ordem de aquisição dos sons, quanto ao modo de articulação, é plosivas / nasais > fricativas > líquidas;
- quanto ao ponto de articulação, é mais comum a aquisição na ordem labiais > dentais / alveolares > palatais / velares;
- nas líquidas, as laterais são adquiridas antes das não-laterais e, dentro dessas classes, /L/ vem antes de /λ/, /R/ ("r forte") geralmente antes de /r/ ("r fraco") (podendo, porém, nesse último caso, ocorrer o contrário);
- as estruturas silábicas são adquiridas na ordem V e CV > CVC > CCV [ex.: a / pá > porta > brabo];
- na estrutura CVC aparece bem cedo (provavelmente aos 1;6 a 2;0) o fechamento de sílaba com o travamento nasal, depois (até os 3;8, no máximo) com a fricativa e por último (até os 4;1, no máximo) com a líquida não-lateral (a líquida lateral, por ser semivocalizada, não costuma constituir dificuldade) [ex.: "banco" > "estrela" > "tarde"];
- o fechamento de sílaba com fricativa e com líquida é mais fácil em posição final absoluta do que em final de sílaba dentro da palavra [ex.: "lápiz" e "açúcar" são mais fáceis do que "mosca" e "barco"];
- nos encontros consonantais, a superação do apagamento da líquida parece obedecer a estratégias diferentes - e até opostas - adota-

## OS TRAÇOS DISTINTIVOS NA AQUISIÇÃO DA FONOLOGIA

*Carmen Lúcia Matzenauer Hernandez*  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

No complexo processo de aquisição da linguagem, uma das tarefas da criança é conservar a forma distinta de palavras diferentes. Nessa tarefa está um dos fundamentos do componente fonológico da língua. O domínio da fonologia de uma língua implica a aquisição do sistema de oposições contrastivas, além das restrições posicionais e seqüenciais dos sons da fala e de regras envolvidas em alternâncias morfofonêmicas. Portanto, a aquisição da fonologia exige basicamente o domínio dos aspectos organizacionais do sistema de sons que caracteriza a língua.

Embora seja incontestável que as crianças possam apresentar uma enorme variação não só quanto à idade em que se tornam capazes de realizar segmentos e usar fonos contrastivos, mas quanto à ordem na qual essas unidades são empregadas, o que a literatura tem verificado é a também incontestável existência de regularidades nesse encaminhamento gradual em direção ao sistema fonológico considerado alvo a ser atingido.

Para a descrição e a análise dessas regularidades do gradual processo de aquisição da fonologia, é pertinente tomar, como unidade lingüística, os traços distintivos, uma vez que constituem a unidade mínima que é contrastiva e que estabelece os padrões de funcionamento de um sistema fonológico.

Os traços distintivos têm apresentado uma série de alterações desde a sua proposição como teoria elaborada, em 1952, por Jakobson, Fant & Halle, em que um número limitado de traços constituía um sistema universal de representação fonêmica, representando os contrastes existentes nas línguas. Esses traços, com base fundamentalmente em propriedades acústicas, caracterizavam-se pela binaridade no estabelecimento do sistema de oposições. Em 1968, Chomsky & Halle, buscando a solução de problemas ainda não resolvidos pela teoria fonológica, propuseram um sistema revisado de traços distintivos, de valor fonológico também binário, mas com base preponderantemente articulatória, categorizando como traços todas as variáveis articulatórias controláveis independentemente, não se restringindo às variáveis funcionalmente distintivas.

Além desses dois marcos fundamentais na evolução da teoria dos

traços distintivos, outros trabalhos surgiram. Merecem destaque as proposições de Ladefoged (1975) e de Williamson (1977), que, na busca de um modelo de traços no qual o aspecto fonético pudesse ser apreendido mais proximamente, atribuíram a alguns traços valor binário e a outros, valor plurivalente. Mais recentemente, em 1986, Stevens, Keyser & Kawasaki propuseram uma "teoria de intensificação", segundo a qual os segmentos de uma língua são escolhidos de forma que o valor de um traço intensifique ou enfatize acusticamente o valor de outro traço; com isso, algumas combinações específicas de valores de traços são preferidas. Em 1989, Stevens & Keyser apresentaram nova versão dessa proposta, estabelecendo uma hierarquia de traços (primários e secundários), sendo que os traços primários, perceptualmente mais salientes, pelo princípio da intensificação, podem ter sua distintividade ainda intensificada por influência dos traços secundários que com eles coocorrem. Essa classificação dos traços primários difere totalmente de outras já propostas, como, por exemplo, da dos traços de "classes principais", de Chomsky & Halle (1968).

Segundo Stevens & Keyser, são primários os traços que:

- podem ser usados independentemente do valor de outros traços, ou seja, aqueles cuja propriedade acústica não requer que outro traço tenha valores específicos;
- são mais salientes acusticamente, ou seja, que estão associados a propriedades básicas que parecem produzir padrões distintivos de resposta no sistema auditivo;
- são usados distintivamente numa grande maioria de línguas.

Estão nessa categoria basicamente os traços [soante], [contínuo] e [coronal]. Também podem ser primários os traços [anterior] e [lateral], mas sob condições restritivas. O traço [anterior] é primário na coocorrência  $\begin{bmatrix} - \text{soante} \\ - \text{coronal} \end{bmatrix}$  e o traço

[lateral], na coocorrência  $\begin{bmatrix} + \text{soante} \\ + \text{coronal} \end{bmatrix}$ , isso porque nessas

combinações sua distintividade é salientada (Stevens & Keyser, 1989, p. 94-9).

O interesse despertado pela proposta inovadora de Stevens & Keyser (1989) fez com que se procurassem evidências, para a sua validação, no processo de aquisição da fonologia. Já que certas combinações de traços têm ocorrência mais provável e que a distintividade dos traços primários pode ser ainda intensificada por traços



secundários, é possível que, no processo de aquisição fonológica, as crianças tenham maior probabilidade de produzir algumas combinações de traços do que outras. Os próprios autores da teoria, na versão do trabalho de 1986 (p. 448), perguntam se será possível interpretar os dados da aquisição em termos da ligação de traços e processos de intensificação.

Numa tentativa de se responder a esse questionamento, está-se realizando uma pesquisa com 134 crianças, com idade entre 2:0 e 4:3, falantes de Português, monolíngües. Os sujeitos foram divididos em 14 faixas etárias, englobando, cada uma, o período de 2 meses. O trabalho detém-se na descrição e análise do desenvolvimento fonológico dos segmentos consonantais, focalizando mais especificamente as substituições. Para tanto, utilizou-se o modelo de traços distintivos de Chomsky & Halle (1968), mas com alterações. Essa pesquisa visa também à verificação dos correlatos articulatórios na análise da hierarquia de traços e do princípio de intensificação.

Embora o trabalho não esteja concluído, já há resultados interessantes a relatar.

Com relação aos traços primários [soante], [contínuo], [coronal], [anterior] e [lateral], há 8 combinações possíveis, e os segmentos delas resultantes - referidos por Stevens & Keyser como os de ocorrência mais freqüente nas línguas do mundo, de acordo com o levantamento de Maddieson (1984) - efetivamente são os primeiros a ter o seu funcionamento fonológico dominado. São eles:

TABELA 1  
COMBINAÇÕES DOS TRAÇOS PRIMÁRIOS E TIPOS DE SEGMENTOS

	SOANTE	CONTÍNUO	CORONAL	ANTERIOR	LATERAL	TIPO DE SEGMENTO
1a	-	-	-	+		p
1b	-	-	-	-		k
2	-	-	+			t
3	-	+	-			f
4	-	+	+			s
5	+	-	-			m
6	+	-	+			n
7a	+	+	+		+	l
7b	+	+	+		-	y
8	+	+	-			w

Todos os segmentos [-contínuos] aqui referidos, independentemente do valor dos outros traços, já integram o sistema fonológico da faixa etária 1 (FE-1), isto é, dos sujeitos com a idade de 2:0 - 2:1: /p/, /t/, /k/, /m/ e /n/ alcançam percentagem superior a 85%, considerada mínima para o domínio fonológico pleno. Na FE-1 estão também dominados os fonemas do tipo

$$\begin{bmatrix} +\text{soant} \\ +\text{cont} \\ -\text{lat} \end{bmatrix}$$
 (os glides) e
 
$$\begin{bmatrix} -\text{soant} \\ +\text{cont} \\ -\text{cor} \end{bmatrix}$$

(o /f/). Isso quer dizer que apenas duas combinações dos traços primários não estão adquiridas na FE-1:

$$\begin{bmatrix} -\text{soant} \\ +\text{cont} \\ +\text{cor} \end{bmatrix}$$
 e
 
$$\begin{bmatrix} +\text{soant} \\ +\text{cont} \\ +\text{lat} \end{bmatrix}$$

Dessas, a primeira combinação - que é base do fonema /s/ - já é dominada na FE-2 (2:2 - 2:3); a segunda - que é a base de /l/ - começa a ser dominada na FE-4 (2:6 - 2:7).

O interessante a observar-se é que esses dois últimos fonemas a ser dominados (dentre os dez referidos na Tabela 1) são representativos de classes fonológicas: /s/ representa toda a classe

-sant
+cont
+cor

e /l/ representa a classe das líquidas. Isso quer dizer

que /s/ e /l/ são empregados para substituir os fonemas das suas respectivas classes. Essa substituição, em se tratando de /l/, vai até a FE-10, o que mostra que a classe das líquidas só é fonologicamente dominada aos 3:8. Quanto à classe

-soant
+cont
+cor

dominada no desenvolvimento fonológico do Português, só é plenamente adquirida aos 4:0.

Essas substituições dizem respeito fundamentalmente às posições de início de sílaba. Comprovou-se também nessa pesquisa, um tratamento diferenciado, no curso do processo de desenvolvimento fonológico, com relação à variável da "posição" na estrutura da sílaba e da palavra em Português, mas esse aspecto deixa de ser abordado neste texto.

Os dados aqui referidos apontam para uma influência dos traços primários na aquisição fonológica, e isso pôde ser claramente verificada quando da referência feita ao traço [contínuo]. A aquisição desse traço pôde explicar-se pelo seu correlato articulatorio: sendo o traço que opõe fechamento e abertura do trato vocal, tem seu caráter distintivo baseado nas duas posturas articulatórias de oposição máxima, o que salienta a sua distintividade. Nessa posição, o que se pôde verificar é que os fonemas [-contínuos] são os primeiros a ser adquiridos. E isso ocorre também porque, do ponto de vista acústico, o traço [-contínuo] há um aumento abrupto na amplitude de uma extensão de frequências, precedida por um intervalo de amplitude relativamente baixa e, como ressaltam Stevens & Keyser (1989, p. 87), imediatamente após um aumento abrupto na amplitude, o sistema auditivo periférico mostra uma resposta intensificada. Por essa saliência de valor [-contínuo], a precocidade de sua aquisição representa uma tendência universal: a literatura especializada mostra a aquisição das consoantes plosivas e nasais sempre anterior à das fricati-

vas e líquidas (Ingram, 1976, 1989; Locke, 1983; Stoel-Gammon & Dunn, 1985).

Com relação às substituições encontradas no corpus da pesquisa, optou-se por classificá-las em dois tipos:

- substituições de alta frequência - aquelas cujo percentual foi acima de 15% (pois se considerou o percentual de 85% como mínimo para o domínio fonológico pleno);
- substituições de baixa frequência - aquelas cujo percentual foi inferior a 15%.

As primeiras podem ser consideradas substituições-padrão na aquisição do Português, porque integraram o desenvolvimento fonológico de 100% dos sujeitos da pesquisa até a FE-3 (até 2:5) e 95% dos sujeitos até a FE-8 (até 3:3).

As substituições-padrão, que efetivamente alteraram os sistemas fonológicos das crianças, foram apenas 14.

TABELA 2  
SUBSTITUIÇÕES QUE ALTERARAM OS SISTEMAS FONOLÓGICOS DE  
DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS DA PESQUISA

SUBSTITUIÇÕES	FE	SUBSTITUIÇÕES	FE
(1) b + p	1	(8) ž + z	até 12
(2) g + k	1	(9) ž + š	1-6-10
(3) k + t	1	(10) l + y	1-2
(4) s + š	1	(11) λ + l	até 5
(5) z + ž	até 4	(12) λ + y	até 5
(6) z + s	10	(13) r + l	até 9
(7) š + s	até 12	(14) r + y	até 6

Observando-se essas substituições à luz da hierarquia de traços proposta, pôde-se constatar a grande estabilidade dos traços primários:

- a) os traços [soante] e [contínuo] não foram alterados em qualquer das substituições;
- b) o traço [coronal] foi alterado em apenas uma substituição, ocorrida apenas na FE-1 - (item 3 da Tabela 2);
- c) o traço [anterior] foi alterado em 8 substituições, mas em apenas 1 caso estava funcionando como traço primário, também na FE-1 (item 3);
- d) o traço [lateral] foi alterado em 3 substituições, mas também em apenas 1 estava funcionando como traço primário, nas FEs 1 e 2 (item 10).

Portanto, os traços primários foram minimamente alterados e essa alteração se limitou às faixas etárias mais baixa (até a FE-2 - 2:3).

Analisando-se, agora, os segmentos tomados como substitutos, especialmente com relação às substituições cuja ocorrência se estendeu por mais de três faixas etárias, tem-se:

- (1) - [  $\tilde{z}$  ] como substituto de / z /;
- (2) - [ s ] e [ z ] como substitutos de / š / e / ž /;
- (3) - [ l ] como substituto de / λ / e / r /;
- (4) - [ y ] como substituto de / λ / e / r /.

Nos três últimos casos têm-se a busca de segmentos preferenciais, isto é, cuja composição inclui as já referidas combinações básicas dos traços primários. Para a explicação dessas substituições, deve-se usar também um dos fundamentos da teoria de Stevens e Keyser, que é o princípio da intensificação, já aqui referido.

Tomando-se especificamente as substituições cuja ocorrência se estendeu mais longamente no processo de aquisição fonológica, ou seja, entre as consoantes

-soant
+cont
+cor

tem-se que essa "confusão" é

ainda facilitada pelo traço [+estridente]. Isso quer dizer que o traço [+estridente] intensifica a força distintiva desses três traços primários em relação a outras classes. Isso ocorre porque as consoantes [-soantes] têm uma obstrução significativa acima da laringe; quando essa obstrução se dá com a elevação da lâmina da língua - [+coronal] - em consoantes [+contínuas], diminui o canal articulatório e aumenta a fricção e a velocidade com que o ar é projetado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHOMSKY, N. & Halle, M. - *The Sound Pattern of English*, New York, Harper and Row, 1968.
- INGRAM, D. - *Phonological Disability in Children*, London, Edward Arnold, 1976.
- \_\_\_\_\_ - *First Language Acquisition: method, description and explanation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- JAKOBSON, R.; Fant G. & HALLE, M. - *Preliminaries to Speech Analysis: the distinctive features and their correlates*, 11.pr., Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1976
- LADefOGED, P. - *A Course in Phonetics*, New York, Harcourt Brace & Jovanovich, 1975.
- LOCKE, J. - *Phonological Acquisition and Change*. New York, Academic Press, 1983.
- MADDIESON, I. - *Patterns of Sounds*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- STEVENS, K.; Keyser, S. & Kawasaki, H. - *Toward a Phonetic and Phonological Theory of Redundant Features*, in: J. S. Perkell & D. H. Klatt (eds), *Invariance and Variability in Speech Processes*, Hillsdale, N. J.; Laurence Carlbaun Ass., 1986.
- STEVENS, K. & Keyser, S. - *Primary Features and their Enhancement in Consonants*, *Language*, 65(1): 81-106, 1989.
- STOEL-GAMMON, C. & Dunn, C. - *Normal and Disordered Phonology in Children*. Baltimore, University Park Press, 1985.
- WILLIAMSON, K. - *Multivalued Features for Consonants*, *Language*, 53(1): 843-71, 1977.

## OS PROCESSOS FONOLÓGICOS NA TERAPIA DOS DESVIOS FONOLÓGICOS

Helena Bolli Mota  
PUC - RS

No Brasil, a ciência que estuda e trabalha com os desvios de fala e linguagem é a Fonoaudiologia. Embora exista a disciplina de Linguística nos currículos dos cursos de Fonoaudiologia, a inter-relação entre essas duas áreas aqui em nosso país ainda é pouco enfatizada.

Em termos de desvios de fala, o que vem sendo feito, em geral, nas clínicas e nas universidades até agora é a utilização de um enfoque tradicional de avaliação, de análise dos dados e de terapia destes desvios. Esta abordagem, que chamaremos tradicional, vê os problemas de pronúncia que as crianças apresentam como sendo problemas puramente articulatórios. A criança não conseguiria produzir determinados sons corretamente, devido a uma dificuldade em realizar os movimentos articulatórios corretos, necessários para a produção daqueles sons. O modelo tradicional, em geral, usa o "exame de articulação" para avaliar a fala das crianças com transtornos de pronúncia e os dados são analisados de acordo com os seguintes padrões de erros: omissões, substituições, adições, inversões, deformações. Uma vez que são identificados os erros que a criança apresenta em sua fala, a terapia dirige-se então para o ensino e treinamento de cada um dos sons que a criança tem problemas. Este treinamento inicia-se com o som isolado, passando depois para sílabas, palavras e frases. A criança deve, inicialmente, aprender a articular corretamente o som que está sendo treinado, fixar a produção correta até conseguir automatizá-lo e incorporá-lo em sua fala espontânea.

Através dessa síntese do modelo terapêutico tradicional pode-se observar que trata-se de um enfoque puramente articulatório, fonético, que considera a fala da criança apenas como o produto de uma seqüência de movimentos precisos. Embora, em muitos casos, esse tipo de terapia alcance resultados satisfatórios, nos casos de desvios severos, onde um grande número de sons apresenta problemas, o tratamento se prolonga por muito tempo. Outras vezes, a criança é capaz de produzir os sons isoladamente ou em alguns contextos fonéticos específicos, mas não consegue incorporá-los em sua fala espontânea ou produzi-los em outros contextos. Isso prova que sua dificuldade não está em articular os sons, e sim em um nível mais eleva-

do de organização lingüística.

A partir de meados da década de 70, no entanto, com os avanços das pesquisas lingüísticas, a literatura especializada trouxe como proposta uma visão diferente dos transtornos de fala, buscando na fonologia uma explicação para esses problemas. Um marco dessa mudança foi a publicação de INGRAM (Phonological Disability in Children, 1976). Houve uma mudança de enfoque: o que antes era considerado sempre como um transtorno de articulação passou a ter uma outra possível interpretação; ou seja, a ser visto como um problema fonológico, isto é, um problema ao nível da organização de um sistema de sons.

Essa proposta teve repercussões nas formas de avaliação e tratamento das desordens de fala. Surgiram então diferentes abordagens para avaliar tais desordens, como a análise contrastiva, a análise baseada em traços distintivos e a análise baseada em processos fonológicos, todas essas com suporte teórico na fonologia.

Lingüistas e terapeutas da fala começaram a trabalhar juntos desenvolvendo estudos com a finalidade de usar essas abordagens analíticas como base para a elaboração de planos terapêuticos. Um tratamento com base na fonologia seria mais eficiente e traria resultados mais imediatos; haveria uma passagem do simples treinamento articulatório para práticas voltadas a uma organização do sistema de contrastes pela criança.

Uma das abordagens que mais se difundiu entre os especialistas e que mais influenciou os estudos sobre aquisição da fonologia e descrição de desvios fonológicos foi a análise por processos fonológicos. Em contraposição à análise de erros tradicional, a análise por processos fonológicos proporciona um modelo descritivo mais adequado e mais compreensível; descreve de forma mais econômica e generalizada as diferenças entre o alvo e a pronúncia errada, pois os processos operam em classes de sons e não em sons isolados. Portanto, é de se esperar que uma terapia que tenha como alvos processos inteiros ao invés de sons individuais seja mais eficiente e efetiva.

Uma abordagem baseada numa análise por processos fonológicos tem por objetivo facilitar a emergência de novos padrões de sons através do tratamento dos processos e não dos sons incorretos separadamente.

A principal hipótese de uma abordagem terapêutica baseada em processos é que o tratamento é maximizado pela generalização que ocorre através dos sons afetados por um processo particular quando apenas poucos sons que sofrem aquele processo são ensinados. Supõe-se que a eliminação de poucos sons incorretos específicos, produz



uma mudança no processo subjacente responsável por aqueles erros. Conseqüentemente, outros erros que se originam do processo podem também ser eliminados sem um treinamento direto.

Os procedimentos de terapia baseada nos processos têm muito em comum com os procedimentos utilizados no modelo tradicional da terapia da articulação. Basicamente dois aspectos do treinamento são essenciais na correção dos transtornos articulatórios da criança:

- a) percepção: tornar a criança consciente das características perceptuais do som-alvo;
- b) produção: elicitir um número suficiente de produções corretas de som-alvo até que a criança use esse som de forma consistente na fala espontânea.

A maioria dos tratamentos baseados na fonologia também utilizam essas técnicas tradicionais (Crary & Hunt, 1983; Elbert, 1983; Grunwell, 1983; Hodson & Paden, 1983; Weiner, 1981; Tyler, Edwards & Saxman, 1987).

O que diferencia um modelo de terapia baseado nos processos fonológicos de um modelo tradicional é que a seleção e a escolha dos processos-alvo, no tratamento, baseiam-se em hipóteses sobre a estrutura organizacional do sistema fonológico da criança.

O objetivo de uma terapia baseada em processos fonológicos é facilitar o desenvolvimento de um sistema fonológico inteligível ao invés de aperfeiçoar fonemas isolados, um de cada vez. O sistema fonológico de uma criança com problemas de pronúncia começa a assemelhar-se ao sistema-alvo adulto através da supressão de processos fonológicos durante o tratamento. À medida que um processo fonológico vai sendo gradativamente suprimido, espera-se que sua frequência de aplicação decresça. Por exemplo, à medida que o processo de plosivização de fricativas é suprimido, espera-se que a frequência com a qual as fricativas são substituídas por plosivas diminua. Da mesma forma, a produção correta de fricativas deverá aumentar. Uma das maneiras de medir a supressão de um processo fonológico é fazer a sondagem da generalização do padrão-alvo para os sons que não foram treinados durante o programa de tratamento.

A maioria das abordagens de tratamento baseadas em processos fonológicos foram descritas em estudos de casos nos quais foram observadas mudanças significativas nos sistemas fonológicos das crianças. No entanto, as informações existentes sobre a efetividade dos procedimentos terapêuticos baseados especificamente na fonologia ainda são limitadas. Cabe ressaltar ainda, que a grande maioria dos trabalhos referentes ao uso de procedimentos terapêuticos baseados na fonologia são realizados com falantes de língua inglesa.

Como uma tentativa pioneira, realizamos uma pesquisa com crianças brasileiras portadoras de desvios fonológicos severos aplicando um modelo de terapia baseada nos processos fonológicos. O modelo que utilizamos foi uma forma modificada de um enfoque bastante difundido na língua inglesa, chamada "modelo cíclico" proposto por Hodson & Paden em 1983. Através desse modelo de ciclos, os terapeutas têm obtido muitos resultados positivos em termos de tratamento de desvios fonológicos severos. Nosso objetivo, ao utilizar esse modelo em crianças brasileiras foi de verificar a efetividade desse tipo de tratamento na língua portuguesa e abrir caminho, aqui no Brasil, para uma abordagem mais fonológica dos desvios de fala.

O modelo cíclico tem as seguintes características gerais:

- inicialmente, baseia-se em uma análise do sistema fonológico da criança, determinando os processos fonológicos que estão operando em sua fala;
- são selecionados os processos a serem tratados e, dentro de cada processo, os sons-alvo a serem treinados;
- a terapia desenvolve-se através de ciclos, que são períodos de tempo durante os quais os padrões fonológicos que necessitam de tratamento são trabalhados em uma ordem sucessiva. Para que os padrões emergjam, são trabalhados alguns fonemas destes padrões. Ao término de um ciclo, inicia-se outro com um grau de complexidade maior;
- após cada ciclo é feita uma reavaliação da fala da criança, a fim de se verificar as mudanças ocorridas em seu sistema fonológico;
- a duração de cada ciclo, bem como o número total de ciclos do tratamento dependerá de cada criança. Em geral, são necessários de 3 a 5 ciclos para que a terapia seja encerrada;
- a ordem de apresentação dos padrões fonológicos também pode variar segundo cada caso. Entretanto, pesquisas no campo da fonologia clínica e do desenvolvimento podem servir como guias (Hodson & Paden, Ingram, 1976; Stoel-Gammon & Dunn, 1985).

Os procedimentos terapêuticos utilizados neste modelo são basicamente:

- estimulação auditiva: através de listas de palavras contendo o som-alvo que a criança ouve no início e no final da sessão;
- prática de produção: através de 5 palavras que contém o som-alvo da sessão, na posição específica. A criança é levada a produzir essas palavras em uma variedade de atividades e jogos;
- trabalho com os pais: as mesmas 5 palavras são representadas em

fichas, que a criança leva para casa para praticar até a sessão seguinte.

O modelo cíclico fundamenta-se em 5 pontos principais, que são:

- 1º) A aquisição é gradual; as crianças normais adquirem os sons gradativamente ao longo do tempo, portanto não se espera que a criança com desvios produza corretamente os sons imediatamente após serem expostas a eles. O modelo cíclico enfatiza essa tendência e no 1º ciclo não se espera uma melhora imediata.
- 2º) A aquisição dá-se primeiramente através da audição: a compreensão precede a produção e as crianças primeiro adquirem linguagem ouvindo a linguagem de seu ambiente. Isso leva ao uso das listas de palavras que a criança deve apenas ouvir.
- 3º) A aquisição requer a associação das sensações cinestésicas e auditivas: ou seja, a criança deve produzir os novos sons que está aprendendo e associar com a sensação acústica correta. Isso leva à prática de produção das cinco palavras.
- 4º) O ambiente fonético afeta a produção do som: a complexidade de uma palavra na qual um som aparece afeta a capacidade da criança para produzir um som corretamente. Portanto, deve-se ter cuidado na seleção das palavras para a prática de produção.
- 5º) Novas habilidades de produção generalizam a outros sons: isto é, a aquisição de um som pode facilitar a aquisição de outros sons sem um treinamento direto.

(Comunicação apresentada na 42ª Reunião Anual da SBPC, em Porto Alegre, no dia 09,07.90)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRARY, M. A. & Hunt, T. L. - CV to CVC: a longitudinal report of a child with open syllables, *Topics in Language Disorders*, 3: 35-44, 1983.
- ELBERT, M. - A case study of phonological acquisition, *Topics in Language Disorders*, 3: 1-9, 1983.
- GRUNWELL, P. - Phonological development in phonological disability, *Topics in Language Disorders*, 3: 62-76, 1983.
- HODSON, B. W. & Paden, E. P. - *Targeting Intelligible Speech*, San Diego, College-Hill Press, 1983.
- INGRAM, D. - *Phonological Disability in Children*, London, Edward Arnold, 1976.
- STOEL-GAMMON, C. & Dunn, C. - *Normal and Disordered Phonology in Children*, Baltimore, University Park Press, 1985.
- TYLER, A. A.; Edwards, M. L. & Saxman, J. - Clinical application of two phonologically based treatment procedures, *Journal of Speech and Hearing Disorders*, 52: 393-409, 1987.
- WEINER, F. E., Treatment of phonological disability using the method of meaningful minimal contrast: two case studies, *Journal of Speech and Hearing Disorders*, 46: 97-103, 1981.

rio são universos significantes, não há uma realidade lingüística e uma extra-lingüística, para efeito de compreensão. Assim, o "contexto não está fora da linguagem, mas dentro dela" (Landowski, 1989, p. 195). Os elementos situacionais necessários para o entendimento de um dado texto não são extra-lingüísticos. São lingüísticos, embora expressos por uma linguagem distinta daquela em que o texto se manifesta. O contexto é, pois, sempre lingüístico.

A partir do fato de que tudo o que é apreendido pelo homem é lingüístico constrói-se o segundo princípio de base: uma perspectiva interacional deve elaborar uma teoria geral da ação. Um dos tipos de fazer que essa teoria deveria explicar seriam os atos de linguagem. Como o fazer é uma transformação de estado, ele exige dois sujeitos: um, operador, e outro, objeto da mudança. O operador pode agir tanto sobre a dimensão pragmática quanto sobre a cognitiva, ou seja, tanto sobre o mundo físico quanto sobre o mundo intelectual. Neste caso, o sujeito sobre o qual ele age não é paciente, mas um parceiro ou adversário, que reconhece o outro como tal e constrói dele a imagem de "parceiro" ou "adversário". Assim, a ação recíproca é uma ação como as outras. Entretanto, nela cada um dos participantes atribui ao outro papéis temáticos e competências modais da ordem do querer, do dever, do saber e do poder e a interação realiza-se em função dessas determinações semânticas e modais (Landowski, 1989, 198-199). Isso significa que, na interação, os sujeitos operam com simulacros, similares ao que, em outro contexto teórico, Pêcheux chamava "jogo de imagens". Simulacro é um tipo de figura, composta de componentes modais e temáticos, com que os protagonistas da enunciação "se deixam apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado". Do ponto de vista do conteúdo, os simulacros contêm as competências que os parceiros da comunicação se atribuem (Greimas e Courtès, 1986, p. 206). A construção dos simulacros precede necessariamente toda interação.

A partir dessas duas idéias, vamos mostrar dois fenômenos da interação discursiva. O primeiro é a determinação da semântica discursiva: os conteúdos são escolhidos em função do simulacro que se deseja que o parceiro da comunicação construa e, muitas vezes, são alterados em função do simulacro que se elabora do enunciatário.

Na década de 50, nos EUA, a Comissão de Atividades Antiamericanas convocou uma série de acadêmicos da área de Ciências Humanas, para analisar textos escritos ou falados de diferentes personalidades denunciadas à Comissão e dizer se essas pessoas tinham ou não posições tidas como incompatíveis com o "sistema democrático". Essa atitude revela uma ingênua confusão entre crenças do enunciador real

e crenças, valores e anseios do sujeito discursivo e manifesta uma estreita concepção linear de comunicação. O sujeito inscrito no discurso é um "efeito de sentido" construído pelo próprio discurso. Esse "efeito de sentido" não é elaborado linear, mas interacionalmente. Isso quer dizer que as pessoas manifestam posições políticas ou mesmo científicas em função dos simulacros que desejam ver construídos e dos simulacros que têm do enunciatário. Assim, é frequente encontrar pessoas que defendem a pena de morte em meios que se concebem como mais conservadores e que se posicionam contrariamente a ela em meios cujo simulacro mostra como mais liberais; há pessoas que gostam de música sertaneja em certos meios e abominam-na em outros.

Esse fenômeno pode ser observado muito bem em redações da FUVEST. Esses textos, em geral, são executados em função, basicamente, de dois simulacros dos examinadores: um, o do examinador velho, conservador, que não aceita o mundo moderno; outro, o do examinador de extrema-esquerda, com todas as qualificações temáticas que esse papel pode conter. Os textos elaborados em função do primeiro simulacro são extremamente moralistas, enaltecem a família e os bons costumes e execram as drogas e o sexo fora dos padrões tradicionais (ainda que ligeiramente fora). Os que são feitos a partir do segundo simulacro falam da revolução, verberam a burguesia, os quem vêem todos os defeitos e a quem consideram fonte de todos os males, e louvam os trabalhadores, paradigma do bem e da virtude.

Um outro fenômeno de interação discursiva é a questão dos atos de fala. Muitos autores (Austin, 1970; Grice, 1979), ao estudar os atos de fala, analisavam não só fatos lingüísticos. Ao contrário, procuravam também estabelecer as condições psicológicas e sociais (condições de felicidade) e a deontologia cultural de uma troca verbal tida como franca e honesta que fazem que um dado ato se efetive. Essa concepção trabalha com fatos heterogêneos, lingüísticos e extralingüísticos. Como mostra Landowski, também no estudo dos atos de fala é preciso trabalhar com seres de linguagem, o que significa que as condições de realização de um ato de fala não precisam ser necessariamente reais, mas precisam estar dadas como simulacros na interação (1989, p. 201).

Observe-se o caso da promessa. Começemos por uma questão prévia: para que a promessa tenha valor, é necessário que a pessoa a quem se promete creia que ela será cumprida.

A crença é ilógica. Muitas vezes, contra todas as evidências e sem que a pessoa apresente prova nenhuma, dizemos que acreditamos nela; outras vezes, não cremos numa pessoa mesmo que tudo conduza à

demonstração de que o que ela diz é verdadeiro. Não se trata de um paradoxo. O que há são dois níveis relativamente autônomos do crer: crer (ou não crer) no que se diz; crer (ou não crer) naquele que diz (Landowski, 1989, p. 203). Neste caso, o crer não depende de bons argumentos para mudar a convicção de outrem. Nas eleições presidenciais, vimos de forma muito clara a autonomia desses dois níveis. O discurso de Collor de Melo era flagrantemente inverossímil (por exemplo, quando afirmou num dos debates que não tinha e não podia ter em sua casa um aparelho de som como o que tinha Lula ou quando disse a um agricultor do Paraná que, se votasse nele, sua vida melhoraria em poucos dias), entretanto, acreditava-se nele, tanto que ganhou as eleições.

Sempre que se fala, deseja-se, em última instância, fazer crer, ou seja, fazer que o outro aceite o que estamos dizendo. Assim, toda comunicação contém o problema do crer. O que leva, no entanto, alguém a crer e, portanto, a conferir credibilidade a outrem? Analisemos essa questão no caso da promessa em que está, explicitamente, em jogo a questão da confiança.

A promessa "põe em relação dois parceiros e visa à conclusão de um contrato entre eles pelo qual o que promete (S<sub>1</sub>, o enunciador) se compromete a 'fazer alguma coisa' e, mais precisamente, alguma coisa de acordo com a 'espera' de seu parceiro (S<sub>2</sub>, o enunciatário)" (Landowski, 1989, p. 208). Assim, quem promete atende a necessidades ou desejos, reais ou supostos, do outro. Collor de Melo aprende um sentimento difuso de insatisfação com o governo e um vago desejo de mudança. Articula então um conjunto de promessas (marajás serão demitidos, corruptos irão para a cadeia, a inflação será vencida, o país voltará a crescer, a vida dos "descamisados" melhorará, etc.) e o que sua estratégia busca é que ele seja reconhecido como alguém capaz de executar desejos e expectativas da população. Aí reside a verdadeira perversão de sua campanha eleitoral: conseguindo que se construísse o simulacro de agente capaz de cumprir as promessas, Collor não se submete ao querer do povo, mas constrói seu desejo (coisa, aliás, bem comum: cf. Landowski, 1989, p. 208). Para dar apenas um exemplo: não poderia a população mais pobre reconhecer-se na fúria anti-estatizante, porque, sem o Estado, não teria nenhum acesso a serviços como saúde e educação.

No caso da promessa, uma das razões da crença é a construção de um simulacro do enunciador como alguém que, de fato, cumprirá o que prometeu. Ora, o fazer pressupõe um poder, um saber, um dever e/ou um querer fazer. Por isso, o sujeito precisa ter dois níveis: de um lado, o poder e o saber; de outro, o dever e/ou o querer.

entre A e B). Os enunciados verbais, os gestos, a proxêmica, etc. contribuem para forjar a "imagem" que os parceiros enviam um ao outro no ato de comunicação. Essa imagem (esse simulacro), constituída de papéis temáticos e determinações modais, permite a efetivação do ato lingüístico considerado. Toda interação funda-se sobre um mínimo de sentido comum. Também o conteúdo é determinado por simulacros que se desejam ver construídos ou já constituídos.

Resta uma última observação. Mostra Landowski que, numa perspectiva interacional, dizer não é fazer, mas fazer fazer (1989, p. 212), uma vez que, ao dar um valor ilocucional a um determinado ato, manipula-se o outro (faz-se o outro realizar um ato cognitivo ou pragmático). Na relação homem-mundo, há quatro fazeres básicos: o político e o mágico, que visam a manipular, respectivamente, homens e coisas com seduções, promessas, ameaças, preces, encantações (estratégias fiduciárias da ordem do querer e do saber); o tecnológico e o tecnocrático, que se destinam, por estratégias pragmáticas, a manobrar, respectivamente, as coisas e os homens (Landowski, 1989, p. 214-220). O mundo moderno abandonou o fazer mágico, pois não crê que as coisas tenham vontade, que possa ser dobrada à manipulação. O mundo democrático renunciou ao fazer tecnocrático, pois sabe que os homens têm vontade e não podem ser manobrados. O governo Collor trata magicamente as coisas, pois pretende, por exemplo, abalixar a inflação com ameaças e melhorar a vida dos descamisados com promessas, e tecnocráticamente os homens, pois quer, por exemplo, submeter o Congresso e não negociar com ele. Enquanto o mundo trata os homens politicamente e as coisas tecnologicamente, no Brasil essa relação é tecnocrática e mágica. O arcaico e o autoritário querem passar por moderno e democrático.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. - Quand dire c'est faire, Paris, Seuil, 1970.
- GREIMAS, A. J. e Courtès, J. - Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage, Paris, Hachette, vol. I, 1979.
- 
- \_\_\_\_\_ - Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage, Paris, Hachette, vol. II, 1986.
- GRICE, H. Paul - Logique et conversation, *Communications*, Paris, 30: 57-72, 1979.
- JAKOBSON, Roman - *Lingüística e comunicação*, São Paulo, Cultrix/EDUSP., 1969.
- LANDOWSKI, Eric - *La société réfléchie*, Paris, Seuil, 1989.

## Introdução

Este trabalho pretende produzir uma distinção entre negação polêmica e denegação. Esse desdobramento está embasado em análises de recortes extraídos do discurso presidencial da IIIª República Brasileira (1964-1984).

Tal reflexão determinou a revisão do trabalho de Ducrot, que sintetizamos brevemente, a seguir.

### ONDE NEGAÇÃO POLÊMICA EQUIVALE A DENEGAÇÃO

Em 1972, Ducrot apontava duas funções diversas para a negação: (1) a função descritiva - que realiza a representação de um estado de coisas e (2) a função metalingüística - que consiste na oposição a um enunciado afirmativo.

Em 1973, o autor, ao retomar sua análise, mantém a função descritiva, entendida como a afirmação de um conteúdo negativo, mas substitui a função metalingüística pela função polêmica, considerando-a como a rejeição de um conteúdo positivo.

Em 1980 e, posteriormente, em 1984, Ducrot retoma novamente a questão para harmonizá-la com sua teoria da polifonia. Descreve três tipos de negação: (1) descritiva, (2) metalingüística e (3) polêmica. A primeira não sofreu modificação. A segunda refuta um locutor, opondo-se a seu enunciado e/ou seus pressupostos. Destas não nos ocuparemos neste trabalho. A negação polêmica, por sua vez, permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador, enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro.

Vejam os recortes<sup>1</sup> abaixo.

*"Revolução, em verdade, e não golpe de Estado..."*

*Revolução, e não motim militar...*" (CS - 03/10/66 -  
Frente ao Congresso Nacional, após sua eleição)

Neste recorte, confrontam-se dois pontos de vista incompatíveis, produzidos por enunciadores antagônicos. Para o primeiro, o movimento de março de 1964 é um golpe de Estado, um motim militar. Para o segundo, o movimento de março é uma Revolução. Costa e Silva mobiliza os dois pontos de vista antagônicos, identificando-se com o segundo para refutar o primeiro. Assim procedendo, instaura a negação polêmica em seu discurso.

Segundo Ducrot (1980, p. 50), a negação polêmica é similar à denegação psicanalítica, cujo funcionamento foi descrito por Freud, em 1925, embora não a designasse assim. O termo denegação foi introduzido posteriormente pela escola francesa de psicanálise.

Na teoria psicanalítica, através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalcar no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos, através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar. E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular o recalcar negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo.

Comparando a negação polêmica com a denegação, percebe-se uma duplicidade de enunciadores na primeira, e um desdobramento do sujeito, na segunda. É justamente essa similaridade que levou Ducrot a estabelecer uma analogia entre os dois funcionamentos, pois, em ambos, dá-se a ocorrência de um enunciado negativo que se contrapõe a um enunciado afirmativo contrário.

Considerando os pressupostos teóricos da teoria semântica da enunciação e sua concepção de sujeito, essa analogia é válida. O mesmo não ocorre, entretanto, no âmbito da Análise do Discurso (AD), como veremos, a seguir.

#### ONDE NEGAÇÃO POLÊMICA NÃO EQUIVALE A DENEGAÇÃO

Se as duas teorias aproximam-se por conceberem um sujeito fragmentado, é ainda em função do sujeito que ambas se distinguem. Para a AD, além de fragmentado, descentrado e disperso, o sujeito é ideologicamente constituído. Conseqüentemente, seu discurso relaciona-se com uma formação discursiva (FD) específica, sendo por ela determinado. Ou seja, a FD constitui-se de um saber que lhe é próprio, determinando o que pode e deve ser dito por um sujeito por

ela afetado, daí decorrendo a coerência discursiva de seu dizer. Assim, ao mobilizar enunciados produzidos por outros enunciadores, o sujeito com eles estabelece relações ideologicamente determinadas de identidade, similaridade, divergência, conflito, antagonismo, etc.

Dito isto, retomemos o exame da negação polêmica e da denegação.

Na teoria semântica da enunciação, a negação polêmica decorre do confronto direto entre os pontos de vista de dois enunciadores antagônicos. Ao passar para a AD, dá-se um deslocamento. A polêmica aí se instaura porque tais pontos de vista representam posições de sujeito determinadas por FD antagônicas. Dito em outras palavras: em AD, a relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que representam FD antagônicas. Assim, a polêmica discursiva não é individual, ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. Desse modo, o sujeito, ao refutar um elemento do saber de outra FD, refuta um elemento que é exterior ao saber de sua FD.

Retomemos, à luz da AD, a análise do recorte anteriormente examinado. A negação estabelece conflito entre duas posições de sujeito divergentes por estarem afetadas por FD antagônicas, de tal sorte que aquilo que significa golpe de Estado, motim, para uma, é Revolução, para a outra. E, sendo antagônicas, a relação que se estabelece entre os sujeitos por elas afetados também o é, instaurando-se, por conseguinte, uma relação polêmica, responsável pelo que Maingueneau (1989, p. 119-21) denomina de interincompreensão, decorrente do confronto entre dois sujeitos cujo discurso se situa em duas redes discursivas simétricas e antagônicas (Courtine, 1981). Tal simetria impede que haja comunicação entre ambas, restando-lhes apenas o recurso à polêmica que repudia e refuta o saber adverso.

Vejam, agora, a denegação. Na psicanálise, este processo instaura-se quando o sujeito nega um comportamento seu que não reconhece, deixando-o recalçado em seu inconsciente. Ao deslocar esse conceito para a AD, faz-se necessário manter um paralelismo. Assim, proponho que se considere denegação discursiva aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a denegação discursiva relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona. Assim, seu efeito não é polêmico. Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalçado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade

negativa.

Vejamos, a seguir, três recortes que permitirão examinar praticamente o funcionamento da denegação discursiva.

*"Não tenho complexo anticomunista... Nem o meu anticomunismo exclui o conhecimento de conquistas da Revolução de 1917..."* (CB - Homenagem ao Governador de Pernambuco — 05/05/64)

*... o que torna militar uma candidatura não é a pessoa do candidato, mas as origens dessa mesma candidatura. A solidariedade dos meus camaradas do Exército, da Armada e da Força Aérea não lhe modificaram aqueles atributos: apenas exprimem sua aspiração unânime de continuidade do processo revolucionário e de sua defesa".* (CS - Frente ao Congresso Nacional, após sua eleição - 03/10/66)

*"Não quero dizer que não desejo oposição: infeliz daquela democracia em que não houver oposição"* (F - São Luiz - 02/10/78)

Os três recortes serão examinados globalmente. Neles, a negação incide sobre elementos de saber pertencentes à FD que afeta seus sujeitos. Nesse domínio, é legítimo ser anticomunista, bem como é usual representar o governo como uma continuidade da Revolução, inferindo-se daí seu caráter militar. Da mesma forma, a oposição aí é constantemente hostilizada e associada ao lado corrupto da sociedade civil, enquanto a pureza dos sentimentos patrióticos é privativa das Forças Armadas.

Vê-se, pois, que a negação, nestes recortes, incide sobre fatos que podem ser ditos, mas que, por razões conjunturais, são denegados. Assim procedendo, o sujeito não os reconhece, razão pela qual permanecem recalçados na FD. Não os podendo formular em seu discurso, sua emergência aí se dá através da denegação discursiva.

Após examinar estes dois funcionamentos discursivos, à luz da AD, vamos contrastá-los.

Pode-se dizer que, nos dois funcionamentos, o enunciado negativo é a manifestação de outro, afirmativo. Mas, através da negação polêmica discursiva, dá-se o confronto entre duas redes antagônicas e o enunciado negativo refuta a que se lhe opõe ideologicamente. Já com a denegação discursiva, não há confronto,

na refutação. O funcionamento é diverso e o efeito também o é. O processo de denegação dá-se no interior da rede discursiva em que está inserido o enunciado negativo. Dito em outras palavras: o sujeito não reconhece um saber que é próprio de sua FD.

Portanto, para que a negação produza um efeito de polémica, duas FD são mobilizadas e isto é evidenciado pelo confronto entre duas posições de sujeito antagónicas. Esse funcionamento discursivo remete para as relações que a FD estabelece com sua exterioridade. Para que a negação produza um efeito de denegação, ocorre a ocultação de um comportamento admitido pela FD a que o enunciado está vinculado. Esse funcionamento discursivo aponta para as relações que a FD estabelece com a sua interioridade. Dito em outras palavras: a denegação revela o modo como o sujeito relaciona-se com a FD que o afeta. Tal posicionamento pode gerar polémica, mas não se reveste de um efeito polémico.

#### CONCLUSÃO

No discurso presidencial da III<sup>a</sup> República Brasileira, a negação polémica está sempre presente, o mesmo não sucedendo com a denegação discursiva. Esta ocorre apenas em Castello Branco, Costa e Silva e Figueiredo. Ou seja, manifesta-se no período inicial do Regime Militar, cessa após o golpe interno de 1968 e reaparece com Figueiredo, marcando o término do ciclo. Assim, nos períodos inicial e final - que se pretendiam democráticos - era preciso recalcar elementos próprios da FD que afeta tais discursos. Essa necessidade desaparece no período em que a ditadura apresenta-se escancarada em tais discursos. Por essa razão, não se registram ocorrências de denegação discursiva nos discursos de Médici e Geisel.

Ficam assim determinadas as condições em que tais discursos foram produzidos, explicitando-se porque e quando a denegação discursiva se instaurou no discurso da Revolução. Tal fato vem corroborar a distinção que este trabalho procurou estabelecer: negação polémica e denegação discursivas - dois funcionamentos diferentes e dois efeitos diversos nos processos de produção do sentido.

## DISCURSOS PRESIDENCIAIS CITADOS

- CB - CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. Discursos. Brasília, Imprensa Nacional, 1964.
- CS - COSTA E SILVA, Arthur da. Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Imprensa Nacional, 1983.
- F - FIGUEIREDO, João. Do Aracoara ao Planalto, um programa de governo. Brasília, Imprensa Nacional, s.d.

## NOTAS

- Trabalho apresentado no Encontro LÍNGUA, DISCURSO, INTERAÇÃO, realizado em 10/07/90, durante a 42ª Reunião Anual da SBPC, Porto Alegre - RS, de 08/07/90 a 13/07/90.

1 A noção de recorte aqui assumida foi proposta por Orlandi (1983, p. 128-9; 1984, p. 13-7) para distinguir análise frasal, que opera com a segmentação lingüística, de análise discursiva, que trabalha sobre o texto. Orlandi entende recorte como uma unidade discursiva onde linguagem-e-situação estão correlacionadas. Vale dizer que recorte é um fragmento da situação discursiva.

A isto, gostaria de acrescentar que o exame puramente textual de um fragmento não faz dele um recorte. Para que tal passagem se dê, faz-se necessário considerá-lo em sua dimensão discursiva. Ou seja, para que um fragmento textual seja um recorte discursivo, é preciso examiná-lo em suas relações intra e intertextuais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COURTINE, J. J. - Analyse du discours politique, Langages (62), Jun, 1981.
- DUCROT, O. - Dire et ne pas dire, Paris, Hermann, 1972. Ed. Brasileira: Princípios de semântica lingüística, São Paulo, Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_ - La preuve et le dire, Paris, Mame, 1973. Ed. Brasileira: Provar e dizer, São Paulo, Global, 1981.
- \_\_\_\_\_ et alii - Les mots du discours. Paris, Minuit, 1980.
- \_\_\_\_\_ - Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation, in Le dire et le dit. Paris, Minuit, 1984. Ed. brasileira: O dizer e o dito, Campinas, Pontes, 1987.
- MAINGUENEAU, Dominique - Novas tendências em análise do discurso, Campinas, Pontes, Ed. Unicamp, 1989.
- ORLANDI, Eni P. - A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_ - Segmentar ou Recortar, in: Lingüística: Questões e Controvérsias, Uberaba, FIUBE, 1984.

## A INTERJEIÇÃO NO MONÓLOGO DAS EMOÇÕES

*Eleni Jacques Martins*  
UFRGS

Este trabalho se desenvolverá em torno das interjeições, e nele pretendo fazer uma reflexão sobre duas questões afins, que me parecem interessantes e sobre as quais não se tem tratado ultimamente. A primeira é a da existência de um reduto de pura emotividade na linguagem; a segunda, a da possibilidade de ela conter um resíduo monológico. São duas questões arriscadas, na medida em que aspectos afetivos são marginais a qualquer enfoque de investigação lingüística, e a existência de um reduto monológico na linguagem pode até ser visto como questão tabu, depois que teorias pragmáticas firmaram o caráter dialógico de toda enunciação.

Ao tratar-se de interjeições, surge logo a associação com linguagem afetiva. Mas é difícil sustentar a pertinência dessa associação, porque não contamos com instrumentos teóricos e metodológicos para delimitar ou satisfatoriamente caracterizar tal linguagem. Ao contrário, tem-se explorado exaustivamente o caráter cognitivo da linguagem: teorias são construídas como argumento de sua natureza inata e universal, destituída, portanto, da particularidade dos afetos. E, ultimamente, investiga-se o lado pragmático da linguagem, intersubjetivo em algum sentido, mas a ênfase destas investigações recai sobre a intencionalidade, o social e o ideológico. Nada, portanto, sobre a emotividade nos enunciados e no discurso.

É bem verdade que autores respeitáveis e não alinhados, ou nem sempre alinhados, às teorias lingüísticas hegemônicas levaram a sério a hipótese da linguagem emotiva ou expressiva. Por exemplo, Bally e Jakobson.

Bally (1949), em "A Linguagem e a Vida", afirma que a linguagem não é uma criação lógica, já que a vida que ela expressa não se constitui de idéias puras. Ele acredita que as idéias, os juízos intelectualmente depurados existem, mas restritos ao âmbito das ciências. No viver, todas as idéias são assimiladas através de modificações subjetivas que se processam pela ligação que estabelecemos entre elas e nossa vida, ou a vida das pessoas com quem estamos relacionados. Quando alguém diz, por exemplo, "Faz calor", estará, segundo as circunstâncias, querendo dizer "Este calor me é desagradável", "Me faz bem", "As colheitas vão secar", etc. É, portanto, uma expressão comprometida com afetos, interesses e projetos

pessoais.

Para Jakobson (1969), a língua, normalmente percebida como um código global, é, na verdade, "um sistema de subcódigos relacionados entre si", que constituem as diferentes funções da linguagem e não se manifestam de maneira pura e absoluta, mas se caracterizam pelo domínio hierárquico de uma ou outra. Apesar da tendência generalizada a homogeneizar a língua a partir da função referencial, o autor considera a função emotiva da linguagem como um subcódigo, que predomina em certas circunstâncias. Os elementos envolvidos no processo lingüístico ou de comunicação é que determinam as diferentes funções da linguagem. No jogo comunicativo, a função emotiva está centrada no lugar do remetente. Ela é a "expressão direta da atitude de quem fala em relação àquilo de que se está falando" (p. 124). Para o autor, "o extrato puramente emotivo da linguagem" é representado pelas interjeições, que diferem da linguagem referencial antes de tudo pela configuração sonora, mas cuja "coloração" se revela em todas as nossas manifestações verbais ao nível fônico, gramatical e vocabular.

O que os autores propõem como natureza ou função emotiva da linguagem configura, na verdade, um dos aspectos da relação linguagem-usuário, passível de ser estudada atualmente por teorias pragmáticas. Não se trata de uma linguagem afetiva propriamente dita. Trata-se de adoção do sujeito como eixo da investigação lingüística, tendo o termo sujeito os mais variados sentidos, dependendo do ponto de vista teórico. O exemplo dado por Bally de todas as possibilidades de interpretação de uma exclamação como "Faz calor", poderia ser explicado hoje pela teoria pragmática dos implícitos. Não existe, pois, uma linguagem afetiva ou expressiva, mas a necessidade de uma teoria pragmática que dê conta das relações sujeito-linguagem, também do ponto de vista de seu universo emotivo, se é que isso é possível.

Contudo, Jakobson afirma que a língua é constituída de subcódigos e que há um "extrato puramente emotivo" da linguagem, representado pelas interjeições. Esta me parece uma delimitação lingüísticamente verossímil e metodologicamente considerável. É na pressuposição desse extrato puramente emotivo que formulo a hipótese de um resíduo monológico da linguagem, isto é, que não compartilharia, na enunciação, da natureza dialógica dos demais enunciados. Resumindo, é possível que esse extrato seja marginal ao parâmetro dialógico de toda atividade lingüística. Com isso quero dizer que suponha a existência de enunciações que não determinariam a constituição de um tu e conseqüentemente a alternância do eu.

ções comprova a característica formal e semântica que as define: não têm estrutura frasal e são enunciados, e, enquanto enunciados, naturalmente também não exercem função sintática numa frase.

Feita a definição das interjeições, volto-me agora para a classificação desses enunciados. Não vou repetir as classificações tradicionais, cujo princípio tem sido o do sentimento que expressam, porque afinal nem sempre é de sentimentos que se trata, e uma classificação desse tipo não contribuiria em nada para o objetivo que persigo neste trabalho, que é o de verificar se nas interjeições, nisso que Jakobson chama de extrato puramente emotivo da linguagem, não encontra ela seu resíduo monológico. O princípio que utilizarei para classificar as interjeições é o da intersubjetividade, entendida como relação eu-tu em um contexto significativo comum.

Ducrot (1984) fez estudo das interjeições dentro de uma perspectiva dialógica, mas na linha de sua interpretação polifônica da dialogia. O trabalho é indispensável para qualquer pessoa que se interesse pelo assunto, mas, por suas características teóricas, não oferece fundamentação para o que pretendo expor aqui. Eu empregarei o termo intersubjetividade no seu sentido inicial e mais abrangente, que é o da relação eu-tu, mutuamente representados como origem de enunciados diversos, na linha descendente de Benveniste e Bakhtin. Do mesmo modo, utilizarei o termo dialogia sem as especificações teóricas posteriores, que, por isso mesmo, tem a vantagem de abrigar, sem determinações da natureza do sujeito, propostas diversas como as das teorias discursivas, dos atos de fala, conversacionais, etc, o que é vantajoso para mim neste momento. Também essa perspectiva é suficiente para dar à linguagem sua qualificação de dialógica em sentido amplo.

Para caracterizar meu princípio de classificação, a intersubjetividade, reporto-me a um artigo de Benveniste, autor que forneceu idéias básicas para a concepção dialógica da linguagem. No artigo "Semiologia da Língua", ele trata da significação. Afirma que a língua é dotada de uma dupla significância, dois modos distintos de significar, o semiótico e o semântico. O semiótico é o modo próprio de significação da língua e o semântico é o modo próprio de significação do discurso, isto é, da língua posta em funcionamento por um eu frente a um tu. O critério de validade da significação no nível semiótico está, segundo Benveniste, no reconhecimento do signo e o critério de significação no nível semântico está na compreensão. Podemos, então, interpretar o âmbito do semântico como aquele da intersubjetividade, querendo, aqui, esse termo dizer que, na enunciação, um locutor emite um discurso que suscita, pela compreensão,

outra enunciação, uma resposta, criando-se sempre a possibilidade de alternância do eu.

Esse é o ponto de partida das teorias dialógicas da linguagem e não preciso ir adiante para o que pretendo aqui, que é a classificação das interjeições pelo princípio da intersubjetividade. Aplicando esse princípio, encontro duas classes de interjeições, dois paradigmas semânticos. O primeiro represento pela interjeição "Bravo!" e o segundo pela interjeição "Oh!".

As interjeições que pertencem ao paradigma de "Bravo!" classifico de intersubjetivas, porque elas realizam o nível semântico do discurso. Criam uma situação de enunciação dentro do padrão compreensivo e responsivo do diálogo. Quando grito "Bravo!" no final de um concerto, o pianista poderá repetir o número, ou dizer:

- Obrigado.
- Agradeço o aplauso.
- Vocês são muito gentis.

A enunciação do "Bravo!" suscita um número muito grande de respostas, mas todas elas ligadas à compreensão do sentido da interjeição, baseadas, portanto, no reconhecimento do signo que materializa a enunciação.

As interjeições pertencentes ao paradigma semântico de "Oh!" chamo de não-intersubjetivas, porque elas não realizam o modo pragmático de significância, que é o da compreensão. A enunciação de "Oh!" não cria um contexto de compreensão responsiva, uma vez que não subentende aquilo que Benveniste chama de modo semiótico de significância, simplesmente porque não há um signo lingüístico sustentando a enunciação. Fora do enunciado, o que existe é um fonema, que não guarda qualquer relação com a interjeição. Em vista disso, falta a esse tipo de interjeição o traço de intersubjetividade.

Em outras palavras, a enunciação de "Oh!" não cria um contexto dialógico, não provoca uma resposta lingüística, embora possa criar uma reação de qualquer natureza, lingüística inclusive. Ao perceber que alguém pronuncia "Oh!", posso encaminhar-me para a pessoa, sorrir para ela, ou perguntar:

- O que você sente?
- Você pretende dizer alguma coisa?

Mas minhas perguntas constituirão reações lingüísticas. Estou, desse modo, opondo resposta a reação. É preciso que o sentido com que emprego essas palavras fique bem claro para que se entenda o que estou afirmando. Uma reação posso ter frente a um ato lingüístico ou não. Quando vejo uma maçã, por exemplo (ou para lembrar o famoso exemplo). Uma resposta é sempre resposta a uma enunciação

e determinada pela significação e o valor dessa enunciação. "Oh!" não cria, pois, um contexto dialógico, na medida em que não suscita uma resposta no sentido semântico do termo. Em consequência, tal enunciação não instaura o tu de natureza lingüística, que é condição para o diálogo. Frente a uma enunciação desse tipo, posso dizer qualquer coisa ou coisa alguma.

Retomando a linha do raciocínio, busco, em Austin, reforço para minha argumentação a favor da existência de uma categoria de interjeição não-intersubjetiva. Os argumentos tomados em Austin são de natureza semelhante aos apresentados via Benveniste, só que de contexto teórico diverso, evidentemente.

Em sua décima primeira conferência, Austin afirma que sempre que dizemos qualquer coisa, efetuamos, ao mesmo tempo, um ato locucional e um ato ilocucional. Exceto, talvez, diz ele, no caso de certas interjeições como "Ai!". Ora, na linha semântica em que venho examinando as interjeições, tenho razões para acreditar que "Ai!" não seria um ato ilocucional, por faltar-lhe o nível da ação locucional, o do sentido e da referência, isto é, o nível da significação. Efetivamente, Austin afirma que não se realiza um ato ilocucional se a enunciação não produz um determinado efeito, e esse efeito consiste na compreensão da significação e do valor da locução. Lembra o autor que não podemos dizer que advertimos um ouvinte, se ele não entende nossas palavras e não as toma em determinado sentido.

Do que foi exposto, parece adequado inferir que a enunciação de "Oh!" ou de "Ai!" não seria um ato ilocucional por não realizar o efeito que um ato desse tipo deve produzir, que é, antes de tudo, a compreensão de uma significação convencionalmente associada à forma lingüística. Não podemos imaginar a enunciação de um Oh que não seja uma exclamação e que tenha como referência ou como sentido um determinado sentimento ou emoção. Seguindo o exemplo de Austin, não podemos afirmar que, dizendo "Oh!", ele queria dizer oh do mesmo modo que, dizendo "Dê um tiro nela", ele queria dizer por "dê um tiro" dê um tiro e por "ela" se referia a ela. Ao contrário, são os mais variados sentimentos e emoções, com suas infinitas nuances que se configuram pela enunciação de "Oh" e somente por ela.

Já o mesmo não se pode afirmar em relação a "Bravo!", por exemplo. Embora essa interjeição não apresente a estrutura de uma frase ou proposição, ela realiza o efeito próprio de um ato ilocucional, que é o de aplaudir alguém pelo reconhecimento desse alguém da significação do enunciado e do valor da enunciação. "Bravo!" propicia, portanto, uma resposta relacionada com a significação e o

valor da enunciação, o que mais uma vez a caracteriza como intersubjetiva.

Concluindo, os argumentos aqui apresentados autorizam o reconhecimento da existência de interjeições não intersubjetivas e, portanto, a existência de um resíduo monológico na linguagem. Tal resíduo está ligado à expressão de emoções que os gramáticos chamam de emoções súbitas, ou gritos d'alma.

O que acabo de apresentar é uma reflexão inicial sobre o tema interjeição, esta marginal da pesquisa lingüística. O nível de elaboração das conclusões aqui apresentadas é incipiente e limitado pelas restrições que este espaço impõe. Detive-me em apenas dois paradigmas de interjeição, detectados a partir de um único critério de classificação. Em razão disso, certamente surgirão contra exemplos à classificação apresentada, que só poderão ser resolvidos na continuação do trabalho ora iniciado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. - How to do things with words, Oxford, Claredon Press, 1962.
- BALLY, C. - El lenguaje y la vida, 4 ed., Buenos Aires, Editorial Losada, 1941.
- BENVENISTE, E. - La forme et le sens dans le langage, in: Problèmes de linguistique générale, 2, Paris, Gallimard, 1974.
- DUCROT, O. - Le dire et le dit, Paris, Minuit, 1984.
- JAKOBSON, R. - Lingüística e poética, in: Lingüística e comunicação, São Paulo, Cultrix, 1969.



Introdução:

1 - O Pioneirismo de Mattoso Câmara Jr.

Além de, com justiça, ser considerado o Pai da Lingüística no Brasil, Mattoso Câmara Jr., por seu pioneirismo como professor de Ciência da Linguagem e como autor do ainda bastante consultado *Princípios de Lingüística Geral*, também merece outro reconhecimento: o de ter sido o primeiro lingüista brasileiro a dedicar-se a aplicações da Lingüística à comunicação escrita em língua portuguesa.

Objetivaremos, neste ensaio, demonstrar como o saudoso amigo (de quem tivemos o privilégio de ser discípulo), através de seu *Manual de Expressão Oral e Escrita* (1ª edição: Ozon Editor, Rio, 1961), deu início à primeira fase das aplicações da lingüística ao ensino e aprendizagem de redação em nosso país. O segundo período começaria em 1987, com o aparecimento de *Desburocratização Lingüística. Como simplificar textos administrativos*, de Nelide R. de Souza Mendonça (Pioneira, São Paulo). Neste caso, trata-se de uma abordagem interdisciplinar, tal como vem sendo incrementada pelos que consideram a lingüística aplicada um campo ao qual convergem (e nele são integrados) princípios e conceitos de várias ciências e artes. Os historiadores da Lingüística Aplicada no Brasil certamente registrarão a influência do Manual de Mattoso Câmara Jr., citado em livros de redação inovadores, dentre os quais *Comunicação em Prosa Moderna. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar*, de Othon M. Garcia (Rio, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1ª edição de 1967, com sucessivas edições e tiragens).

Apesar de somente no início dos anos 80 ter começado a universalizar-se um sério interesse interdisciplinar pela atividade redacional, dando origem, em janeiro de 1984, à primeira revista anglo-americana-canadense voltada para pesquisas teóricas e aplicações (*Written Communication*, publicada por Sage Publications, Beverly Hills e Londres), os insights de Mattoso Câmara em seu Manual con-

rio, o discurso burocrático ou administrativo), a *Linguística Institucional* (já incluída na *Oxford International Encyclopedia of Linguistics*, New York, 1982), a Metodologia do Ensino de Língua Materna. Aos interessados na caminhada da linguística aplicada rumo à transdisciplinaridade, recomenda-se o estudo "Defining our field: Unity in Diversity" (contribuições de 14 linguistas, de vários países), publicado no Volume 1, Número 2, Dezembro de 1990 da nova revista *Issues in Applied Linguistics*, inovadoramente organizada e editada por pós-graduandos da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA Graduate Students Association).

O pensamento de Matiloso Câmara Jr.

Linguagem e Sociedade

... quase exclusivamente pela linguagem nos comunicamos uns com outros na vida social (11)

Adequação do uso linguístico

A linguagem tem que ser boa. (12)  
... adequação ao assunto... uma adaptação inteligente ao ideal linguístico coletivo (13)

Linguagem falada e linguagem escrita

... mais antiga, mais básica, uma expressão oral... a linguagem escrita não passa de um sucedâneo da fala (16)

A natureza do processo redacional

(Há) caracteres (linguísticos) próprios da exposição escrita, (bem como) caracteres psicológicos e estéticos (54-57)

Uma orientação atual

A linguagem é um sistema de (inter)ação social, realizado em contextos variados.

A linguagem precisa estar adequada ao interlocutor (leitor, no caso), ao contexto, à variedade linguística que se usa.

A linguagem falada e a linguagem escrita são sistemas alternativos, intercomplementares de comunicação intra e interindividual.

O redigir é um complexo processo cognitivo-linguístico-social e cultural.

### A hierarquização de problemas de redação

(Há) problemas essenciais e secundários (59). Absurdamente, há até (pessoas) que quase só se preocupam com a ortografia das palavras (60).

### Do planejamento ao plano redacional

... podem aparecer falhas de planejamento e impor-se a necessidade de acréscimos, supressões ou modificações (63)

### O efeito visual no leitor

... é de mau efeito o excesso de palavras em itálico (68)

... a apresentação gráfica deve ser leve (68)

### A conectividade

... essas ... espécies de ligação de pensamento, ... não estabelecem uma coesão íntima, ... (70)

### A relatividade da correção

A correção é ... um conceito muito relativo (90)

A partir do critério do efeito da mensagem no leitor, os problemas podem ser graduados em máximos, médios ou mínimos.

Parte-se do planejar, atravessamos a fase do escrever (traduzir idéias em formas) e, finalmente, chegamos ao redigir (reformulação e aprimoramento do escrever).

Observe-se o conforto visual do leitor e assegure-se um processamento textual mais rápido e agradável.

No redigir, interagem a conectividade ideativa (coerência) e a conectividade linguística (coesão).

A relatividade dos usos de uma língua (decorrente das variáveis em jogo: a origem geográfica, a condição sócio-econômica, a idade, o sexo, a profissão dos usuários) corresponde uma avaliação relativista dos usos escritos.

Escala de gravidade de erros

... erros que perturbem a compreensão...  
discordância de uso ... (93)

Segundo o efeito da mensagem (na compreensão, pelo leitor), haveria erros de gravidade máxima, média e mínima. Mesmo os erros de grafia podem ser diagnosticados à luz de uma escala (critério: distância entre a grafia padrão e a grafia criada pelo usuário).

Atitude face a empréstimos

É uma atitude pouco inteligente e negativa a de rejeitar uma palavra ou um tipo de frase de que todos se servem, pelo simples motivo de lhe sabermos a origem francesa, inglesa ou alemã (125)

Precisamos adquirir e cultivar atitudes esclarecidas a respeito do desenvolvimento qualitativo e quantitativo do léxico em português. (Veja-se nossa resenha de Empréstimos Lingüísticos de Nelly Carvalho, SP, Ática, 1989, em D.E.L.T.A. revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, PUC-SP e ABRALIN, vol. 6, nº 2, 1990, pp.279-282.

A seleção lexical

A eficiência de uma comunicação lingüística depende, em última análise, da escolha adequada das palavras (132)

Saber comunicar-se é saber fazer opções lexicais apropriadas. Para isso, a observação dos usos dos bons escritores - lato sensu - e a consulta a fontes (resultantes de pesquisas atuais) são duas estratégias indispensáveis.

A importância da identidade lingüística

A melhor lição... é talvez a da importância da linguagem como parte integrante da nossa pessoa (155)

Dentre os múltiplos aspectos de nossa identidade (cultural, social, étnica, psicológica), destaque-se nossa identidade lingüística e, mais especificamente, a estilística.

**Conclusão: redescubramos Mattoso Câmara Jr.!**

As poucas, mas significativas conquistas feitas pela geração atual de lingüistas brasileiros no campo da Lingüística Aplicada ao Ensino-Aprendizagem da Redação em Língua Portuguesa refletem, por um lado, a crescente interdisciplinaridade nos Programas de Pós-Graduação e, por outro, a inspiradora tradição de pioneiros como Mattoso Câmara Jr. A leitura atenta, aprofundada, interdisciplinar, do *Manual de Expressão Oral e Escrita* (os aspectos relativos à expressão oral, à avaliação do desempenho oral dos usuários também deveriam ser objeto de pesquisas, em benefício de oradores políticos, religiosos, acadêmicos) certamente propiciará novos frutos, novos insights criativos aos que, como nós, acreditam no redescobrir-se o pensamento verdadeiramente formativo do Pai da Lingüística no Brasil. Dentre os inúmeros méritos da obra Mattosiana, está o de ter sabido comunicar sua ciência a leigos. Que este Manual continue a contribuir para o desenvolvimento de uma Lingüística Aplicada em prol, não apenas da competência comunicativa, mas da paz comunicacional e expressional das pessoas.

faz-se mister considerá-la contra o pano de fundo histórico da situação dos estudos lingüísticos à época, tanto entre nós como no cenário mundial.

Como atestam os trabalhos que se propõem resenhar a evolução dos estudos lingüísticos no Brasil (entre eles, por exemplo, Câmara, 1968/1976 e Castilho, 1971), foi lenta a penetração de tais conhecimentos em nossos meios acadêmicos, mormente por apenas em 1934 terem-se iniciado estudos universitários nessa área no Brasil. Predominam até essa época as orientações da gramática normativa e da histórica, da lexicografia e da dialetologia, e, particularmente, as decorrentes da influência dos neogramáticos. O primeiro curso de lingüística foi ministrado pelo próprio Mattoso Câmara, a partir de 1938, na Universidade do Distrito Federal (criada em 1935). Teve, contudo, vida breve, pois a universidade foi fechada em 1939. Somente em 1948 volta a lingüística a ser ensinada, ainda por Mattoso Câmara, desta vez na Universidade do Brasil, e, a partir de 1960, na Universidade do Paraná, a cargo de Aryon Dall'Igna Rodrigues. É só a partir de 1962 que a lingüística se estabelece definitivamente no currículo universitário.

Nessas condições, é fácil compreender a dificuldade de se divulgar uma ciência cuja própria existência era quase desconhecida e que só era acessível através de textos em outras línguas ou cursos no exterior. Dificilmente, contudo, se encontraria na época alguém mais adequado a desincumbir-se dessa tarefa do que Mattoso Câmara, que, nas palavras de Paul Garvin, era na ocasião

*probably the first and only South American linguist familiar with the structural methods of both the Prague school and the Bloomfieldian tradition (Garvin, 1950:93).*

Assim, o surgimento dos Princípios em 1941 constitui um marco por tratar-se da publicação do primeiro manual de lingüística contemporânea em língua portuguesa, e que

*desde a sua segunda edição tornou-se o melhor manual para a introdução à lingüística até então publicado em país latino (Coseriu, 1976:25).*

As três edições seguintes (1954, 1956 e 1964 - esta última com várias reimpressões) atualizavam o texto, enriquecendo-o com o fruto não só do estudo mas sobretudo da vivência do autor, em constante

contacto com grandes nomes da área em todo o mundo.

Aos Princípios seguiram-se, em 1949, dois artigos no *Boletim de Filologia do Rio de Janeiro*, extraídos da tese de doutoramento defendida no mesmo ano, e que, acrescidos de outro artigo (sobre a rima na poesia), viriam a constituir o livro *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, publicado em 1953.

3. A análise fonêmica do português do Brasil apresentada em *Para o estudo da fonêmica portuguesa* é, como observa Garvin (1950:93), a primeira realizada por um lingüista nativo, e também a primeira em língua portuguesa. Das análises anteriores, Mattoso Câmara cita em sua bibliografia Hall (1943 a,b) e Sten (1944) e, como observa Rogers (1954), provavelmente conhecia também Reed & Leite (1947), embora não se refira a esse trabalho. No livro, vale-se ainda das resenhas de Garvin (1950) e Lüdtke (1951) aos artigos anteriormente publicados, embora sem referir-se explicitamente a esses autores, quer no livro (Rogers, 1954: 504-5, notas 5 e 8) quer em sua admissão implícita (em Câmara, 1968: 233; 1976: 51) de algumas das objeções que lhe fizeram.

Embora na introdução Mattoso Câmara admita que "não se cogitou... de um trabalho cabal e definitivo", pretendendo apenas "fixar uma orientação inicial, ... num campo ainda inexplorado" (Câmara, 1953: 9-§2), a obra é elogiada por Rogers, que considera seu primeiro capítulo

*an excellent general initiation into modern linguistics* (Rogers, 1954: 509)

e mesmo em sua versão preliminar já havia sido considerada

*well-suited to acquaint the Brazilian academic public with phonemic theory and methodology* (Garvin, 1950: 96).

Muljačić (1969: 184), ao tratar das análises fonológicas publicadas desde 1949 até então, inclui o livro de Mattoso Câmara em

*un elenco limitato alle opere veramente importanti*

e Yonne Leite (1986: 18; 1990: 34) o considera

*um marco na história da lingüística brasileira.*

O grande mérito de Para o estudo da fonémica portuguesa é de, para além de fornecer uma análise de determinado aspecto da língua, trazer ao público interessado uma demonstração cuidadosamente fundamentada do que na época constituía uma nova forma de realizar-se essa análise, fundamentalmente diversa dos procedimentos de fonética descritiva e normativa então vigentes - ou seja, à mera aplicação de um modelo teórico contrapunha-se um novo paradigma (Kuhn, 1970), um novo ponto de vista epistemológico, e no fazê-lo - e por quem o fazia - afirmava-se sua superioridade. Nesse sentido, portanto, para o público brasileiro (e, creio, também para o português) a proposta de Mattoso Câmara era sensivelmente inovadora.

Paradoxalmente, entretanto, essa mesma postura pode ter-se constituído em obstáculo a uma maior divulgação de sua obra, por pelo menos dois motivos diversos.

Como bem observa Naro, foi somente após a morte de Mattoso Câmara que seus trabalhos passaram a ter o merecido reconhecimento no Brasil, pois

*sendo um precursor, não pôde na época atingir seu objetivo - o estudo das humanidades não havia alcançado o nível adequado a fim de que seus ensinamentos revolucionários fossem compreendidos.*  
(Naro, 1976: 87)

No exterior, por outro lado, é o modelo teórico adotado por Mattoso Câmara - o do Círculo Lingüístico de Praga - que dificulta a aceitação de sua obra. Coseriu, ao analisar as diferentes condições que afetaram o exercício da atividade lingüística na América Latina e na América do Norte ressalta

*o fato, ... de a L(ingüística) N(orte) A(mericana) ignorar, em geral, a tradição européia ou então opor-se a ela.* (Coseriu, 1976: 26)

e é esse mesmo fator que Naro invoca (em sua introdução a *The Portuguese Language*, não incluída na versão brasileira da obra) para justificar o fato de os trabalhos de Mattoso Câmara não terem sido bem recebidos pela crítica norte-americana:

*American reviewers tended to show impatience at his obvious rejection of their doctrines.* (Naro, 1972: xi)



Para Kuhn (1970: 109) os paradigmas vigentes constituem a atividade de pesquisa, determinando que problemas e soluções são adequados. Disso decorre, por vezes, a tendência a recusar o que não se enquadre em um modelo estabelecido, e assim

*... os modelos, embora usualmente sejam um grande auxílio em ciência, podem também ser uma fonte de cegueira. (Barber, 1976: 44)*

Por outro lado, as condições de produção dos textos de Mattoso eram fundamentalmente diversas, por dirigir-se ele a um público mais amplo e menos sofisticado, e isso, associado à diferença do referencial teórico, permite compreender a situação descrita por Naro com relação às críticas feitas à primeira edição do Dicionário de fatos gramaticais:

*Apesar de o autor haver declarado suas intenções no prefácio, os recenseadores da primeira edição não compreenderam que tipo de livro Mattoso tencionava escrever nem a provável diversidade do público a que se destinava, ou então estavam tão comprometidos com o seu próprio sectarismo lingüístico que não foram capazes de reconhecer o valor de um trabalho feito com uma orientação teórica diferente. (Naro, 1976: 135)*

4. O fato de Mattoso Câmara ter adotado a orientação teórica do Círculo Lingüístico de Praga não significa que ignorasse outros modelos teóricos. Sua familiaridade com outras abordagens é patente em textos como O estruturalismo lingüístico (Câmara, 1967) em que, em 39 páginas, vai de Humboldt a Chomsky, passando por Firth, Harris, Hjelmslev, Jakobson, Guillaume, e tantos outros; ou como a quarta edição dos Princípios, a que são acrescentados diversos conceitos de diferentes abordagens estruturalistas e mesmo noções de fonética experimental baseadas em espectrografia. Uma rica biblioteca pessoal, aliada à dedicação ao estudo e às frequentes oportunidades de contacto com lingüistas da maior expressão em todo o mundo permitiam-lhe manter-se atualizado, e, como destaca Leite (1986: 20; 1990: 35), empenhava-se em divulgar o conhecimento e informações obtidos.

Mas suas tendências, que, como ele mesmo descreve, "se ligam mais ao Círculo de Praga, aos conceitos saussurianos e à filosofia

Jakobson para o estabelecimento de traços distintivos com base em critérios simultaneamente acústicos e articulatórios, e é explicitamente nesses critérios que se baseia para emparelhar as palatais às velares em seus "triângulos de categorias" (Câmara, 1953: 104). Esses mesmos critérios são usados em sua análise da rima (Câmara, 1953; Cap. 3).

A análise das vibrantes em um só fonema, que leva à interpretação do chamado *r* forte como uma duplicação (/rr/) foi um dos pontos mais criticados em sua análise (cf. Garvin, 1950; Lüdtké, 1951; Rogers, 1954; Naro, 1976: 120) e já está abandonada em *Problemas de lingüística descritiva* (1969), que reúne artigos publicados entre 1967 e 1968, sendo explicitamente rejeitada em trabalho posterior (Câmara, 1968: 233; 1976: 51).

Valendo-se dos conceitos de neutralização e arquifonema, característicos da orientação teórica adotada, demonstra a redução do quadro consonântico em posição pós-vocálica a apenas quatro elementos: lateral, vibrante, arquifonema nasal e arquifonema fricativo antero-lingual.

6. Se Para o estudo da fonémica portuguesa traz apenas algumas considerações quanto à distribuição das consoantes em relação às vogais, os *Princípios* dedicam especial atenção à sílaba, e trabalhos posteriores (Câmara, 1969, 1970, 1972 e 1976) analisam em pormenor a estrutura da sílaba em português.

Constatar que certas consoantes podem ou não ocorrer em determinadas posições não impõe maiores dificuldades, e uma exposição razoavelmente detalhada já se pode encontrar na *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*, de 1536 (Oliveira, 1975: 67-70). A maior contribuição de Mattoso Câmara é a de explicitar critérios fônicos que permitam compreender e analisar o que posteriormente se veio a denominar fonotática, fundamentando-a no grau de abrimento relativo das consoantes (Câmara, 1964: 68-79; 1969: 26-33; 1970: 43-51; 1972: 44-50 e 1976: 56-62).

Sempre atendo-se aos limites do registro lingüístico que tomara por base (Mattoso pode ser justamente considerado um precursor da sócio-lingüística no Brasil, como tão bem observa Matos 1973: 76), estabelece as restrições que operam em posição pré e pós-vocálica, a partir das quais a determinação da fronteira silábica "é muito nítida de maneira geral" (Câmara, 1969: 33).

7. Já nos *Princípios* Mattoso Câmara dedica uma seção do Capítulo III (26. Duração, intensidade, altura) aos elementos ditos prosódicos ou supra-segmentais, referindo-se ainda à influência desses elementos na determinação do ritmo característico de uma

língua.

Por sua função não só distintiva, mas também delimitativa, a intensidade recebe especial atenção. Seu primeiro tratamento sistemático é em Câmara (1953: 61-65), em que ao acento tônico de valor fonêmico contrapõe diferentes graus de atonicidade determinados em função da posição e distância das sílabas não-tônicas em relação ao acento principal. Estabelece, assim, três graus de atonicidade: máxima, nas sílabas átonas finais; média, nas pré-tônicas não iniciais começadas por vogal; e mínima, nas pré-tônicas iniciadas por consoante.

A essa constatação aduz a análise das conseqüências dessa alternância de níveis de intensidade para a delimitação dos vocábulos na cadeia fônica (delimitação essa freqüentemente dificultada pela intervenção de processos morfofonológicos), referindo-se ainda à influência do grau de intensidade silábica no condicionamento das vogais.

Essa mesma análise vai apresentar-se de forma mais clara e abrangente em Câmara (1969: 34-49) e (1970: 52-55), um tratamento mais breve é apresentado em Câmara (1972: 36-39; 1976: 26-29).

Compreensivelmente, por não exercerem função distintiva em português, os fenômenos de duração e altura merecem de Mattoso Câmara menor atenção fora dos Princípios, sendo tratados como subjacentes a considerações sobre ritmo e velocidade da fala.

Apesar disso, entretanto, é importante considerar o que Mattoso Câmara tem a dizer quanto a eles, pois antecipa o que é hoje uma área de intensa investigação fonológica envolvendo a duração de segmentos fônicos e sílabas, a velocidade da fala e o ritmo - questões que além de sua relevância teórica são imprescindíveis ao aperfeiçoamento das técnicas de síntese e reconhecimento automático da fala, hoje já relativamente correntes.

Enquadra-se ainda aqui o tratamento dado por Mattoso Câmara às pausas (1964: 79-80; 1986: 35-43), atribuindo-lhes funções de ordem fisiológica (permitir a respiração), psicológica (facilitar a elaboração mental e a compreensão) e rítmica, que além de determinar uma impressão rítmica característica da língua torna possíveis as outras funções.

Essas considerações abrem um riquíssimo campo de investigação que interessa não somente à fonética e à fonologia, à pedagogia e à oratória, mas, particularmente, à análise da conversação, que hoje atrai tanto interesse nos círculos lingüísticos, e mesmo à psicolingüística e à neurolingüística, pelas relações entre os fenômenos fisiológicos envolvidos e sua percepção. Como diz Yonne

Leite (1986: 19; 1990: 34)

*praticamente não há um único problema de fonologia do português que esteja sendo ou tenha sido estudado que não esteja abordado, tratado ou encaminhado em Para o estudo da fonêmica portuguesa.*

Muito além de seu valor histórico no cenário dos estudos lingüísticos no Brasil e de seu valor formativo fundamental para os que a esses estudos se dedicam, a obra de Mattoso Câmara constitui uma fonte aparentemente inesgotável de novos caminhos a trilhar, bem como um louvável exemplo de seriedade, dedicação e produtividade, ao qual, para aqueles de nós que tivemos o privilégio de privar de sua amizade, se associa um terno sentimento de saudade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBER, Bernard - Resistência dos cientistas à análise científica, *Ciência e Cultura*, 28(1): 40-50, 1976.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso - Para o estudo da fonêmica portuguesa, Rio de Janeiro, Org. Simões, 1953 (2ª Ed, Rio de Janeiro, Padrão, 1977).
- \_\_\_\_\_ - Manual de transcrição fonética, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_ - Princípios de lingüística geral, 4ª Ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1964.
- \_\_\_\_\_ - Brazilian linguistics, in Sebeok, Thomas A. (Ed.), *Current Trends in Linguistics*, v. 4, The Hague: Mouton, 1968, p. 229-247 (Trad. Port.: Câmara, 1976b).
- \_\_\_\_\_ - Problemas de lingüística descritiva, 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1969.
- \_\_\_\_\_ - Estrutura da língua portuguesa, Petrópolis, Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_ - The Portuguese Language, Trad. A.J.Naro, Chicago, The University of Chicago Press, 1972.
- \_\_\_\_\_ - História e estrutura da língua portuguesa, 2ª Ed., Rio de Janeiro, Padrão, 1976 a.
- \_\_\_\_\_ - A lingüística brasileira, in Naro, p. 45-66 b, 1976.
- \_\_\_\_\_ - Dicionário de lingüística e gramática, Petrópolis, Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_ - Manual de expressão oral e escrita, 9ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1986.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de - A lingüística no Brasil (2), *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, 15 (736), 5, 5/09/1971.

- QOSERIU, Eugênio - Perspectivas gerais, in Naro, p. 7-44, 1976.
- GARVIN, Paul, Resenha de Câmara Jr., J.M. - Para o estudo da fonêmica portuguesa: os fonemas em português, (Boletim de Filologia, Rio de Janeiro, 3: 1-30, 1949) *Studies in Linguistics* 8(4): 93-96, 1950.
- HALL JR., Robert A. - The unit phonemes of Brazilian Portuguese, *Studies in Linguistics* 1(15): 1-6, 1943a.
- \_\_\_\_\_ - Occurrence and orthographical representation of phonemes in Brazilian Portuguese, *Studies in Linguistics* 2(1): 6-13, 1943b.
- HOCKETT, Charles Francis - Two models of grammatical description, *Word* 10: 210-233, 1954 (Reprod. em JOOS, Martin (ed.), *Readings in Linguistics*, v. 1, 3rd Ed., New York, American Council of Learned Societies, p. 386-399, 1963).
- JAKOBSON, Roman - Fonema e fonologia, Seleção, tradução e notas, com um estudo sobre o autor, por J. M. Câmara Jr., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1967.
- KUBN, Thomas S. - *The Structure of Scientific Revolutions*, 2nd. Ed., Chicago, The University of Chicago Press, 1970 (Trad. Port.. *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva, 1975).
- LEITE, Yonne de Freitas - O pensamento fonológico de J. Mattoso Câmara Jr., *ABRALIN* 7: 17-24, 1986. (Reprod. em *Presença* 7: 33-38, 1990).
- LÖÖTKE, Helmut. - Resenha de Câmara (1953), *Boletim de Filologia*, (Lisboa) 12: 353-355, 1951.
- MATOS, Francisco Gomes de - Mattoso Câmara e o ensino da lingüística no Brasil, in *Estudos lingüísticos em homenagem a J. Mattoso Câmara Jr.*, *Vozes* 67(5): 73-77, 1973.
- MULJAČIĆ, Zarko - *Fonologia generale e fonologia della lingua italiana*, Bologna, Il Mulino, 1969.

- NARO, Anthony Julius - Translator's preface, in Câmara, vii-xiii, 1972.
- 
- \_\_\_\_\_ - Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- OLIVEIRA, Fernão de - A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975.
- REED, David W. & Leite, Yolanda - The segmental phonemes of Brazilian Portuguese: Standard Paulista dialect, in Pike, Kenneth Lee, Phonemics, Ann Arbor: The University of Michigan Press, p. 194-202, 1947.
- ROGERS, Francis M. - Resenha de Câmara (1953), *Language* 30(4): 503-509, 1954.
- SAPIR, Edward - Linguística como ciência. Seleção e tradução de J. M. Câmara Jr., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1969.
- STEN, Holger - Les particularités de la langue portugaise, *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague* (2), 1944.
- VANDRESEN, Paulino - O vocalismo português: implicações teóricas, *Revista Brasileira de Lingüística* 2: 80-103, 1975.

caminhos para o fazer crítica literária no País e o levaram a penetrar o estreito e difícil meio da renomada lingüística norte-americana, então em seu ápice, publicando no conceituado periódico WORD (Journal of the Linguistic Circle of New York, 2(2): 131-5) o artigo "Imperfect Rhymes in Brazilian Poetry". Captar e tornar explícita a simplicidade de estilo de Machado de Assis foi uma constante em sua vida como provam os Ensaíolos Machadianos, volume em que reúne várias crônicas e artigos publicados em jornais e revistas literárias. Com a finura do mestre da língua portuguesa trata de temas pouco usuais como "Cão e Cachorro em Quincas Borba", "O coloquialismo em Machado de Assis", "A gíria em Machado de Assis", "O discurso indireto livre", como se vê, todos girando em torno da linguagem comum transformada em estilo literário.

Deixou a arquitetura e o emprego de desenhista, mas continuou a buscar a forma, a geometria da linguagem e através dela seus meios e maneiras de modelar os mundos que nos rodeiam.

Deixou a advocacia e o formalismo codificado da jurisprudência e partiu à procura das intrincadas leis que regem a misteriosa e quase inacessível "faculté du langage" que torna todos os homens iguais. Em Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras diz-nos "... do ponto de vista do lingüista a ária 'La donna è mobile' tem o mesmo interesse, quer cantada por Gigli, quer cantada por mim, porque justamente o que determina a maestria de Gigli são os elementos que estão na parole, ou fala, mas não pertencem à língua" (p. 14).

Iniciou sua carreira no magistério como professor do ensino secundário e nela permaneceu, mesmo já tendo título de doutor e livre docente, aliando o ensino universitário com o de segundo grau até bem próximo o final de sua vida, dando aulas no Colégio Andrews. Seu primeiro artigo, cujo fac simile é publicado no volume Dispersos, organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchoa, numa das mais belas homenagens póstumas já feitas a Mattoso Câmara e em que baseei as informações biográficas aqui apresentadas, trata de um tema tradicional e ao gosto da época (1934): o uso de latinismos na linguagem burocrática. E já aí seu espírito inovador se revela, pois argumenta pelo aportuguezamento de formas latinas como memorandum, memoranda, denunciando o pretensu latinismo considerandum, posicionando-se contra o pedantismo e falsa cultura dos burocratas. A esse artigo seguiram-se vários outros, numa constância periódica, também marcante em sua vida, todos encabeçados pelo título bem característico da época "Pequenas Lições de Português", todos publicados no Correio da Manhã durante o ano de 1934. O rol de temas tratados nos



mostra outra constante de sua produção: o gosto pela minudência, de observar o pouco observado, de fazer dos fatos corriqueiros da linguagem um objeto de reflexão. Vejamos, à guisa de ilustração, alguns desses títulos "Um equívoco de três 'caturras'", "Um erro de prosódia: 'espírito'", "Idólatra e alcodlatra", "Por que 'quatriênio'?", "A expressão popular: 'menino levado'", "Romancismo e Romancista", "Futebol" e vários outros em que a linguagem do cotidiano se torna alvo do olhar científico.

É esse dom de ver algo a ser investigado onde os outros nada vêem ou consideram pouco importante e insignificante que o levou a investigar nos erros de ortografia de alunos do ginásio as tendências do português falado no Brasil e num artigo simples e inspirador intitulado "Erros escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Brasil" (Romanistisches Jahrburg, 8:279-#6, Hamburgo, 1957; republicado em Dispersos, Seleção e Introdução por Carlos Eduardo Falção Uchoa, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro, 1972) numa atitude precursora de um modo de fazer lingüística bem atual traduzida no volume organizado por Victoria Fromkin Speech Errors as Linguistic Evidence (Mouton, The Hague, 1973).

E não é por acaso que me fixo mais uma vez nesse artigo. Já o menciono em outra homenagem prestada a Mattoso Câmara na reunião da ABRALIN de 1985 durante a 37ª Reunião Anual da SBPC realizada em Belo Horizonte em que examinei o pensamento fonológico de Mattoso Câmara com o intuito de mostrar como inspirou trabalhos mais recentes consubstanciados em teses de doutorado e dissertações de mestrado. Mas este artigo, juntamente com um outro do mesmo ano, intitulado "Ele comme un accusatif dans le Portugais du Brésil" (republicado e traduzido na já mencionada coletânea Dispersos) nos remetem a um lingüista de origem alemã, radicado nos Estados Unidos, de quem Mattoso Câmara traduziu não só a obra principal A Linguagem: introdução ao estudo da fala (Instituto Nacional do Livro, MEC, Rio de Janeiro, 1954), mas também uma coletânea de artigos com o título Lingüística como Ciência: ensaios (Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1961) que, juntamente com outro europeu, Roman Jakobson, mais influenciou o fazer lingüístico e com quem mais teve afinidades espirituais e filosóficas. Trata-se de Edward Sapir, como Mattoso Câmara, poeta, como Mattoso Câmara, apreciador da música clássica, só que também executor, pois era pianista. Como Mattoso e Jakobson, a musicalidade do verso, o simbolismo da linguagem foram para Sapir objeto de reflexão como demonstra seu artigo "Os Fundamentos Musicais do Verso", traduzido por Mattoso

Câmara e cuja não inclusão na coletânea organizada por David Mandelbaum ele estranha. Essa não inclusão é significativa da lingüística mais notabilizada na época, como é significativo que Mattoso, que tantas resenhas fez, que tantas crônicas lingüísticas escreveu, abordando temas dos mais diversificados como O Sexto Congresso Internacional de Lingüística, A Conferência de Indiana entre Lingüistas e Antropólogos, A teoria sintagmática de Mikus, Grotocronologia e Estatística Léxica, jamais tenha traduzido algo de Leonard Bloomfield ou lhe dedicado uma apreciação crítica mais particular.

Em "Erros escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Brasil" é que fica mais patente, tal como no artigo de Sapir "La réalité psychologique des phonèmes" (Journal de Psychologie Normale et Pathologique, 30 (1933), traduzido para o português em Fundamentos Metodológicos da Linguagem: Fonologia e Sintaxe (Marcelo Dascal, Org., Campinas, 1981), a metodologia de se procurarem as evidências externas que são indicativas da gramática internalizada pelo falante e que norteiam o seu uso independente da gramática que lhe é inculcada e ensinada na escola. Mattoso utilizou como dados os erros de seus alunos, Sapir a escrita de seu informante e professor de Palute, Tony. Sapir demonstrou que acima da fonética, há um nível bem mais abstrato de representação mental que dirige o ouvir dos falantes. Mattoso procura a "deriva" da língua, termo por que traduz o sapiriano drift, isto é, a direção da mudança. Sapir encontrou os padrões sônicos no escrever de Tony, Mattoso as tendências do português nas redações de seus alunos. O que importa para os dois é ir além do aparente, do tido por certo, do pré-estabelecido. O que se precisa também é comprovar uma análise com dados de outra natureza que não sejam os da própria análise.

Em seu artigo "Ele como um acusativo no português do Brasil" a proposta de explicação da substituição das formas átonas o, a, os, as pela forma tônica ele muito se aproxima da de Sapir para o uso de who em substituição a whom. Para Sapir (A Linguagem: introdução ao estudo da fala, pp. 158-168), a forma objetiva whom foge do sistema de oposições funcionais dos pronomes relativos e interrogativos em inglês, pois nesses não se distingue as formas subjetivas das formas objetivas. Na série de pronomes pessoais há um paralelismo integrado e sólido entre I: me; he; him; she; her; we; us; they; them. Já os pronomes relativos aos quais se associam os interrogativos são invariáveis e geralmente enfáticos. Na oposição who: whom não há a mesma força da pressão exercida por outros pares

congêneres como I; me; shê; her. É mais fácil whom desaparecer do que which, what, that criarem pares objetivos para acompanharem a dicotomia subjetiva: objetivo de who: whom. Além disso as formas objetivas dos pronomes pessoais estão condicionadas e associadas a uma diferença de posição na frase. Diz-se I see the man, he man sees me, mas não him did you see? e sim Did you see him? Uma manifestação da deriva da língua é a hesitação do falante em usar a forma objetiva whom e mais ainda, dado a que pronomes interrogativos ocorrem no início da sentença, usar perguntas como Did you see whom, mais de acordo com a posição do objetivo nos pronomes pessoais. A deriva da língua é, antes, anular o sistema de casos do que criar novas oposições casuais. Daí a substituição de whom por that ou who.

Mattoso Câmara também explora a falta de paralelismo entre as formas subjetivas e objetivas, ambas tônicas em eu: eu, tu: tu para a primeira e segunda pessoas e a ausência dessa oposição na 3ª. A primeira e segunda pessoas não tem gênero e seus plurais são heteronômicos: eu: nós; tu: vós. A 3ª pessoa se afasta desse sistema. Tem flexão de gênero e número aproximando-se muito mais dos demonstrativos este, aquela. Fatores pronômicos também estão presentes na substituição de pronome objeto tônico o pela forma tônica ele. A deriva do português do Brasil favorece a próclise, posição em que a forma tôna do pronome objetivo de 3ª pessoa se torna ainda menos acentuada por estar em 1ª posição no vocábulo fonológico. Concomitantemente a esses fatores sistêmicos há uma diferença semiótica essencial entre o pronome de 3ª e os de 1ª e 2ª. Tanto que muitas línguas não o têm, já que do ponto de vista pragmático, nos atos de fala as pessoas que atuam são a 1ª e 2ª. Acrescente-se ainda que o relegar a um segundo plano a forma tu de 2ª pessoa substituindo-a por você, cria uma ambigüidade com os pronomes indiretos e com os possessivos. A forma lhe que serviria muito bem no quadro opositivo de objeto eu: me, tu: te, ele: lhe passa a ser ambígua em frases como Manduca está lhe chamando (por Manduca está o chamando).

Todos esses fatores convergem para a substituição das formas pronominais de 3ª o, lhe por ele. O raciocínio e a argumentação apresentada, como em Sapir, são derivados de fatores sistêmicos e funcionais, além da chamada deriva da língua, isto é, as condições específicas que favorecem uma determinada mudança sintática e morfológica.

Além dessa concepção de língua bem ao estilo europeu de "Un système où tout se tient", Mattoso Câmara compartilhava de visão do

fenômeno lingüístico e de suas interrelações em outras disciplinas que acentuam ainda mais a afinidade com o pensamento sapiriano.

Em Princípios de Lingüística Geral, Mattoso Câmara adota o esquema do antropólogo Kroeber no qual se estabelecem três níveis em todas as criações humanas, a cujo conjunto se dá o nome de cultura: o inorgânico, o mundo físico; o orgânico, o mundo biológico e o super-orgânico, o mundo cultural. Os sons, fenômenos físicos, pertencem ao nível orgânico ao qual se superpõem os fenômenos biológicos, isto é, a sua produção pelos órgãos vocais. Porém a linguagem só se atualiza quando os sons criam a comunicação no nível super-orgânico, quando, como a cultura, adquire um valor humano. A língua é parte da cultura mas dela se destaca por ser seu resultado ou sùmula, o meio por que ela opera, a condição para que ela subsista. É parte da cultura e ao mesmo tempo a engloba e só através dela pode a cultura se transmitir e se perpetuar, pois é a linguagem que a expressa. É essa característica que diferencia a linguagem dos outros fenômenos culturais, pois nenhum deles tem, como a língua, a função de expressar o outro. A linguagem tem, como a cultura o seu lado físico: os sons. A cultura tem as habitações, as indumentárias, os artefactos, a chamada cultura material. E têm ambas o seu lado mental. Na língua, as formas, os fonemas, morfemas, etc. Na cultura, a religião, o parentesco. Porém Lingüística e Etnologia ou Etnografia não se confundem em suas partes físicas mentais abstratas, mas se interrelacionam.

É essa concepção mentalista que aproxima Mattoso Câmara de Sapir e o afasta da visão mecanicista e behaviorista de Leonard Bloomfield.

Como o próprio Mattoso Câmara nos diz em sua apresentação (p. 10) à coletânea de artigos de Sapir por ele traduzida e já mencionada, Lingüística como Ciência: ensaios, para Sapir o estudo da língua é o estudo da forma, distinguindo-se no âmbito dos sons vocais dos fenômenos físicos biológicos e está "acima do mundo inorgânico e biológico" se apresentando "como uma forma que não vem à tona da consciência individual e decorre de 'intuições', a que se subordina o pensamento do indivíduo dentro de uma larga padronização coletiva". Ainda, segundo Mattoso Câmara, "O estudo lingüístico tem [para Sapir] a grande valia de permitir uma melhor compreensão do mundo mental das instituições que ele suspeita decorrerem do 'sentimento de relações' tão importantes na língua como na matemática e na música".

Foi essa visão mental aliada ao social dos fenômenos lingüísticos e da potencialidade de colaboração e diálogo entre a

Linguística e a Antropologia que levou Mattoso Câmara ao Museu Nacional, mais especificamente ao Departamento de Antropologia onde concebeu, fundou e dirigiu o Setor de Linguística. Sapir também trabalhou num Departamento de Antropologia de um Museu, o Museu Nacional do Canadá em Ottawa.

A atração de Mattoso Câmara pelas línguas indígenas se manifestou cedo em sua vida acadêmica. Em 1934 já publicava em sua seção semanal do Correio da Manhã a crônica "O ensino do Tupi". Percorrendo-se sua bibliografia, quase a cada ano, há um tópico dedicado ou às línguas indígenas ou às relações entre a Linguística e a Antropologia. A mesma inquietação que o fez procurar tantas profissões o levou a querer conhecer línguas distantes e através delas outros povos, outras visões do mundo, outras formas e outras configurações. Sua contribuição ao campo, além da divulgação da obra de Curt Nimuendaju e do estudo comparativo sobre radicais das línguas Jê, fica bem expressa em seu Manual de Introdução ao Estudo das Línguas Indígenas Brasileiras, o trabalho mais abrangente que aia teoria, prática e informações de que dispomos até hoje.

Chego ao fim dos minutos que me foram concedidos para neste breve espaço de tempo expor minha visão da vida e da obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Sinto não poder estar presente para de viva voz prestar-lhe essa homenagem. Mas fico feliz de ser Leda Bisol quem se desincumbiu dessa missão de porta-voz. Feliz porque creio que ela e eu compartilhamos da mesma visão de mundo. Não tememos o passado nem seus fantasmas, mas nele mergulhamos sempre que podemos se não apenas para reverenciá-lo e para entender o presente, mas acima de tudo para compreendermos o relativismo que o hoje e o atual implicam e significam principalmente numa ciência tão mutante e dinâmica como a Linguística. Em Mattoso Câmara a distância entre o ontem e o hoje se esvai pois sua integridade intelectual e moral o tornam aquela pessoa sempre muito próxima e presente a quem se pode recorrer em pensamento nos momentos de crise pelo exemplo de vida que nos deixou.

Porto Alegre, 1990

NOTA

---

\* Pesquisadora-bolsista do CNPq.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE  
 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ  
 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC  
 Universidade de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO  
 Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP

- 4 - Programas de pós-graduação envolvidos. Muitos dos projetos de pesquisa desenvolvidos em 1990 estiveram vinculados a cursos de pós-graduação nas seguintes instituições:

UFGO, Letras (mestrado)  
 UFMG, Linguística (mestrado)  
 UFPA, Letras (mestrado)  
 UFPE, Linguística (mestrado)  
 UFRJ, Linguística (mestrado)  
 UFSC, Linguística (mestrado e doutorado)  
 UnB, Linguística (mestrado)  
 UNICAMP, Linguística (mestrado e doutorado) e Linguística Aplicada (mestrado)

- 5 - Línguas estudadas.

5a - Projetos descritivos.

(Seqüência dos dados: nome da língua, filiação a uma família linguística, grau de prioridade definido pelo PPCLIB, ano do início da pesquisa [A = anterior a 1987], nome do pesquisador, instituição a que está vinculado o pesquisador/nome do orientador e/ou de sua instituição, nível do curso de pós-graduação a que o projeto esteja vinculado, fonte principal de apoio financeiro).

- ( 1) Alkaná (isolada), 2, 1988, Ione Vasconcelos, UnB/Univ. of Pittsburgh, doutorado, CNPq.  
 ( 2) Anambé (Tupí-Guaraní), 1, 1990, M. Risolêta S. Julião, UFPA/Dra. Leopoldina Araújo, UFPA, mestrado, CNPq.  
 ( 3) Apurinã (Aruák), 4, 1990, Sidney Facundes, MPEG/Dr. Dennis A. Moore, MPEG, CNPq.  
 ( 4) Arára (Páno), 1, 1990, Déborah Freitas, UFPE/Dra.

Adair P. Palácio, mestrado, CNPq.

- ( 5) Asuriní do Trocará (Tupí-Guarani), 2, 1988, Márcia D. Vieira, UNICAMP/Dra. Mary Kato, UNICAMP, doutorado, CNPq.
- ( 6) Avá-Canoeiro (Tupí-Guarani), 1, 1988, Maria B. Brown, UFGO, CNPq; Nair M. Oliveira, UCGO/Dra. Raquel Teixeira, UFGO, mestrado, UCGO.
- ( 7) Bakairí (Karib), 4, A, Tânia C. Clemente, UNICAMP/Dra. Eni P. Orlandi, UNICAMP, doutorado, CNPq.
- ( 8) Baniwa (Aruák), 3, 1990, Dra. Aleksandra Aikhenvald-Angenot, UFSC, CNPq; Claudete Lucyk, UFSC/Dr. Jean-Pierre Angenot, UFSC, doutorado, CAPES; Geraldo Faria Jr., UFSC/Dr. Jean-Pierre Angenot, UFSC, e Helga Weiss, SIL, mestrado, CNPq; Iara M. Teles, UEMaringá/Dr. Jean-Pierre Angenot e Dr. Jorge Gurlekian, UFSC, doutorado, CNPq e CAPES.
- ( 9) Boróro (Boróro), 4, 1989, Guilherme Carrano, UFGO/Dra. Raquel Teixeira, UFGO, mestrado, FUNAI.
- (10) Gavião (Jê), 2, A, Dra. Leopoldina Araújo, UFPA.
- (11) Gavião (Mondé), 3, A, Dr. Dennis A. Moore, MPEG, CNPq.
- (12) Guajá (Tupí-Guarani), 2, 1989, Ivanise P. Gomes, UFPE/Dra. Adair P. Palácio, UFPE, mestrado, CPNq.
- (13) Guaraní Antigo (Tupí-Guarani), 4, A, Daniele M. Grannier Rodrigues, UnB.
- (14) Guató (Isolada), 1, A, Dra. Adair P. Palácio, UFPE, CNPq.
- (15) Jabutí (Isolada), 1, 1989, Nádia Nascimento, MPEG/Dra. Charlotte C. Galves, UNICAMP, mestrado, CNPq.
- (16) Javaé (Karajá), 3, A, Marcus A. R. Maia, Museu do Índio da FUNAI/Univ. of California, Berkeley.



- doutorado, CNPq.
- (17) Jurúna (Jurúna), 3, 1988, M. Jandira Cunha, UnB, CNPq; Cristina Martins, UNICAMP/Dra. Lucy Seki, UNICAMP, mestrado, CNPq.
- (18) Kamayurá (Tupí-Guaraní), 4, A, Dra. Lucy Seki, UNICAMP, CNPq, FAPESP.
- (19) Kanoê (isolada), 1, 1989, Laércio N. Bacelar, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, CNPq.
- (20) Karajá (Karajá), 4, 1989, Dra. Marita P. Cavalcante, UFGO, CNPq.
- (21) Káro (Ramaráma), 1, 1987, Nilson Gabas Jr., MPEG, CNPq.
- (22) Katukína (Páno), 2, 1987, M. Suelli Aguiar, UNICAMP/Dra. Charlotte C. Galves, UNICAMP, doutorado, FAPESP, CAPES.
- (23) Kaxinawá (Páno), 4, 1988, Eliane Camargo, Univ. de Paris IV, doutorado, CNPq.
- (24) Kayapó-Xikrín (Jê), 3, 1990, Marília Ferreira, MPEG/Dr. Dennis A. Moore, MPEG, CNPq.
- (25) Kokáma (Tupí-Guaraní), 2, 1988, Ana Suelly A. C. Cabral, UnB e Fundação Pró-Memória/Univ. of Pittsburgh, doutorado, CNPq.
- (26) Krahô (Jê), 4, 1988, Suelli M. de Souza, UFGO/Dra. Raquel Teixeira, UFGO, mestrado, CAPES, CNPq; Dra. Roselis Batista, UNESP, CNPq.
- (27) Krenák (Botocudo), 1, A., Thaís C. A. Silva/Univ. de Londres, doutorado, CNPq.
- (28) Kulkúro (Karíb), 1, A., Dra. Bruna Franchetto, UFRJ, CNPq.

- (29) Kuripáko (Aruák), 1, 1990, Amália C. B. Ferreira, FUA/Dr. Jean-Pierre Angenot, UFSC, doutorado, CAPES.
- (30) Máku (Isolada), 1, 1989, Iraguacema Maciel, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, CNPq.
- (31) Makuráp (Tuparí), 1, 1988, Alzerinda Braga, UFPA/Dra. Maria Bernadete Abaurre, UNICAMP, mestrado, CNPq.
- (32) Marúbo (Páno), 1, 1989, Raquel G. Costa, UFRJ/Marília F. Soares e Dr. Sebastião Volre, UFRJ, mestrado, CNPq, FAPERJ.
- (33) Matsés (Páno), 1, 1989, Carmem T. Carvalho, UFRJ/Marília F. Soares, UFRJ, CNPq.
- (34) Maxakalí (Maxakalí), 4, 1989, Deuscreide G. Pereira, UFMG/Dr. John Ross, UFMG, mestrado, FEDF.
- (35) Mahináko (Aruák), 3, 1989, Teresa C. Souza, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, FEDF; M. do Carmo Medeiros, UNICAMP/Dra. Lucy Seki, UNICAMP, mestrado.
- (36) Nheengatú (Tupí-Guaraní), 2, 1988, Dr. Dennis A. Moore, MPEG, CNPq; Luís C. Borges, MPEG/Dr. Aryon D. Rodrigues, UNICAMP e UnB, mestrado, CNPq.
- (37) Panará (Jê), 1, 1989, Luclana G. Dourado, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado e desenv. regional, CNPq.
- (38) Parakanã (Tupí-Guaraní), 1, 1989, Ivanise P. Gomes, UFPE/Dra. Adair P. Palácio, UFPE, mestrado, CAPES.
- (39) Pirahã (Múra), 2, 1987, M. Filomena S. Sandalo, UNICAMP/Univ. of Pittsburgh, doutorado, FAP - UNICAMP e CNPq.
- (40) Poyanáwa (Páno), 1, 1989, Bethania S. C. Mariani, UNICAMP/Dra. Ení P. Orlandi, UNICAMP, doutorado, CNPq; Aldir S. Paula, UFPE/Dra. Adair P. Palácio, UFPE, mestrado, CNPq.

- (41) Suruí (Tupí-Guaraní), 1, 1989, José Natal Barbosa, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, UnB.
- (42) Suyá (Jê), 3, 1988, Marymárcia Guedes, UNESP/Dra. Lucy Seki, UNICAMP, doutorado, CNPq.
- (43) Tapayúna (Jê), 1, 1989, Ludoviko C. Santos, UELondrina/Dra. Aleksandra Alkhenvald-Angenot, UFSC, doutorado, CAPES.
- (44) Tapirapé (Tupí-Guaraní), 4, A, Dra. Yonne F. Leite, UFRJ, CNPq.
- (45) Teréna (Aruák), 4, 1988, Jane F. D. Reis, UnB/Dra. Stella Maris Bortoni, UnB, mestrado, CNPq.
- (46) Tikúna (isolada), 3, A, Marília F. Soares, UFRJ/Dra. Maria Bernadete Abaurre, UNICAMP, doutorado, CNPq.
- (47) Trumái (isolada), 2, 1990, Raquel Ghirardello, UNICAMP/Dra. Lucy Seki, UNICAMP, mestrado, CNPq.
- (48) Tuparí (Tuparí), 2, 1990, Poliana M. Alves, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, CAPES.
- (49) Tupinambá (Tupí-Guaraní), 4, A, Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB.
- (50) Txikão (Karíb), 3, A, Dra. Charlotte Emmerich, UFRJ, CNPq.
- (51) Warekéna (Aruák), 1, 1990, Rute M. C. Amorim, UFSC/Dra. Aleksandra Alkhenvald-Angenot, UFSC, doutorado.
- (52) Wayoró (Tuparí), 1, 1990, Dr. Dennis A. Moore, MPEG, CNPq.
- (53) Xanináwa (Páno), 1, 1990, Ana Carla Cunha, UFPE/Dra. Adair P. Palácio, UFPE, mestrado.

- (54) Xetá (Tupí-Guaraní), 1, A, Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB.
- (55) Xipáya (Jurúna), 1, 1988, Carmen L. Rodrigues, MPEG/Michel Launay, Univ. de Paris VII, doutorado, CNPq.
- (56) Xokléng (Jê), 2, 1990, Teresinha Bublitz, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, CAPES.
- (57) Yatê (isolada), 4, 1990, Eurípedes Barbosa, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, CAPES, CNPq.
- (58) Yawalapití (Aruák), 1, 1988, Mitzila Ortega, UNICAMP/Dra. Lucy Seki, UNICAMP, mestrado, CNPq.
- (59) Yuhúp (Makú), 1, 1990, Dalva del Vigna, UnB/Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB, mestrado, CNPq.

Sb - Projetos comparativos.

- ( 1) Família lingüística Aruák, 1990, Dra. Aleksandra Aikhenvald-Engenot e Dr. Jean-Pierre Engenot, UFSC, CNPq.
- ( 2) Família lingüística Tupí-Guaraní, A, Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB.
- ( 3) Lexicostatística de línguas da família Aruák, 1990, Valdir Vegini, FURJ/Dra. Aleksandra Aikhenvald-Engenot e Dr. Jean-Pierre Engenot, UFSC, doutorado, CAPES.
- ( 4) Tronco lingüístico Tupí, A, Dr. Aryon D. Rodrigues, UnB.

Sc - Distribuição dos projetos por ano de início:

A	16
1987	3
1988	15
1989	17
1990	20

descritivo, que vem sendo realizado por missionários-lingüistas, salvo quando estes são estudantes regulares de pós-graduação numa instituição brasileira. Também não incluem pesquisas sobre línguas brasileiras que são desenvolvidas por lingüistas estrangeiros no exterior.

- 6 - Formação de recursos humanos. Além dos incentivos a estudantes e orientadores dos cursos de pós-graduação, traduzidos sobretudo na concessão de auxílios à pesquisa, foram patrocinados dois cursos especiais de treinamento.
- 6a - Curso de Especialização em Lingüística Indígena, promovido pela Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, durante o mês de julho de 1990. Assistiram 25 estudantes, provenientes de diversos estados do país. Este curso, financiado pelo CNPq e pela UFGO, foi da mesma natureza do curso realizado pelo MPEG e pela UFPA em Belém, em julho de 1988. Como este, foi ministrado em regime intensivo, durante quatro semanas, tendo promovido, além do treinamento para o trabalho de campo lingüístico, o conhecimento de estudantes de diferentes regiões entre si e com lingüistas experientes de várias instituições, assim como com informantes indígenas.
- 6b - Curso de Treinamento Computacional para Lingüística Indígena, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina com a cooperação do Summer Institute of Linguistics (Brasília), em Florianópolis, de 18/02 a 09/03/91. Assistiram cerca de 60 lingüistas e estudantes de lingüística de todo o país. Participaram também alguns lingüistas argentinos, um colombiano e um peruano. Este curso propiciou aos participantes, em regime intensivo, tanto conhecimentos básicos de computação, quanto o conhecimento mais especializado de equipamentos e programas específicos para diversos tipos de análise lingüística, desde a análise acústica até a análise gramatical. Alguns desses programas foram desenvolvidos particularmente para auxiliar o trabalho de campo do lingüista que descreve línguas indígenas.
- 7 - Levantamento bibliográfico. O sub-programa de Informação e Documentação sobre Línguas Indígenas foi desenvolvido

principalmente em Brasília, onde, na UnB, foi decidido instalar o Núcleo de Informação e Documentação. Até o final de 1990, foi completado o levantamento: na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, na Biblioteca da Câmara dos Deputados, na Biblioteca do Summer Institute of Linguistics (SIL) e na Biblioteca do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Está adiantado o levantamento na Biblioteca da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na Biblioteca do Instituto Anthropos do Brasil e na Biblioteca do Instituto Nacional do Livro. Em Campinas, SP, foi concluído levantamento na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica (PUCAMP) e iniciado na Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

- 8 - Foi incentivada a publicação pela Editora da UNICAMP da série "Línguas Indígenas", da qual em 1990 saiu o 3º volume, Fonologia do Guaraní Antigo, de autoria de Daniele M. Grannier Rodrigues. Embora até agora, por questões de ordem prática, não tenha sido possível subsidiar um projeto de intensificação da publicação desta série, a mesma faz parte do esforço coordenado pelo PPCLIB e já tem novos títulos programados para 1991.

#### Apreciação geral do desempenho do PPCLIB

Dois indicadores principais refletem o desenvolvimento das atividades que constituem os objetivos prioritários do PPCLIB. Um deles é o número de instituições de pesquisa/ensino envolvidas, e mais particularmente o número de programas de pós-graduação que contribuem para a formação de lingüistas para atuar na área das línguas indígenas. O outro é o número de projetos de pesquisa independentes ou vinculados aos cursos de pós-graduação. Embora apenas quantitativos, esses indicadores dão uma idéia clara do considerável desenvolvimento ocorrido desde a implantação do PPCLIB enquanto instrumento de fomento à pesquisa e à formação de pesquisadores. Numa área deficitária como no Brasil é a de lingüística em geral, e a de lingüística indígena em particular, é natural que, num primeiro momento, haja a necessidade de concentrar esforços na formação de pessoal e na ativação dos programas de pós-

graduação, concomitantemente com a ampliação da cobertura da área, em termos de línguas a serem pesquisadas e com observância das prioridades estabelecidas.

Com três anos apenas de atuação coordenada (1988-1990), é ainda cedo para empreender uma avaliação qualitativa significativa. É de prever-se, entretanto, que o notável crescimento numérico que se observa nestes três primeiros anos e que envolve não só as pessoas, mas também as instituições e muito particularmente os cursos de pós-graduação, acarretará um seguro desenvolvimento da qualidade da pesquisa. Os jovens que agora estão começando a atuar na lingüística das línguas indígenas estão podendo ter acesso a instrumentos, a técnicas e a conceitos de pesquisa lingüística até há bem pouco inexistentes no Brasil.

Vejam os alguns indicadores do desenvolvimento ocorrido nos três últimos anos:

- (a) Instituições de pesquisa/ensino envolvidas. Das 18 instituições arroladas no item 3 acima, apenas cinco (MPEG, UFPE, UFRJ (Museu Nacional), UNICAMP e FUNAI (Museu do Índio) tinham atuação na pesquisa lingüística das línguas indígenas antes da criação do PPCLIB).
- (b) Programas de pós-graduação envolvidos. Dos oito programas que figuram no item 4 acima, até 1987 apenas o da UNICAMP abrigava regularmente alunos interessados na pesquisa das línguas indígenas.
- (c) Projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação. De um total de 71 projetos de pesquisa existentes em 1990 nas instituições de pesquisa/ensino (item 5a acima), 34% são projetos independentes, em geral de pesquisadores seniores, e 66% são de mestrandos e doutorandos, portanto de pesquisadores jovens, ainda em fase de treinamento avançado, 41% são projetos vinculados a planos de dissertação de mestrado e 25 % são projetos associados a teses de doutorado. Essas proporções indicam claramente que a população de pesquisadores de línguas indígenas com formação acadêmica adequada está crescendo francamente.
- (d) Novos projetos. As listas dos itens 5a e 5b, resumidas no item 5c, mostram nitidamente o crescimento do número de projetos e pesquisadores e como esse crescimento se correlaciona com o estabelecimento do PPCLIB. Dos projetos descritivos existentes em 1990, 16 (22,5%) foram iniciados antes de 1977; 3 (4,25%)

tiveram começo em 1977, o ano que precedeu imediatamente a aprovação do PPCLIB pelo CNPq e pela FINEP; os demais, em número de 52 (73,25%) começaram no período de vigência do Programa. Os números dos três últimos anos mostram um crescimento sustentado: os projetos iniciados a partir da criação do PPCLIB foram 15 em 1988, 17 em 1989 e 20 em 1990. Em consequência, o número de línguas estudadas cresceu consideravelmente de 17 em 1987 para 59 em 1990, quase três e meia vezes mais.

- (e) Atendimento das línguas prioritárias. Das 52 pesquisas novas, mais da metade, 34 (65%), incide sobre línguas de prioridade 1 e prioridade 2, que são as línguas ameaçadas de extinção em curto espaço de tempo. Em 23 dessas 34 pesquisas novas trata-se de línguas sobre as quais não havia nenhum estudo anterior (prioridade 1).

Conclui-se, portanto, que o PPCLIB está atingindo plenamente seus objetivos prioritários de romper a situação em que se encontrava a pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras até 1987, contribuindo decisivamente para a formação de novos quadros de pesquisadores, para o desenvolvimento institucional da lingüística e, sobretudo, para promover o estudo, em tempo hábil, das inúmeras línguas indígenas à beira do desaparecimento.



## RELATÓRIO ADMINISTRATIVO

Gestão 1989-1991

Assumimos a diretoria da ABRALIN em agosto de 1989. Nestes dois anos, desenvolvemos os seguintes pontos de um programa que visava a manter a Associação ativa e respondendo às expectativas de seus associados:

### 1 - ASSOCIADOS

Logo que assumimos, fizemos um levantamento da situação fiscal dos associados e promovemos uma campanha de cobrança de anuidades atrasadas. Na ocasião, foi concedida aos associados em atraso uma anistia, de modo que somente as três últimas anuidades foram cobradas. A resposta dos associados em débito foi, de modo geral, bastante positiva. Contamos hoje com 230 sócios em dia com a associação.

### 2 - REUNIÕES ANUAIS DA ABRALIN

2.1 - Em julho de 1990, durante a 42ª Reunião Anual da SBPC, em Porto Alegre, a ABRALIN realizou sua Reunião Anual com a seguinte programação:

#### Simpósios

- 1 - Avanços na pesquisa sociolinguística: o estudo da língua falada (Coordenador: Ataliba T. de Castilho, UNICAMP; Paola Bentivoglio, Universidad Central de Venezuela; Shanna Poplack, Universidade de Ottawa; Fernando Tarallo, UNICAMP). Esse Simpósio foi parte da programação oficial da SBPC.
- 2 - Idéias sobre linguagem na reflexão de cientistas e filósofos da linguagem (Coordenador: José Borges Neto, UFPR; Rodolfo Ilari, UNICAMP; Edson Françoze, UNICAMP; Margarida Salomão, UFJF).

#### Conferência

Pesquisa sociolinguística: Projeto "Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro" (Giselle Machline de Oliveira e Silva, UFRJ; Fernando Tarallo, UNICAMP, debatedor).

Mini-Conferências

- 1 - A contribuição das línguas ergativas da Amazônia para a teoria da sintaxe (Bruna Franchetto, UFRJ).
- 2 - Novas perspectivas no estudo de línguas indígenas (Lucy Seki, UNICAMP).

Encontros

- 1 - Teoria Fonológica e Aquisição da Fonologia (Coordenadora: Leda Bisol, UFRGS; Mehmet Yavas, Feryal Yavas, Regina R. Lamprecht, Carmen H. Hernandezena, Helena Mota, PUC-RS).
- 2 - Língua, Discurso, Interação (Coordenadora: Ingedore Villaça Koch, UNICAMP; José Luís Florin, USP; Freda Indursky, Ignácio Antonio Nels, Eleni Jacques Martins, UFRS).
- 3 - A obra de Mattoso Câmara Júnior e sua importância para o desenvolvimento da lingüística no Brasil (Coordenadora: Maria Bernadete Marques Abaurre, UNICAMP; Aryon Dall'igna Rodrigues, UnB; Francisco Gomes de Matos, UFPE; Geraldo Cintra, UFViçosa; Yonne Leite, UFRJ).

Curso

Gramática Gerativa: A Convenção X-barra. Professor: Henk Van Riemsdijk, Univ. de Tilburg, Holanda.

- 2.2 - Em julho de 1991, durante a 43ª Reunião Anual da SBPC, no Rio de Janeiro, a ABRALIN realizou sua Reunião Anual com a seguinte programação:

Simpósio

Um programa de pesquisa em Ciência Cognitiva (Coordenador: Marcelo Dascal, Tel-Aviv University; João de Fernandes Teixeira, UNESP; Edson Françaço, UNICAMP; José Borges Neto, UFPR).

Conferências

- 1 - Concepções de Sujeito na linguagem (Sírio Possenti, UNICAMP; Carlos Franchi, UNICAMP, debatedor).
- 2 - Linguistic Semantics (James Higginbotham, MIT, Kanavillil Rajagopalan, UNICAMP, debatedor).

## 4 - XI INSTITUTO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA

Com o apoio institucional da UNICAMP, através do Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, e com o apoio financeiro da FAPESP e do CNPq, a ABRALIN realizou em Campinas, de 7 de janeiro a 7 de fevereiro de 1991, o seu XI Instituto Brasileiro de Lingüística.

Neste Instituto foram ministrados 12 cursos:

- 01 - Seminário de Lingüística I - Fonética (Dr. Luiz Carlos Cagliari - UNICAMP)
- 02 - Seminário de Lingüística II - Sintaxe (Dra. Miriam Lemle - UFRJ)
- 03 - Seminário de Lingüística III - Análise do Discurso (Dr. Sfrío Possenti - UNICAMP)
- 04 - Seminário de Lingüística V - Psicolingüística (Dr. Edson Françaço - UNICAMP)
- 05 - Seminário de Lingüística VI - Sintaxe (Dr. Guglielmo Cinque - Università degli studi di Venezia)
- 06 - Seminário Avançado de Lingüística I - Fonologia (Dr. Jonathan Kaye - University of London)
- 07 - Seminário Avançado de Lingüística II - Sociolingüística (Dra. Josiane Boutet - Université de Paris VII)
- 08 - Seminário Avançado de Lingüística III - Aquisição de Linguagem (Dra. Maria Fausla P. Castro - UNICAMP)
- 09 - Seminário Avançado de Lingüística IV - Análise da Conversação (Dr. Luiz Antônio Marchuschi - UFPE)
- 10 - Seminário Avançado de Lingüística V - Fonologia (Dr. Jonathan Kaye - University of London)
- 11 - Seminário Avançado de Lingüística VII - Aquisição da Linguagem (Dra. Ester Miriam Scarpa - UNICAMP)
- 12 - Seminário Avançado de Lingüística VIII - Análise da Conversação (Dra. Ingedore G. V. Koch - UNICAMP)

O corpo discente do Instituto foi de cerca de 150 alunos, que assistiram regularmente aos cursos. Desses, cerca de 30 se inscreveram como alunos ouvintes, sem direito, portanto, aos créditos oferecidos. Contamos com a participação de alunos de diversos estados do Brasil, dentre eles: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pará, Paraíba, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo. Contamos também com a participação de alunos regulares da Universidade de Buenos Aires, que aproveitaram sua estadia na UNICAMP para estabelecer contatos com os docentes não só do XI IBL, mas também dos Departamentos

de Linguística e Linguística Aplicada do IEL, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas conjuntas.

Fizemos uma avaliação muito positiva do XI IEL, em todos os sentidos. O evento atingiu plenamente seus objetivos. A avaliação que os alunos fizeram dos cursos foi muito boa, e os professores estrangeiros ficaram muito bem impressionados com o nível da discussão teórica que alguns alunos são capazes de sustentar. Como resultado prático desse intercâmbio produtivo, mencionamos o fato de alguns alunos terem recebido convites para a continuação de seus estudos no exterior, sob a orientação desses docentes. O Prof. Jonathan Kaye, por exemplo, da University of London, convidou alguns alunos para continuarem os estudos sobre "Government Phonology" sob sua direta orientação.

Além do curso que ministrou como parte da programação do XI IEL, o Prof. Cinque proferiu também uma conferência no Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP sobre "Pseudo-relativas", e conduziu uma jornada de seminários durante a qual os alunos do IEL e do XI IEL que estão desenvolvendo projetos de tese na área de Sintaxe tiveram a oportunidade de apresentar e discutir as suas pesquisas em andamento.

Embora tenhamos enfatizado, neste relatório, os desenvolvimentos acadêmicos resultantes da presença de dois docentes estrangeiros, especificamente, gostaríamos de ressaltar que o contato acadêmico entre os docentes e alunos de todos os cursos ministrados por ocasião do Instituto foi extremamente rico. Temos certeza de que o esforço que a organização de eventos dessa natureza demanda, terá sido, no caso específico do XI IEL, plenamente recompensado pelos benefícios acadêmicos que dele advirão, para muitos de seus alunos.

Vale mencionar, ainda, que todos os artigos utilizados pelos docentes nos cursos do Instituto foram posteriormente doados à biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

## 5 - PUBLICAÇÕES

### 5.1 - Boletins

O Boletim 10 com os textos da Reunião de 1988 foi editado e distribuído aos sócios. Os Boletins 11 e 12 se encontram em fase final de edição ao término do mandato da diretoria. Serão distribuídos aos associados ainda por esta diretoria.

### 5.2 - Informativos

Foram enviados aos associados quatro Informativos com

notícias de eventos no Brasil e no exterior e informações sobre as atividades da associação (em outubro de 1989, junho e setembro de 1990 e junho de 1991).

#### 6 - PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

Durante o período, a ABRALIN participou de todas as reuniões da SBPC com as Sociedades Científicas a ela filiadas. Participou também, como convidada, das reuniões da ANPOL (Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística), realizadas em Recife (1990) e Florianópolis (1991). A diretoria participou também da 3ª Reunião da Comissão criada pela Portaria Interministerial 278 para apreciação de recurso apresentado pelo antropólogo Stephen G. Baynes.

#### 7 - PRONUNCIAMENTOS

- 7.1 - Carta ao Presidente do Conselho Deliberativo do CNPq solicitando que o Programa de Pesquisa Científica com Línguas Indígenas Brasileiras fosse classificado como especial para fins de obtenção de financiamento.
- 7.2 - Telegrama enviado aos deputados da comissão de educação do Congresso Nacional em apoio às propostas consensuais do Fórum Nacional em defesa da escola pública relativas ao projeto Jorge Hage (fixa diretrizes e bases da educação nacional).
- 7.3 - Carta ao Presidente da República do Peru, Dr. Alberto Fujimori, manifestando preocupação com o tratamento dispensado ao Dr. Alfredo Torero, intelectual e linguista peruano, diretor do Instituto de Investigações Linguísticas da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, por ocasião da sua detenção sob acusação de exercício de atividades subversivas e vínculo com o terrorismo.
- 7.4 - Assinatura de documento do Grupo de Trabalho "Línguas Indígenas", lido e aprovado durante a Reunião Plenária da ANPOL (Florianópolis, 1991), encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, em repúdio ao discurso do Deputado Euclides Mello pronunciado na Câmara dos Deputados, em 07/05/91, com críticas ao CNPq e à sua política de distribuição de recursos na área de Ciências Humanas.

901 - Seminário de Lingüística II  
 Sintaxe  
 Profa. Dra. Miriam Lemle  
 3º Período 1990 - ABRALIN

Curso: Introdução à Teoria dos Princípios e Parâmetros  
Duração: 15 horas - aula (1 crédito)  
Horário: Dias 8, 10, 15 e 17 de janeiro das 14 às 18 horas  
Objetivo: O Curso visa introduzir o aluno à visão de língua da teoria dos Princípios e Parâmetros, discutindo o relacionamento entre o conhecimento de língua e outros tipos de conhecimento e apresentando o arcabouço dos vários módulos do sistema de conhecimento de gramática.

Programa:

- 01 - Semântica e Pragmática.
- 02 - Aquisição de conhecimento de língua - o problema da pobreza do estímulo e o papel do Mecanismo de Aquisição de Língua.
- 03 - O Mecanismo de Aquisição de Língua - Princípios da Gramática Universal. Noção de aquisição de gramática particular como fixação de parâmetros.
- 04 - O léxico Estrutura argumental de verbos. Papéis temáticos. O Princípio de Projeção e o Princípio de Projeção Estendido.
- 05 - A Teoria Xis-Barra. Núcleos Lexicais e suas projeções. Flexão, complementizador e suas projeções. Regência. Posições argumentais e posições não-argumentais.
- 06 - Teoria do caso Abstrato. O Filtro de Caso. Marcação Excepcional de Caso. Caso inerente e caso estrutural. Visibilidade de papéis temáticos em dependência de atribuição de caso. Movimento de Sintagma Nominal.
- 07 - Teoria da ligação. Anáforas, pronomes e variáveis.
- 08 - Categorias foneticamente nulas: PRO, pro e variável.
- 09 - Mover SN. Cadeias Argumentais.

- 10 - Mover - que. Cadeias Não-Argumentais.
- 11 - Princípios das Categorias Vazias. O parâmetro sujeito nulo.
- 12 - Forma lógica. O parâmetro nível de aplicação de Mover. Restrição de cruzamento.
- 13 - Introdução à noção de barreiras.

**Bibliografia:**

HAEGEMAN, Liliane - **Introduction to Generative Syntax**, Univ. Genève, 1988/89 (Mimeo).

Outras indicações serão feitas no decorrer do curso.

UL 902 - Seminário de Linguística III  
Análise do Discurso  
Prof. Dr. Sírio Possenti  
3º Período 1990 - ABRALIN

Ementa: Introdução a conceitos gerais da Análise do Discurso: Enun-  
ciação, marcas, heterogeneidade.

Programa:

- 01 - Língua e Discurso: Enunciação.
- 02 - A questão das marcas lingüísticas do discurso.
- 03 - A heterogeneidade - relação do discurso com suas "origens".
- 04 - A questão do sentido: leitura, interpretação.

Bibliografia Básica:

MAINGUENEAU, D. - *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes.



LL 900 - Seminário de Linguística I  
Fonética  
Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari  
3º Período 1990 - ABRALIN

Programa:

- 01 - Os mecanismos de produção da fala.
- 02 - Transcrição e Produção de sons da fala.
- 03 - Fonética Acústica.
- 04 - História da Fonética.

Bibliografia:

- ABERCROMBIE, D. - Elements of General Phonetics, Edinburgh Univ. Press, 1987.
- CAGLIARI, L. C. - Elementos de Fonética do Português Brasileiro, Tese de Livre Docência, UNICAMP-IEL, 1982.
- FRY, D. - The Physics of Speech, Cambridge Univ. Press, 1975.
- LADEFOGED, P. - A Course in Phonetics, Harcourt Brace Jovanovich, Inc. NY, 1975.

Avaliação: Exercício de transcrição fonética.

LL 933 - Seminário Avançado de Linguística VIII  
 Análise da Conversação  
 Profa. Dra. Ingedore G. Villaça Koch  
 3º Período 1990 - ABRALIN

Ementa: Estudo da coesão e da coerência na conversação.

Programa:

- 01 - Marcadores conversacionais e sua função coesiva.
- 02 - Coerência e organização tópica.
- 03 - Digressão e coerência conversacional.
- 04 - A dimensão ilocutória no texto conversacional.
- 05 - Atividades de formulação e reformulação na construção do texto oral dialogado.

Bibliografia:

- DASCAL, M. & KATRIEL, T. - Digression: a study in conversational coherence, *Poetics Today* 6: 699-716, 1979.
- HILGERT, J. G. - Atividades de formulação enunciativa na constituição do texto falado, (mimeo), 1990.
- KOCH, I. G. V. - *A coesão textual*. São Paulo, Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_ - Relevância e organização tópica, *Estudos linguísticos XVII - Anais de Seminários do GEL*, São Paulo, USP:12-25, 1989.
- \_\_\_\_\_ - Aspectos linguístico-discursivos da coerência em textos escritos e orais. *Anais da IV Reunião da ANPOLL*, Recife, 1990.

- \_\_\_\_\_ et al. - A organização tópica da conversação, (mimeo), No prelo, 1990.
- \_\_\_\_\_ - Digressão e Coerência Conversacional (mimeo), 1990.
- \_\_\_\_\_ e Silva - A dimensão ilocutória, Projeto de Gramática do Português Falado: Organização Textual-Interativa (mimeo), 1990.
- MARCUSCHI, L. A. - *Análise da Conversação*, São Paulo, Ática, 1987.
- \_\_\_\_\_ - Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: *Português Culto Falado no Brasil*, Campinas, Ed. da Unicamp, 281-325, 1989.
- \_\_\_\_\_ - Coesão e coerência na conversação, (mimeo), 1990.
- MAYNARD, D. - Placement of topic changes in conversation. *Semiótica* 30: 263-290, 1980.
- MOULET, E. et al. - *L'articulation du discours in français contemporain*, Berne, Peter Lang, 1985.
- WUCHINICH, S. - Elements of cohesion between turns in ordinary conversation, *Semiótica*, 20: 229-257, 1977.

LL 910 - Seminário de Lingüística V  
Prof. Dr. Edson Françaço  
3º Período 1990 - ABRALIN

Programa:

- 01 - Introdução - Gardner 1985 e Stillings et al 1987
- 02 - Fundamentos de Ciência Cognitiva - Hunt 1989
- 03 - Representação - Cummins 1989
- 04 - Modularidade - Fodor 1985
- 05 - Ciência Cognitiva e Psicolinguística - Forster 1990, Swinney 1984 e Tyler & Frauenfelder 1987.
- 06 - Processamento Lexical: Search - Forster 1976
- 07 - Processamento Lexical: Cohort - Marslen-Wilson 1987
- 08 - Contexto e processamento lexical I - Tabossi 1991
- 09 - Contexto e processamento lexical II - Zwitserlood 1989

Avaliação:

Dissertação a ser elaborada no último dia de aula, sobre questões previamente dadas.

Bibliografia:

- CUMMINS, R. - *Meaning and Mental Representation*, Cambridge, Mass/London: The MIT Press. (cap. 1, p. 1-20), 1989.
- FODOR, J. A. - *Précis on The Modularity of Mind, Brain and Behavioral Sciences, ...*, 1985.

- FORSTER, K. I. - Accessing the mental lexicon, in Wales, R. J. & Walker, E. (eds.), *New Approaches to Language Mechanisms*, Amsterdam: North Holland, 1976.
- \_\_\_\_\_ - "Lexical Processing", in Osherson, D. N. & Lasnik, H. (eds.), *An Invitation to Cognitive Science - Language*, Cambridge, Mass: The MIT Press, (cap. 5), 1990.
- FRAUENFELDER, U. H. & Tyler, L. K. - "The process of spoken word recognition: an introduction", *Cognition*, 25: 1-20, 1987.
- GARDNER, H. - *The Mind's New Science: a history of the cognitive revolution*, New York: Basic Books, (caps. 1-3, p. 3-45), 1985.
- HUNT, E. - "Cognitive science: definition, status, and questions", *Annual Review of Psychology*, 40: 603-629, 1989.
- MARSLÉN-WILSON, W. - Functional parallelism in spoken word recognition, *Cognition*, 25: 71-102, 1987.
- STILLINGS, N. A. et al. - *Cognitive Science - an introduction*, Cambridge, Mass/London: The MIT Press, (cap. 1, p. 1-16), 1987.
- SWINNEY, D. - Theoretical and methodological issues in cognitive science, in Kintsch, W., Miller, J. R. & Polson, P. G. (eds.), *Hillsdale, N. J./London: L. Erlbaum*, p. 217-233, 1984.
- TABOSSI, P. - "Understanding words in Context", in Simpson, G. (ed.), *Understanding words and Sentences*, Amsterdam: North Holland, p. 1-22, 1991.
- ZWITSERLOOD, C. M. E. - *Words and Sentences: The Effects of Sentential-Semantic Context on Spoken-word Processing*, tese de doutoramento, Katholieke Universiteit te Nijmegen, Holanda, 1989.

NOTA: Outras indicações bibliográficas poderão ser acrescentadas no decorrer do curso.

LL 911 - Seminário de Linguística VI  
Sintaxe  
Prof. Dr. Guglielmo Cinque  
3º Período 1990 - ABRALIN

The course will focus on selected aspects of the syntax of unbounded dependencies. It will discuss the question of which elements undergo long movement and which successive cyclic movement, and what are the locality conditions on each type of movement. It will also discuss an apparent wh-movement construction: "Clitic Left Dislocation" in Romance, which points to a reconsideration of the constitutive properties of wh-movement constructions.

LL 921 - Seminário Avançado de Linguística II  
Sociolinguística  
Profa. Dra. Josiane Boutet  
3º Período 1990 - ABRALIN

Approches des pratiques langagières - Theories et descriptions

- 01 - Variation linguistique; Les langues en France: multilinguisme de fait et monolinguisme de droit (doc. 1 a 4).
- 02 - Langues territoriales, langues extra-territoriales; pratiques bilingues (doc. 5; voir Vermes et Boutet, Multilinguismo).
- 03 - Le français parlé: le cas des banlieues; descriptions morphologiques, syntaxiques et lexicales (doc. 6 et 7).
- 04 - Le français parlé: le traitement de la linéarité à l'oral (doc. 8).
- 05 - Variation linguistique et niveau sémantique: la question du sens dans la linguistique variationniste; les linguistiques de l'énonciation; les pratiques langagières.
- 06 - Polysémie sociale et construction du sens dans l'interaction: dire la situation professionnelle (doc. 9).
- 07 - Polysémie sociale: la notion de qualification dans les discours (doc. 10).
- 08 - Courants sociolinguistiques en France, discussion générale.

LL 922 - Seminário de Lingüística III  
 Curso de Verão  
 Profa. Dra. Maria Fausta P. C. Campos  
 3º Período 1990 - ABRALIN

Ementa: Neste curso concentrado e de público variado, elegemos alguns tópicos fundamentais em aquisição da linguagem para discussão: a polêmica entre inatismo e construtivismo, a diversidade entre hipóteses do construtivismo cognitivista e do sócio-construtivismo e fenômenos abordados por este último ponto de vista.

Programa:

- 01 - As hipóteses em aquisição da linguagem: questões sobre o inatismo e sobre os construtivismos.
- 02 - Do construtivismo cognitivista ao sócio-construtivismo.
- 03 - A criança, a linguagem e o sujeito da linguagem,  
 a - breve questões sobre a passagem do pré-lingüístico para o lingüístico;  
 b - processos dialógicos na construção da linguagem;  
 c - a organização discursiva: aprendendo a argumentar;  
 d - da linguagem como atividade à linguagem como objeto;  
 e - questões sobre a noção de sujeito na aquisição da linguagem.

Bibliografia:

- CHOMSKY, N. - *Reflexions on Language*. New York: Pantheon books, 1975.
- DE CASTRO CAMPOS - On conditional as dialogic construction, in: Dascal, M. (ed.), *Dialogue: an interdisciplinary approach*, Amsterdam: John Benjamins, 1985.



\_\_\_\_\_ - Processos dialógicos e construção de inferências e justificativas na aquisição da linguagem. Tese de doutoramento/UNICAMP, 1985.

DE FLEMOS C. T. G. - Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões. A sair.

PIATELLI - Palmarini, M. - Theories du langage. Theories de l'apprentissage, Paris: Seuil, 1979.

LL 923 - Seminário Avançado de Lingüística IV  
 Análise da Conversação  
 Prof. Dr. Luiz Antônio Marcushi (UFPE)  
 7, 9, 14 e 16 de janeiro de 1991, das 08:00 às 12:00 horas  
 3º Período 1990 - ABRALIN

Ementa: Organização dos papéis e da participação dos interactantes nos processos de compreensão na atividade interpretativa em eventos naturais de fala.

Programa Geral:

7 e 9:

Observações sumárias sobre a organização da conversação, com vista a uma revisão das noções de papel, de falante-ouvinte e relevância condicional. Sugestão de um modelo de teórico da compreensão na conversação.

O problema da compreensão como atividade interpretativa na interação verbal e algumas das questões básicas envolvidas.

Reanálise das noções de contexto/contextualização; frame; face e outras.

14 e 16:

Evidências empíricas que sinalizam processos de compreensão na superfície textual da fala.

Perspectivas no estudo da compreensão da fala e questões abertas.

Explicitação geral do conteúdo:

Dois são os objetivos centrais deste curso: (a) identificar as diversas correntes teóricas na AC que se ocupam com o problema da compreensão e distinguir suas características teóricas e metodológicas básicas; (b) analisar alguns dos aspectos envolvidos na atividade de compreensão desenvolvida pelos participantes na interação verbal em encontros sociais naturais.

Quanto ao primeiro aspecto pode-se, sumariamente, estabelecer a seguinte caracterização:

- Num primeiro momento temos sobretudo uma análise da interação sob

o ponto de vista de sua organização estrutural. Neste caso interessam os aspectos da seqüenciação e as diversas fases da estruturação. A preocupação com a compreensão é genérica.

- Num segundo momento surge a perspectiva interpretacionista que dá origem a uma sociolinguística interacional. Aqui vão interessar sobretudo as formas de construção dos sentidos situativamente. Noções tais como contextualização, quadros (frame), atos de fala e outras são introduzidas.

Em relação ao segundo objetivo deste curso, tem-se em mente a análise de alguns dos indicadores que revelam atividades de compreensão entre os falantes. Estes indicadores podem ser tanto lingüísticos (lexicais, sintáticos, prosódicos) como não-lingüísticos (gestuais, mímicos) ou simplesmente contextuais (circundantes). Em certo sentido, todos eles dão a entender algo. Trata-se, em resumo, de saber como os falantes utilizam seus conhecimentos para administrarem a compreensão e que conhecimentos encontram-se presentes nesses processos. Na verdade, trata-se de uma ampliação do primeiro ponto acima abordado.

De algum modo parece que todo estudo da conversação trata, de uma forma ou de outra, dos problemas de compreensão, pois abrange, em última análise, os modos como os interlocutores se organizam em função de suas atividades. Esta concepção sugere que toda conversação é coerente já que do contrário não haveria interação.

Entre os fatores observáveis que contribuem como evidências empíricas realizadas como marcas específicas encontram-se:

- a) *prosódia* (entoação, tom, velocidade, volume, etc.);
- b) *correção* (auto ou hetero-correção e reparos);
- c) *repetição* (auto ou hetero-repetição);
- d) *paráfrase* (lexical, pragmática, etc.);
- e) *marcadores* (do falante, do ouvinte e outros);
- f) *pares adjacentes* (org. das preferências e das trocas).

É importante ter claro desde já que este curso não será um estudo das formas de organização do texto conversacional e sim das formas de organização da coerência, dos sentidos partilhados e, sobretudo, das atividades interpretativas dos interlocutores. Portanto, será básico perceber que a conversação, enquanto um evento que se constrói partilhada e colaborativamente, também vai organizando os sentidos nesta mesma perspectiva. O problema central será: como é que os falantes sabem que estão se entendendo e como é que fazem

para dar a entender isso? Quais as marcas dessas atividades?

**Fontes Bibliográficas:**

Apenas os textos com um asterisco \* são tidos como de leitura fundamental para o momento. Os demais constam aqui para referência e posterior aprofundamento.

- AUER, Peter - Kontextualisierung, *Studium Linguistik*, 19: 22-47, 1986.
- BENNETT, Adrian - Interruptions and the interpretation of Conversation, *Discourse Processes*, 4: 171-188, 1981.
- BROWN, Gillian & George Yule - *Discourse Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- BROWN, Penelope & Stephen Levinson - Universals in Language Usage: Politeness Phenomena, in: E. N. GODDY (ed.), *Questions and Politeness*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 56-289, 1978.
- CHAUDRON, Craig & Jack C. Richards - The Effect of Discourse Markers on the Comprehension of Lectures, *Applied Linguistics*, 7: 113-127, 1986.
- CLARK, Herbert H. & Peter Lucy - Inferring what is meant from what is said: A Study in conversationally conveyed requests, *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 14: 56-72, 1975.
- CLARK, Herbert H. & Deanna Wilkes-Gibbs, Referring as a collaborative process, *Cognition*, 22: 1-39, 1986.
- \*COOK-GUMPERZ, Jenny & John J. Gumperz - The politics of a conversation: conversational inference in discussion, *Berkeley Cognitive Science Report Series*, Institute of Cognitive Studies, University of California at Berkeley, (mimeo), 19p., 1984.
- DORE, John - Linguistic forms and social frames in interpretations, in: W. C. McCormack & H. J. Izzo (eds.), *The Sixth Lacus Forum*, Columbia, Hornbeaum Press, p. 445-454, 1980.

- JEFFERSON, Gail - Side Sequences, in: D. Sudnow (ed.), *Studies in Social Interaction*, New York, Free Press Collier, p. 294-338, 1972.
- \_\_\_\_\_ - Error correction as an interactional resource, *Language in Society*, 2: 181-199, 1973.
- \_\_\_\_\_ - On Exposed and Embedded Correction in Conversation, *Studium Linguistik*, 14: 58-68, 1983.
- KAESERMANN, Marie-Louise & Klaus Foppa - Some determinants of self-correction: an interactional study of swiss-german, in: W. Deutsch (ed.), *The Child's construction of Language*, London, Academic Press, p. 77-104, 1981.
- KEENAN, Elionor Ochs & Bambi B. Schieffelin - Topic as a discourse notion: A study of topic in the conversations of children and adults, in: Ch. N. Li (ed.), *Subject and Topic*, New York, Academic Press, p. 335-384, 1976.
- LABOV, William & David Fanshel - *Therapeutic Discourse*, New York, Academic Press, 1977.
- LABOV, W. & T. Labov - Public discourse and the problem of social order, in: T. Ensink, A. Van Essen & T. Van Der Geest (eds.), *Discourse Analysis and public Life*, Dordrecht, Foris, p. 225-243, 1986.
- LEVINSON, Stephen C. - The essential inadequacies of speech act models of dialogue, in: H. Parret (ed.), *Possibilities and Limitations of Pragmatics*, Amsterdam, John Benjamins, p. 473-492, 1981.
- MILROY, Lesley - Comprehension and context: successful communication and communicative breakdown, in: P. Trudgill (ed.), *Applied Sociolinguistics*, London Academic Press, p. 7-31, 1984.
- NOFSINGER JR., Robert E. - The demand ticket: A conversational device for getting the floor, *Speech Monographs*, 42: 1-9, 1975.
- POYATOS, Fernando - The deeper levels of face-to-face interaction, *Language & Communication*, 5: 111-131, 1985.
- ABRALIN (12) 1991

SACKS, Harvey - The Inference-Making Machine: Notes on Observability, in: T. A. Van Dijk (ed.), *Handbook of Discourse Analysis*, Vol. 3 - Discourse and Dialogue, London, Academic Press, p. 13-23, 1985.

SACKS, Harvey & Emmanuel A. Schegloff - Two preferences in the organization of reference to person in conversation and their interaction, in: G. Psathas (ed.), *Everyday Language - Studies in Ethnomethodology*, New York, Irvington Publishers, p. 15-21, 1979.

SAVILLE-TROIKE, Muriel - Bilingual discourse: the negotiation of meaning without a common code, *Linguistics*, 25: 81-106, 1987.

SCHEGLOFF, Emmanuel A., Gail Jefferson & Harvey Sacks - The Preference for Selfcorrection in the Organisation of Repair in Conversation, *Language*, 53: 361-382, 1977.

SCHEGLOFF, Emmanuel A. - On some questions and ambiguities in conversation, in: J. M. Atkinson & J. Heritage (eds.), *Structures of Social Action*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, p. 28-52, 1984.

\* \_\_\_\_\_ - Some sources of misunderstanding in talk-in-interaction, *Linguistics*, 25: 201-218, 1987.

SPERBER, Dan & Deirdre Wilson - *Relevance. Communication and Cognition*, Oxford, Basil Blackwell, 1986.

STAFFORD, Laura & John A. Daly - Conversational Memory: The Effects of Recall Mode and Memory Expectancies on Remembrances of Natural Conversations, *Human Communication Research*, 10: 379-402, 1984.

STRECK, Jürgen - Speech acts in interaction: A critique of Searle, *Discourse Processes*, 3: 133-154, 1980.

TANNEN, Deborah - What's in a Frame? Surface evidence for underlying expectations, in: R. Freedle (ed.), *New Directions in discourse processing*, Norwood, N. J., Ablex, p. 137-181, 1979.

\_\_\_\_\_ - Frames and Schemas in Interaction, *Quaderni di Semantica*, VI: 326-335, 1985.

\* \_\_\_\_\_ - That's not What I Meant, New York (sobretudo o cap. 6, p. 82-100), 1986.

TAYLOR, Talbot J. - Do you understand? Criteria of understanding in verbal interaction, *Language & Communication*, 6: 171-180, 1986.